

**CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS DILEMAS E IMPACTOS DAS UNIDADES
PRISIONAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA: UM ESTUDO DE CASO DO
MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA/SP**

SILVIA ALINE SILVA FERREIRA

SILVIA ALINE SILVA FERREIRA

**CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS DILEMAS E IMPACTOS DAS UNIDADES
PRISIONAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA: UM ESTUDO DE CASO DO
MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA/SP**

SILVIA ALINE SILVA FERREIRA

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE) de Presidente Prudente/SP.

Orientação: Munir Jorge Felício

Co-orientação: Ana Paula M. Ramos

Presidente Prudente/SP

2017

365.981 61 Ferreira, Silvia Aline Silva.
F383c Contribuição ao estudo dos dilemas e impactos das unidades prisionais do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso do município de Marabá Paulista/SP / Silvia Aline Silva Ferreira. – Presidente Prudente, 2017.
128 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional - Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente, SP, 2017.
Bibliografia.

Orientador: Munir Jorge Felício.

Co-orientador: Ana Paula Marques Ramos.

1. Unidades Prisionais. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Dilemas. 4. Políticas Públicas I. Título.

SILVIA ALINE SILVA FERREIRA

**CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DOS DILEMAS E IMPACTOS DAS UNIDADES
PRISIONAIS DO PONTAL DO PARANAPANEMA: um estudo de caso do
município de Marabá Paulista/SP**

Dissertação de Mestrado apresentado
ao Programa de Pós-Graduação em Meio
Ambiente e Desenvolvimento Regional da
Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE)
de Presidente Prudente/SP.

Presidente Prudente, 7 de dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Munir Jorge Felício
UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA
UNOESTE - Presidente Prudente - SP

Examinador: Prof. Dr. Márcio José Catelan
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
UNESP/FCT - Presidente Prudente - SP

Examinador: Prof. Dr. Elivelton da Silva Fonseca
UNIVERSIDADE DO OESTE PAULISTA
UNOESTE - Presidente Prudente - SP

DEDICATÓRIA

À Paula Aline, minha filha, pelo afeto e cumplicidade que se fortalecem a cada dia.

Aos meus pais, Maria Clarice e Valmir; aos meus irmãos, Alisson e Rafaella e à minha cunhada, Geisiane, que foram meu maior incentivo.

AGRADECIMENTOS

Esses aproximados dois anos de Mestrado foram uma sucessão de viagens. Pneu na estrada e mochila no porta-malas, as idas e vindas entre as disciplinas cursadas, entre os horários de orientação e o trabalho me consumiam o tempo, mas me motivavam a seguir em frente.

Muitos momentos, perguntei-me se valeria a pena cada noite fora de casa. Foram períodos de novas amizades, mais ao mesmo tempo de solidão. Sim, valeu muito toda a dedicação durante esse período de formação profissional!

Felizmente, neste itinerário tive companhia de muitas pessoas, especialmente da minha filha, Paula Aline, que renunciou aos meus cuidados maternos e passou a cuidar de mim cada dia que voltava para casa exausta; que compreendia a necessidade do silêncio nas madrugadas de leitura e nas exaustas horas de estudo e de redação. Muito obrigada!!

Agradeço especialmente aos meus pais, Valmir e Maria Clarice; aos meus irmãos, Alisson e Rafaella, que vibravam junto comigo a cada etapa vencida.

Ao Prof. Dr. Munir, meu orientador, agradeço pela sua disposição, dedicação e conhecimento singular que deixou marcas indeléveis na minha formação.

Agradeço à minha co-orientadora, Prof.^a Dr^a Ana Paula Marques Ramos, que não exitou em me apoiar e contribuiu de forma ímpar com seu conhecimento para o amadurecimento e realização desta pesquisa.

Aos Docentes do MMADRE que plantaram sementes de conhecimentos em minha vida profissional e acadêmica.

Não poderia deixar de agradecer, o Prof. Dr. Márcio Catelan, membro da banca de qualificação, professor da minha primeira disciplina como aluna especial, na UNESP/FCT, que nas escalas do conhecimento partilhou sua inteligência e carinho e segue sendo um norte para mim.

Ao Prof. Dr. Elevelton Silva da Fonseca, também membro da banca de qualificação, fez-me ter certeza de ter feito as melhores escolhas para esta pesquisa e sonhar com novas conquistas.

Não poderia deixar de citar o NEAGEO, que sempre foi um espaço para recarregar as energias e trocar experiências com aqueles que já estavam se despedindo.

Agradeço aos amigos do Mestrado que tive a honra de conhecer nesta trajetória, em especial o amigo Jeferson que me socorreu nos momentos de maiores dificuldades teóricas; a Gabi que estreitei os laços de amizade; ao Renan, Katia, Maiara Faita, Lucilene e Lú Christófano, pelos cafés da tarde e palavras de incentivo.

Agradeço de forma bastante especial a Joyce, pelo carinho e atenção.

Estendo meus agradecimentos às Autoridades e população marabaenses, que me acolheram e não exitaram em abrir as portas de casa para me receber e participar desta pesquisa, em especial a Meire e a Fernanda.

À minha colaboradora de trabalho de campo, Laís, que, com sua simpatia, inteligência e carinho, acompanhou-me nas visitas técnicas.

À minha amiga Paula Nascimento Viudes que fez as leituras incansáveis dos textos produzidos, mas que antes disso, sonhou e acreditou nesta conquista.

Agradeço à minha cunhada, Geisiane, que festejou a conquista, contribuindo também com a leitura e linguagem textual.

Agradeço especialmente aos tios, amigos e compadres, Alúcio e Sonia, seus lindos filhos, Gabi e Hugo, que me acolheram em seu lar com afeto e carinho todas as vezes que precisei. Família presente de Deus em minha vida, minha base e meu alicerce.

Aos amigos, em especial Vanderléia, e seus filhos, Vitor e Leticia, que suportaram, respeitaram e apoiaram a frequente ausência.

“Não te queixes diante da luta. É a tua chance. Sem batalha, não há vitória.”
Lubich

RESUMO

Contribuição ao estudo dos dilemas e impactos das unidades prisionais do Pontal do Paranapanema: um estudo de caso do município de Marabá Paulista/SP

A principal contribuição desse trabalho consistiu na discussão sobre os dilemas, que se engendraram a partir da implantação da unidade prisional no município de Marabá Paulista, no estado de São Paulo. A pesquisa foi realizada a partir da análise do histórico de ocupação capitalista no Pontal do Paranapanema, refletindo sobre a gênese sociopolítica da desigualdade social e da miséria, perpassando pelo debate sobre políticas públicas e estado, bem como a contextualização histórica da implantação das unidades prisionais nessa região e uma breve conceituação de cidades pequenas. Foi realizado levantamento bibliográfico e coleta de dados a partir do trabalho de campo, por meio da aplicação de questionários junto às autoridades municipais e à população em geral, bem como em base de dados oficiais disponíveis, dentre as quais: Atlas de Vulnerabilidade Social, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. Explorando algumas abordagens teóricas fundamentais para compreensão da desigualdade, da pobreza e do processo de globalização e compreendendo o processo histórico da ocupação capitalista no Pontal do Paranapanema e do avanço da implantação das unidades prisionais no Estado de São Paulo, foi possível problematizar e compreender as circunstâncias do processo de massificação do encarceramento apoiado pelo Estado enquanto ação de desenvolvimento regional. Apresentou-se a análise dos resultados do trabalho de campo, destacando a compreensão das autoridades e também da população sobre a unidade prisional instalada. Nas considerações finais, apontou-se os impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais relacionados à implantação da unidade prisional e ao desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Unidades Prisionais; Desenvolvimento Regional; Dilemas; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Contribution to the Study of Dilemmas and Impacts of Prison Units of Paranapanema Pontal: a Case Study of the Municipality of Marabá Paulista/Sp

The main contribution of this work was the discussion about the dilemmas that were generated from the implantation of the prison unit in the municipality of Marabá Paulista, in the state of São Paulo. The research was carried out from the analysis of the history of capitalist occupation in Pontal do Paranapanema, reflecting on the sociopolitical genesis of social inequality and misery, passing through the debate on public policies and state, as well as the historical contextualization of the implantation of the prison units in this region and a brief conceptualization of small towns. A bibliographic survey and data collection was carried out from the field work, through the application of questionnaires to the municipal authorities and to the population in general, as well as in an official database available, among them: Atlas of Social Vulnerability, Institute Brazilian Department of Geography and Statistics and Public Security Secretariat of São Paulo. Exploring some fundamental theoretical approaches to understanding inequality, poverty and the globalization process and understanding the historical process of the capitalist occupation in Pontal do Paranapanema and the progress of the implantation of the prison units in the State of São Paulo, it was possible to problematize and understand the circumstances of the process of massification of state-supported incarceration as a regional development action. The analysis of the results of the field work was presented, highlighting the understanding of the authorities and also of the population about the installed prison unit. In the final considerations, it was pointed out the social, economic, environmental and cultural impacts related to the implantation of the prison unit and the regional development.

Keywords: Prison Units; Regional development; Dilemmas; Public policy.

LISTA DE SIGLAS

AMAPP	- União dos Municípios com Assentamentos do Pontal do Paranapanema
CATI	- Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDP	- Centro de Detenção Provisório
CESP	- Companhia Elétrica do Estado de São Paulo
CNJ	- Conselho Nacional de Justiça
CONTAG	- Confederação de Trabalhadores na Agricultura
CPP	- Centro de progressão Penitenciária
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CR	- Centro de Ressocialização
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
FJP	- Fundação João Pinheiro
FPM	- Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDHM	- Índice de Desenvolvimento Humano
INFOPEN	- Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
ISS	- Imposto Sobre Serviços
ITESP	- Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAADRE	- Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional
MAST	- Movimento dos Agricultores Sem Terra
MST	- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEAGEO	- Núcleo de Estudos Ambientais e Geoprocessamento
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PCC	- Primeiro Comando da Capital
PIB	- Produto Interno Bruto
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROINTER	- Programa de Pesquisa Interdisciplinar
RA	- Regiões Administrativas
RDD	- Regime Disciplinar Diferenciado

SAGE	- Sala de Apoio à Gestão Estratégica
SAP	- Secretaria de Administração Penitenciária
SEADE	- Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SNIS	- Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento
SSP	- Secretaria de Segurança Pública
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TIC	- Tecnologia da Informação e Comunicação
UF	- Unidade Federativa
UGRHI	- Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos
UNIPONTAL	- União dos Municípios do Pontal
UNOESTE	- Universidade do Oeste Paulista
UP	- Unidades Prisionais
URDD	- Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Representação da População e População encarcerada no Estado de São Paulo.....	82
GRÁFICO 2 - Representação do Percentual de Sentenciados no município de Marabá Paulista.....	89
GRÁFICO 3 - Representação da pirâmide etária por gênero masculino e feminino no município de Marabá Paulista – SP, em 1991.....	96
GRÁFICO 4 - Representação da pirâmide etária por gênero masculino e feminino no município de Marabá Paulista – SP, em 2000	97
GRÁFICO 5 - Representação da pirâmide etária por gênero masculino e feminino no município de Marabá Paulista – SP, em 2010	97
GRÁFICO 6 - Representação da Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Município de Marabá Paulista –SP, de 1991 a 2010.....	99
GRÁFICO 7 - Representação da Evolução do IDHM do município de Marabá Paulista - SP.....	100
GRÁFICO 8 - Representação dos Domicílios do município de Marabá Paulista com Esgotamento Adequado.....	101
GRÁFICO 09 - Representação do Percentual da População a favor ou contra a unidade prisional no município de Marabá Paulista – SP.....	108
GRÁFICO 10 - Representação dos Benefícios da Instalação da Unidade Prisional no município de Marabá Paulista - SP	113

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Representação População carcerária nas Unidades Prisionais dos municípios do Pontal do Paranapanema.....	18
TABELA 2 - Representação das unidades prisionais inauguradas no Estado de São Paulo, de 2000 a 2017.....	84
TABELA 3 - Representação do Roteiro das Entrevistas Realizadas.....	92
TABELA 4 - Representação da Organização dos Dados Coletados na Pesquisa de Campo.....	93
TABELA 5 - Representação da Organização dos Dados Coletados na Pesquisa de Campo	94
TABELA 6 - Representação da População Total, por gênero, rural/urbano, em Marabá Paulista - SP.....	98
TABELA 7 - Representação da Caracterização dos Participantes da Pesquisa de Campo.....	103
TABELA 8 - Representação dos Anos de Moradia no Município de Marabá Paulista dos Participantes da Pesquisa de Campo.....	104
TABELA 09 - Representação do Grau de Instrução dos Participantes da Pesquisa de Campo.....	105
TABELA 10 - Representação do Coeficiente do FPM para municípios não Capital.....	108
TABELA 11 - Representação do Opinião sobre a implantação da Unidade Prisional no município de Marabá Paulista - SP.....	110

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	23
2.1	A Gênese Sociopolítica da Desigualdade Social e da Miséria.....	23
2.2	Política Pública e Estado.....	45
2.3	Compreensão Histórica da Ocupação Capitalista no Território Regional.....	49
2.4	Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas no Pontal.....	68
2.5	Contextualização Histórica das Unidades Prisionais no Estado de São Paulo.....	79
2.6	Cidades Pequenas: Breve Conceituação.....	86
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	89
3.1	Instrumento para Coleta e Organização dos Dados.....	93
4	ANÁLISE DOS DILEMAS E IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA/SP ...	95
4.1	Marabá Paulista: Aspectos históricos, sociais, econômicos, geográficos e demográficos: uma análise a partir dos dados secundários	95
4.2	Caracterização dos Participantes	103
4.3	Análise dos Dados Coletados no Trabalho de Campo.....	105
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
	REFERÊNCIAS	120
	APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO A SER APLICADO JUNTO A POPULAÇÃO SOBRE O IMPACTO DA UNIDADE PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA.....	124
	APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO A SER APLICADO COM GESTOR MUNICIPAL E AUTORIDADES SOBRE O IMPACTO DA UNIDADE PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA.....	126

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado da pesquisa construída durante o período de realização do Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional (MMADRE), ofertado pela Universidade do Oeste Paulista (UNOESTE), de Presidente Prudente, estado de São Paulo, com início em 2016, no qual ingressei como aluna regular. Este Programa *Strictu Sensu*, interdisciplinar, é mantido pela UNOESTE, de Presidente Prudente. Desde 2014, desenvolve suas pesquisas centradas no Programa de Pesquisa Interdisciplinar (PROINTER), intitulado “Resíduos e seus potenciais impactos no Pontal no Paranapanema: agroenergia, saúde, meio ambiente e políticas públicas”, que direciona as pesquisas realizadas no MMADRE. As pesquisas objetivam identificar os entraves às transformações socioeconômica, produtiva e de uso dos elementos naturais da região do Pontal do Paranapanema-SP.

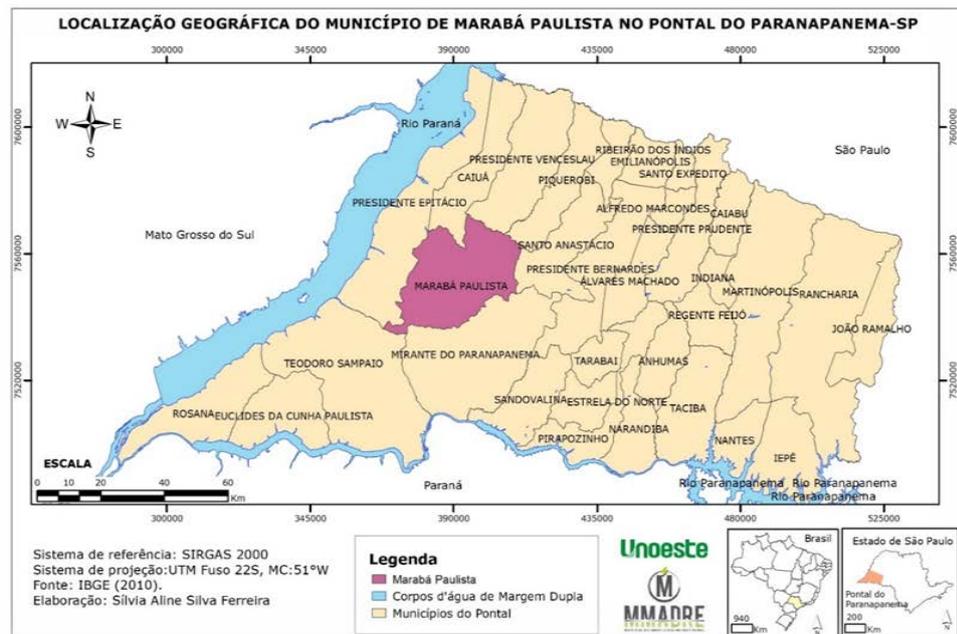
Em um primeiro momento, estranhava-se a ideia de uma Assistente Social cursar mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. No entanto, alguns fatores contribuíram e potencializaram esta escolha, dentre eles: o tema de monografia do Curso de Graduação em Serviço Social, no ano de 2003, “Mulheres do Cárcere”, que objetivou pesquisar sobre as implicações que a prisão tinha na vida das mulheres com companheiros reclusos; a atuação profissional na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo com cargo na Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social, com sede em Dracena, ao qual deparei-me com um cenário de concentração de unidades prisionais instaladas na região, o que trazia inquietações e despertava interesses acadêmicos.

A partir do aprofundamento dos estudos nas disciplinas cursadas e nas orientações recebidas, a temática e o objetivo do trabalho foram se construindo de forma clara e precisa. O cenário regional evidenciou a necessidade de se compreender os impactos e os dilemas decorrentes na região em razão da instalação das unidades prisionais.

Situada no Oeste Paulista, a Região Administrativa de Presidente Prudente possui aproximadamente 24.000 km² (vinte e quatro mil quilômetros quadrados), o que corresponde a 9,6% (nove vírgula seis por cento) do território do Estado de São Paulo, abrigando 854.876 (oitocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e setenta e seis) habitantes, segundo o Sistema Estadual de Análise de

Dados (SEADE, 2017). O Oeste Paulista está localizado entre os rios Tietê e Paranapanema, sendo composto pelas mesorregiões de Presidente Prudente, Assis, Lins, Marília e Araçatuba. O Estado de São Paulo possui 15 (quinze) Regiões Administrativas (RA), subdivididas em 63 (sessenta e três) microrregiões ou chamadas de Regiões de Governo. O Pontal do Paranapanema¹ pertence à Região Administrativa de Presidente Prudente e é composto por 32² (trinta e dois) municípios, entre eles, a cidade de Marabá Paulista, objeto deste estudo. O Pontal do Paranapanema faz divisa com os Estados de Mato Grosso do Sul e Paraná, e sua extensão territorial é de 18.844,60 km² (IBGE, 2010), representado pelo Mapa 1.

MAPA 1 - Mapa do Pontal do Paranapanema com localização do município de Marabá Paulista



Fonte: Autora (2017).

¹ Optou-se por considerar a divisão territorial do Pontal do Paranapanema utilizada pelo Comitê de Bacias Hidrográficas do Estado de São Paulo como delimitação da área de abrangência do Pontal do Paranapanema, haja vista as diversas divisões existentes.

² Caiabu, Indiana, Tarabai, Estrela do Norte, Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiuá, Emilianópolis, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, João Ramalho, Marabá Paulista, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Nandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancharia, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba e Teodoro Sampaio.

O grau de urbanização da Região Administrativa de Presidente Prudente é de 90,20% (noventa vírgula vinte por cento), ao passo que no Estado de São Paulo é de 96,37% (noventa e seis vírgula trinta e sete por cento), e sua renda per capita, segundo o Censo de 2010, atingiu o patamar de R\$ 659,20 (seiscentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos), ou seja, quase 23% (vinte e três por cento) menor que a média do Estado de São Paulo, cujo índice foi de R\$ 853,75 (oitocentos e cinquenta e três reais e setenta e cinco centavos), de acordo com os dados levantados pela SEADE (2017). Tais indicadores demográficos e econômicos indicam baixa concentração demográfica, um menor grau de urbanização e renda per capita abaixo da média estadual, formando uma condição diferenciada deste espaço regional frente ao conjunto do Estado. Assim, constata-se um ritmo desacelerado de urbanização e economia, com poucas variações ao longo do tempo na microrregião de Presidente Prudente. O valor médio da remuneração do trabalhador também é um dos mais baixos do Estado de São Paulo (SILVA; SPOSITO, 2009).

Com o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, em reais correntes, equivalente a R\$ 24.969.350,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e cinquenta reais), segundo a SEADE (2017), a colonização do Oeste Paulista se mistura com a história da indústria cafeeira e das ferrovias, dando destaque à construção da estrada de ferro da Alta Sorocabana, sendo a única alternativa pelos trilhos para a escoação da produção do grão. De lá para cá, a economia do Oeste Paulista teve várias fases: a extração de madeira, a plantação de algodão e do café, com seus dias de glória entre o final do século XIX e começo do século XX.

Em meados de 1970, a região detinha a maior área na criação de gado e, apesar de nos dias atuais esse índice ter diminuído, a RA de Presidente Prudente ainda é considerada um grande produtor de carne bovina e de leite. Assim, pode-se dizer que esta região tem como base de sua economia a pecuária e as atividades agroindustriais. O cultivo de cana de açúcar, dando destaque às usinas de álcool, é uma das principais atividades desenvolvidas na região, atualmente.

Apesar do alto índice de desmatamento ocorrido por meio do desenvolvimento desordenado, a RA de Presidente Prudente ainda detém áreas de preservação de mata nativa, como a Estação Ecológica de Caiuá e o Parque

Estadual do Morro do Diabo, berço de preservação do mico-leão-preto³. Em relação ao turismo, destaca-se a Estância Turística da cidade de Presidente Epitácio, que faz divisa com o Estado do Mato Grosso do Sul e é banhada pelas águas do Rio Paraná.

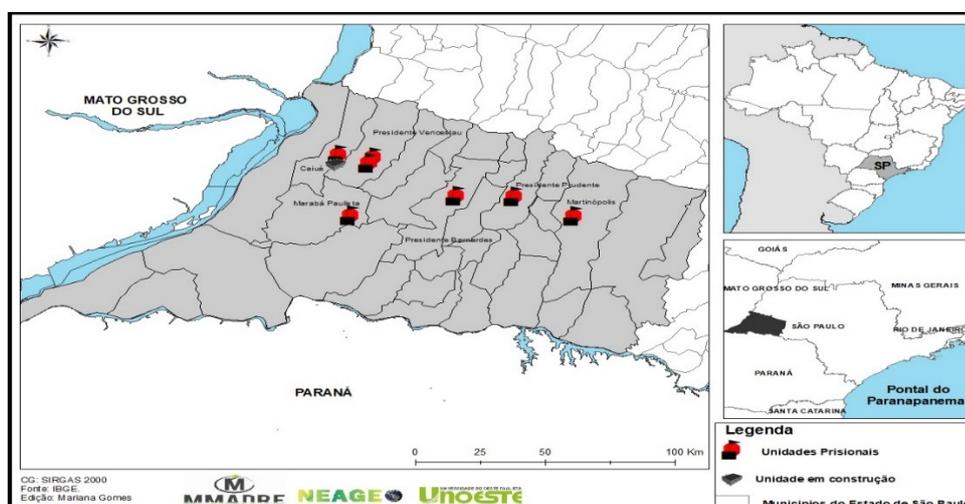
Na década de 1990, a Região do Pontal do Paranapanema esteve presente nos noticiários devido a dois acontecimentos. O primeiro deles referiu-se à organização dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à intensificação das ocupações das terras devolutas. A irregularidade das terras na região se perpetua até hoje, sendo que o Pontal conta com 103 (cento e três assentamentos rurais com mais de 5.500 (cinco mil e quinhentas) famílias assentadas e muitos hectares de terras devolutas para regularização fundiária pelo Estado (NERA, 2017). O segundo acontecimento foi o início da instalação de grande número de unidades prisionais nesta região.

Segundo os dados da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), são 168 (cento e sessenta e oito) unidades prisionais⁴ em todo Estado de São Paulo, com um total de 23 (vinte e três) unidades inseridas no Oeste Paulista, das quais sete pertencem ao Pontal do Paranapanema, conforme Mapa 2. Os municípios com unidades prisionais instaladas são: Caiuá, Marabá Paulista, Martinópolis, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Presidente Venceslau (SÃO PAULO (Estado), 2015). Vale destacar que o município de Caiuá possui uma unidade prisional em fase avançada de construção.

³ Trata-se de unidade de conservação federal de proteção integral situada nos municípios Euclides da Cunha Paulista, Marabá Paulista, Presidente Epitácio e Teodoro Sampaio, no Estado de São Paulo, com área total de 6.677 (seis mil, seiscentos e setenta e sete) hectares, cujos objetivos são: “proteger e preservar amostras dos ecossistemas de Mata Atlântica, bem como propiciar o desenvolvimento de pesquisas científicas” (Art. 1º do Decreto s/nº de 16 de julho de 2002). A Estação Ecológica do Mico-Leão-Preto é formada por quatro fragmentos florestais (Água Sumida, com 1.119 (um mil, cento e dezenove) hectares; Ponte Branca, com 1.306 (um mil, trezentos e seis) hectares; Tucano, com 2.115 (dois mil, cento e quinze) hectares, e Santa Maria, com 2.057 (dois mil e cinquenta e sete) hectares), sendo parcialmente sobreposta a Zona de Amortecimento de uma das mais importantes unidades de conservação do Estado de São Paulo, o Parque Estadual Morro do Diabo. Além disso, está incluída no perímetro da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, desde novembro de 2002. Disponível em: http://www.wikiaves.com.br/areas:esec_mico-leao-preto:inicio. Acesso em: 12/11/2017

⁴ Para realização desta pesquisa não foi feita distinção entre os tipos de unidades prisionais instaladas na área de estudo, considerando que, independentemente do tipo de unidade prisional, todas têm impactos positivos ou negativos sobre o território.

MAPA 2 - Mapa da Localização das Unidades Prisionais do Pontal do Paranapanema



Fonte: Autora (2017).

A Tabela 1 apresenta os municípios do Pontal que possuem unidades prisionais, além do número de habitantes dessas cidades (IBGE, 2010), a população carcerária e a capacidade da população carcerária por unidade prisional (SÃO PAULO (Estado), 2015). A tabela apresenta de forma clara que Marabá Paulista é o município mais impactado numericamente com a instalação da unidade prisional.

TABELA 1 - Representação População Carcerária nas Unidades Prisionais dos municípios do Pontal do Paranapanema*

Município / População	Capacidade máxima da população carcerária	Total de sentenciados em 2017	Porcentagem de encarcerados em função do número de habitantes do município
Presidente Prudente 207.610 habitantes	943 sentenciados	1877	9,4 %
Presidente Venceslau 37.910 habitantes	Penitenciária I: 781 sentenciados	758	1,9%
Presidente Venceslau 37.910 habitantes	Penitenciária II: 1280 sentenciados	799	2,1%
Martinópolis 24.219 habitantes	872 sentenciados	1.990	8,2%
Presidente Bernardes 13.570 habitantes	1451 sentenciados	2.175	16 %
Caiuá 5.039 habitantes	844 sentenciados	1.120	22,2%
Marabá Paulista 4.182 habitantes	844 sentenciados	1.409	33,6%

Fonte: São Paulo (Estado) (2015) e IBGE (2010).

*Tabela organizada em ordem decrescente de número de habitantes nos municípios.

As sete unidades prisionais somam 7.015 (sete mil e quinze) vagas disponíveis, no entanto, aproximadamente 10.128 (dez mil, cento e vinte e oito) sentenciados ocupam estas vagas, o que retrata a superlotação das unidades prisionais, com percentual de 30,75% (trinta vírgula setenta e cinco por cento) de sentenciados a mais do número total de vagas. Importante destacar que o Pontal do Paranapanema é formado, em sua maioria, por municípios com população inferior a 10.000 (dez mil) habitantes (SÃO PAULO (Estado), 2015). Portanto, a região é composta de municípios de pequeno porte com ausência ou insuficiência de políticas públicas. Outra característica a se ressaltar é a presença de empreendimentos econômicos, como as usinas hidrelétricas e as unidades prisionais, que atraem pessoas na expectativa de encontrar não só postos de trabalho, mas, inclusive, investimentos financeiros de novos serviços, como o que ocorreu no município de Marabá Paulista, no qual um empresário construiu de um hotel devido à instalação da unidade prisional, para receber os familiares dos sentenciados.

O município de Marabá Paulista, no estado de São Paulo, tem aproximadamente 4.182 (quatro mil, cento e oitenta e dois) habitantes (IBGE, 2010) e inaugurou no ano de 2005 a Unidade Prisional em Regime Fechado, a Penitenciária João Antônio Panucci, com capacidade para 844 (oitocentos e quarenta e quatro) sentenciados. Porém, atualmente está com um total de 1409 (um mil, quatrocentos e nove) sentenciados. Destaca-se que o número de sentenciados é computado pelo Censo populacional do IBGE para o número total de habitantes municipais, ocasionando aumento significativo no número de habitantes do município com a instalação de uma unidade prisional. A unidade prisional de Marabá Paulista está instalada à aproximadamente 04 km (quatro quilômetros) da zona urbana, localizando-se, então, na zona rural, conforme as orientações da SAP, às margens da Rodovia General Euclides Figueiredo - SP563, Km 507, que liga o município de Presidente Venceslau a Teodoro Sampaio.

A presença de unidades prisionais na região do Pontal traz alguns questionamentos e inquietações acerca do impacto negativo e/ou positivo dessas unidades no desenvolvimento da região. Dentre estes questionamentos, pode-se destacar: Quais as vantagens e as desvantagens dessas unidades para os municípios?, Qual a interferência dessas unidades no desenvolvimento regional?. Mazzini, 2007 (p. 39) afirma que:

Torna-se cada vez mais difícil encontrar ou mesmo propor uma definição de desenvolvimento que contemple a abrangência de seu significado. Observamos, no entanto, que todos os modelos ditos de desenvolvimento, favoreceram a evolução do modo de produção capitalista, que é extremamente concentrador e excludente, trazendo como consequência direta a crescente pauperização da população.

Portanto, o debate sobre o desenvolvimento está intrinsecamente ligado na discussão da evolução do modo capitalista que revela as desigualdades sociais, a miséria e os desequilíbrios regionais. Mazzini (2007) afirma que muitos pesquisadores justificam tais problemas pelo mau funcionamento das instituições públicas ou pelas debilidades políticas e éticas que prejudicam o bom funcionamento das coisas. Todavia, as razões destes males possuem outras fontes ligadas diretamente ao modelo de desenvolvimento adotado no país e no mundo.

Segundo Gil (2007), desenvolvimento é um conceito que encerra completude, sendo humano e sustentável. Esse caráter de completude de seu significado expõe a redundância de qualquer adjetivo que se queira agregar, ganhando, então, a conotação de multidimensionalidade. A autora afirma, ainda, que as expressões de desenvolvimento local, desenvolvimento regional, desenvolvimento nacional ou desenvolvimento internacional referem-se às escalas de análise. Apesar de cada uma delas possuírem suas especificidades, o desenvolvimento contém várias unidades dialéticas, entre as quais o fato de não acontecer simultaneamente em todos os lugares e segmentos. Portanto, diante desta afirmação, pode-se iniciar a compreensão de que há, no Pontal do Paranapanema, essa contraditoriedade, haja vista que a região não se desenvolveu de forma igual a outras regiões do país.

Frente ao exposto, objetivou-se com este estudo compreender como e se a implantação das unidades prisionais interfere no desenvolvimento regional do Pontal do Paranapanema, a partir de um estudo de caso realizado no município de Marabá Paulista, tendo como objetivos específicos:

- Analisar o histórico de ocupação capitalista da região do Pontal do Paranapanema;
- Investigar as principais justificativas, explícitas e/ou tácitas, referentes à implantação das unidades prisionais na região do Pontal do Paranapanema;

- Discutir as propostas públicas do governo estadual, visando o impulsionar o desenvolvimento do Pontal do Paranapanema;
- Discutir os desdobramentos e os impactos da Unidade Prisional de Marabá Paulista no território municipal.

Para alcançar tais objetivos, a proposta metodológica inicial da pesquisa consistia na realização de um inventário⁵ e diagnóstico da realidade regional para posterior análise e compreensão dos impactos das unidades prisionais. No decorrer da pesquisa, compreendeu-se que a mesma iria transpor o método proposto e alcançaria um estudo e análise dos dilemas e impactos das unidades prisionais na região, por meio do estudo de caso no município de Marabá Paulista. Assim, a pesquisa foi subdividida em análise do histórico de ocupação capitalista no Pontal e implantação das unidades prisionais na região e compreensão da evolução histórica de implantação das unidades prisionais no Estado de São Paulo, realizados através de levantamentos bibliográficos e coleta de dados que auxiliaram nesta compreensão.

Tais dados foram obtidos tanto por meio de trabalho de campo, pela aplicação de entrevistas com gestores municipais e população, quanto em bases de dados disponíveis, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, a Fundação SEADE. A compilação do cruzamento dos dados obtidos através da pesquisa bibliográfica e das fontes de dados estatísticos possibilitou compreender e apontar os principais dilemas que as unidades trouxeram para o desenvolvimento regional.

Para tanto, a presente pesquisa utilizou-se da abordagem qualitativa para maior compreensão teórica do tema pesquisado e também da pesquisa em dados secundários que atentou para análise referentes à economia, à demografia e à população, oferecidos por grandes provedores de dados oficiais. Foram realizadas visitas ao município de Marabá Paulista para aproximação com a realidade a ser pesquisada, abordagem inicial com os entrevistados e realização das entrevistas.

⁵ Inventário e Diagnóstico é parte de uma metodologia do Planejamento Ambiental utilizada por Rodriguez (1994), Leal (1995). LEAL, A. C. **Meio ambiente e urbanização na microbacia do Areia Branca** – Campinas-SP, 1995. 155p. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro. RODRIGUEZ, J. M. M. Planejamento Ambiental como campo de ação da Geografia. In: **Anais do CBG**, Curitiba, v.1. AGB, 1994.

Foram entrevistados 26 (vinte e seis) pessoas entre autoridades e população. Para melhor compreensão, compilou-se as respostas, agrupadas e quantificadas, o que possibilitou análise qualitativa dos dados quantitativos gerados pelas entrevistas. Essas informações foram cruzadas com os dados oficiais que retratam a realidade do município de Marabá Paulista, favorecendo o entendimento dos dilemas da unidade prisional no município.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. O primeiro contém a introdução da temática de estudo, do objetivo geral, objetivos específicos e a descrição do objeto da pesquisa, que foi realizada a partir da caracterização regional e dos aspectos sociais e demográficos do município de Marabá Paulista, estado de São Paulo.

No segundo capítulo, apresentou-se a fundamentação teórica para compreensão da gênese sociopolítica da desigualdade social e da miséria, além da compreensão histórica da ocupação capitalista na região, o debate sobre o desenvolvimento regional e as políticas públicas no Pontal do Paranapanema, apontamentos socioambientais e, por fim, a caracterização do avanço das unidades prisionais no Estado de São Paulo, bem como dos aspectos relevantes para a compreensão da pesquisa.

Já o terceiro capítulo retratou os procedimentos metodológicos descritivos da metodologia utilizada para a realização da pesquisa; o delineamento e os procedimentos da pesquisa e os instrumentos para coleta e descrição dos dados. O quarto capítulo, foi dedicado a apresentar o resultado e as discussões da pesquisa, por meio de tabelas, gráficos e análise descritiva. Por fim, as considerações finais retrataram os resultados alcançados frente aos objetivos pretendidos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, apresenta-se os principais aspectos teóricos estudados para o desenvolvimento da pesquisa. Portanto, alguns autores foram selecionados para embasar o debate sobre o impacto da implantação da unidade prisional no município de Marabá Paulista. Para adentrar na discussão descreveu-se alguns entendimentos sobre a massificação da desigualdade social e da miséria a partir das contribuições de Dupas (2001); Wacquant (2001); Arrighi (1996) e Araújo et al. (2014). Esses autores permitiram compreender os avanços do sistema capitalista na potencialização da opulência e da privação da massa trabalhadora.

Wacquant (2001) discorre sobre a criminalização da pobreza e a punição dos empobrecidos, procurando demonstrar como o “menos Estado” econômico e social impulsiona o crescimento do “mais Estado” policial e penitenciário.

Afim de avançar na construção proposta apresentou-se a compreensão sobre Políticas Públicas e Estado; o processo histórico de ocupação capitalista no território regional, bem como o desenvolvimento e as políticas públicas do Pontal do Paranapanema, a partir de autores como Monbeig (1984); Leite (1981); Fernandes (1996); Felício (2011), Mazzini (2007); Rosa (2015), Lopes (2006), Melazzo (2006); Frey (2000); Carlos (2007) e Secchi (2012).

Foi necessário também compreender o processo histórico de evolução das unidades prisionais no Estado de São Paulo e contextualizar as chamadas pequenas cidades, por meio dos estudos realizados por Silvestre (2007), Feltran (2012), Santos (1982), Endlish (2006) e Roma (2008). Defendeu-se uma perspectiva que contribua para o debate a respeito dos desdobramentos e os impactos da unidade prisional de Marabá Paulista no território municipal e na discussão sobre as propostas do governo estadual para o desenvolvimento desta região. Assim as temáticas centrais de políticas públicas, papel do Estado e o desenvolvimento regional são passíveis de serem problematizadas e ampliadas.

2.1 A Gênese Sociopolítica Da Desigualdade Social e da Miséria

O resgate histórico, a partir do início da década de 1970, reuniu abordagens para ampliar a compreensão da gênese sociopolítica e econômica do

que tem sido denominada de globalização. Para atingir o mais remoto rincão do globo e diminuir todas as distâncias territoriais, a expansão capitalista, que se encontra em franco desenvolvimento, procura demonstrar sua pujança para o rompimento e destruição de todas as barreiras, desde as econômicas e sociais, até as jurídicas, políticas e culturais. Contudo, trata-se de uma expansão perversa ao promover cada vez com mais intensidade, duas realidades completamente distintas: a da opulência e a da privação, como explicou Sen (2000).

O avanço do modo de produção capitalista desde a Revolução Industrial impera na sociedade atual por não admitir nenhum limite ao seu desenvolvimento e à sua acumulação. Como nem todos podem ganhar dentro deste sistema, cuja lógica prioriza o lucro em detrimento dos seres humanos e do meio ambiente, um fosso abissal se amplia consolidadamente de forma incontestável, entre os que têm e os que não têm. Com a integração dos mercados financeiros e dos processos produtivos em todo o globo, um contingente cada vez maior é simplesmente abandonado à margem, ficando longe das vantagens da economia mundializada.

Diversas análises foram desenvolvidas para compreender quais são as principais características deste contingente e quais suas perspectivas possíveis dentro da conjuntura atual. Dentre as importantes contribuições se destacam as de Dupas (2001), Wacquant (2001), Arrighi (1996) e Araújo et al. (2014), entre outros, cujas reflexões levaram em consideração que, a partir da revolução no campo da informática e suas inúmeras alterações, duas se destacaram por apontarem as potencialidades que engendraram a exclusão social que pesa sobre o referido contingente: a reestruturação mundial no mundo do trabalho e o aprofundamento do processo de minimização da interferência do Estado no desenvolvimento econômico.

As análises de Dupas (2001) visam identificar as várias dimensões da exclusão social e da pobreza. Definir exclusão social é desafiador, haja vista que o conceito é complexo e exige ampla reflexão sobre o seu significado, seu alcance e seu limite. Devido a inúmeros fatores, há uma propagação da impressão sobre o aumento em todo o mundo deste tipo de exclusão. Faz-se necessário, portanto, uma definição adequada do que significa exclusão social, tarefa que Dupas (2001) também aborda a partir da década de 1980, considerando o avanço da internacionalização do capital.

Com a mundialização da economia impulsionada pela mobilidade do capital, os investimentos em políticas públicas diminuem gradativamente, cabendo ao capital desenvolver manobras para a obtenção de um poder de barganha sobre os Estados, afetando diretamente a autonomia dos mesmos em relação à sua regulação e ao seu próprio funcionamento. A globalização e a velocidade com que ocorre o avanço tecnológico facultam as multinacionais, instrumentalizando-as no máximo aproveitamento do que cada país tem a oferecer (DUPAS, 2001).

As multinacionais passaram por mudanças significativas na sua forma de organização, o que fez com que ampliassem a fragmentação e dispersão da cadeia produtiva por várias nações. Ou seja, a empresa busca em cada nação as vantagens que cada uma tem, de modo a minimizar o custo de produção. Para que isso ocorra, a precarização da mão de obra é acentuada, pois essas empresas buscam mão de obra barata, muitas vezes através de terceirização ou subcontratos, inserindo as famílias dos trabalhadores numa estrutura de exclusão, exploração e miséria.

Dupas (2001) evidencia que as multinacionais utilizam o que lhes é conveniente, ou seja, mão de obra familiar e/ou implementação de uma remuneração por peça, contratos por tempo parcial e até terceirização, o que gera exploração da mão de obra e, quando necessário, até contratos tradicionais de trabalho. Além dos impactos econômicos, o avanço tecnológico e as mudanças na lógica da produção capitalista têm afetado o modo de vida das famílias, principalmente, daquelas que habitam nas periferias das metrópoles.

Segundo Dupas (2001, p. 16) as constantes mudanças na lógica da produção capitalista modificaram valores e padrões que há muito tempo estavam alicerçados na sociedade. Estas alterações colocam no interior dos lares o sentimento de insegurança e de exclusão social. São mudanças que:

[...] invadem também a esfera individual ao modificar valores e padrões há muito tempo sedimentados, estando aí uma das principais raízes do sentimento de insegurança que começa a se generalizar e que está subjacente à preocupação com a exclusão social, fortemente ligado às mudanças acarretadas no mercado de trabalho.

Dupas (2001) entende que a atual forma de acumulação capitalista impulsionada pelo avanço tecnológico transforma a lógica e o sistema das relações laborais. O emprego passou a ser mais flexível, precário e sem garantias de

estabilidade. Tais mudanças causaram incômodo às sociedades, como as ocidentais, dado que o emprego não é visto apenas como garantia de conquista de renda, mas também como inter-relação social e formação da identidade pessoal. Esse sentimento de desamparo é acentuado pela ausência de serviços públicos e ações estatais, visto desde o pós-guerra como responsável pela proteção social.

É importante destacar a interferência direta no padrão de consumo advindo do avanço tecnológico, como explica Dupas (2001, p. 17), no qual:

O encurtamento das distâncias entre os diversos países do mundo e a exacerbação da mídia global fizeram com que o modo de vida das sociedades de consumo ocidentais, apesar de não estar acessível a todos, nem mesmo nos países ricos, fosse tomado como padrão. [...] De fato, a sociedade contemporânea criou um sério problema ao centrar no consumo diferenciado boa parte da realização pessoal e social.

Este padrão de consumo contribui com a intensificação do surgimento do conceito de exclusão social, por não permitir às famílias dos trabalhadores também usufruírem e participarem desta ciranda consumista. O consumo passou a ser visto como uma forma de sucesso pessoal e social, o que gera problemas para a sociedade. Para Dupas (2001), a concepção que cada sociedade estabelece sobre exclusão social está influenciada por mudanças econômicas e também sociológicas. Pois, mesmo sendo de escala global, as mudanças têm influenciado de forma diferente na ideação moral nos diversos grupos da sociedade. Tal fato exige que a definição de exclusão social considere as particularidades locais, ou seja, não basta avaliar apenas o contexto econômico e institucional, mas também o entendimento do grupo sobre a integração social dos indivíduos (DUPAS, 2001).

As análises de Dupas (2001, p. 18, grifos no original) ressaltam que a ordem econômica atual, ao oferecer possibilidades para a integração social, encontra-se limitada por razões que podem ser explicitadas por intermédio de três paradigmas: o da solidariedade; o da especialização e o do monopólio, sendo que:

No “paradigma da solidariedade” a exclusão é vista como quebra de vínculo social entre os indivíduos e sociedade. Cabe ao Estado a obrigação de ajudar na inserção dos excluídos. No “paradigma da especialização”, a exclusão reflete discriminação. Não haveria exclusão caso os excluídos pudessem transitar livremente pelas categorias sociais, possibilidade essa que o Estado deve garantir. No “paradigma do monopólio”, a exclusão seria a consequência da formação de monopólios de grupos sociais (processo de *social closure*). A desigualdade seria mitigada pela cidadania social-democrática, que levaria à participação de todos na comunidade.

Cada um dos paradigmas apresenta formas diferentes de exclusão social e também responsabilidades, tanto por parte do Estado, quanto da sociedade. Dupas (2001) esclarece que tanto o paradigma da solidariedade quanto o paradigma da especialização são de responsabilidade Estatal, pois este auxiliaria na inserção dos excluídos e garantiria o trânsito livre pelas categorias sociais. À sociedade civil caberia o paradigma do monopólio, que seria a garantia da participação de todos nos grupos sociais. Ele relata que a discussão sobre exclusão social advém do aumento de famílias sem teto e da pobreza urbana. A estes, denomina-se de novos excluídos, pois são aqueles grupos que estavam até pouco tempo dentro dos padrões de crescimento e que passaram a ser marginalizados. Devido ao avanço tecnológico e à redução de gastos das empresas como estratégia de lucro, grupos antes integrados ao sistema foram sumariamente excluídos, engendrando

[...] uma massa de pessoas supérfluas ao sistema, as recentes transformações socioeconômicas redirecionam o foco das discussões sobre os problemas sociais decorrentes. Se antes a grande preocupação era com as condições de exploração nas quais a inserção se dava, agora ela se transformou na dificuldade de encontrar formas de inserção, quaisquer que sejam elas. Essa ideia me parece interessante, uma vez que reforça o fato de que houve uma modificação na superestrutura ideológica da sociedade (DUPAS, 2001, p. 19).

Nesse sentido, a esquerda perdeu, de alguma forma, uma das suas principais bandeiras, pois a luta era contra o modelo fabril nos moldes fordistas, repetitivo, alienante e não-criativo. Atualmente há uma retomada do que antes incomodava, pois, se antes a crítica era sobre as condições de trabalho dentro das fábricas enquanto trabalho alienante, atualmente o que se deseja é a retomada desta forma de trabalho, em face das novas formas de trabalho contemporâneo: precário, flexibilizado e instável, distante de oferecer ao trabalhador estabilidade e segurança (DUPAS, 2001).

Dupas (2001) ainda esclarece que as mudanças ocorridas no modo de produção capitalista e na sociedade levaram ao surgimento do debate sobre exclusão social, tanto nos aspectos culturais, econômicos, sociais quanto nos aspectos políticos ou psicológicos. Dessa, vários conceitos surgiram para explicitar a situação social de exclusão de forma distorcida e multifacetada. Dupas (2001) evidencia as contribuições de Rogers (1995) sobre esse aspecto, ressaltando que:

[...] a abordagem de exclusão social é em sua essência “multidimensional”, incluindo uma ideia de falta de acesso não só a bens e serviços, mas também à segurança, à justiça, à cidadania. Ou seja, relaciona-se a desigualdades econômicas, políticas, culturais, étnicas, entre outras. O autor aponta vários níveis nos quais se pode estar excluído: a) exclusão do mercado de trabalho (desemprego de longo prazo); b) exclusão do trabalho regular (parcial e precário); c) exclusão do acesso a moradias decentes e a serviços comunitários; d) exclusão do acesso a bens e serviços (inclusive públicos); e) exclusão dentro do mercado de trabalho (para ele, existe uma “dualização do processo de trabalho”, ou seja, há empregos ruins, de acesso relativamente fácil – que além de precários não geram renda suficiente para garantir um padrão de vida mínimo – e há empregos bons, mas de difícil acesso, que geram níveis de renda e de segurança aceitáveis; em geral, segmentação acontece em termos de raça, sexo, nacionalidade); f) exclusão da possibilidade de garantir a sobrevivência; g) exclusão do acesso à terra; h) exclusão em relação à segurança, em três dimensões: insegurança física; insegurança em relação à sobrevivência (o risco de perder a possibilidade de garanti-la) e insegurança em relação à proteção contra contingências; i) exclusão dos direitos humanos (ROGERS, 1995 apud DUPAS, 2001, p. 20).

Segundo Dupas (2001) é fundamental compreender a pobreza a partir da sua junção com outras variáveis. De modo geral, a forma como classifica-se a exclusão transparece suas diversas multidimensões, pois o indivíduo pode estar excluído de diversas formas, inclusive em várias dimensões simultaneamente. Ele destaca que o indivíduo pode estar excluído por não garantir sua sobrevivência como também por não poder acompanhar o avanço do consumo no sistema capitalista contemporâneo, reafirmando, assim, a complexidade da terminologia da exclusão social.

A globalização e seu impacto sobre os indivíduos não são uniformes, portanto, cada grupo social e nação percebem de uma forma particularizada seus efeitos. A flexibilização do trabalho e a precarização da mão de obra ocorrem de forma mais intensa nas relações de mercado mais flexíveis. Dupas (2001) chama a atenção para países como o Brasil, em que a precariedade do trabalho e o desemprego preocupam a todos, discutindo se estes estão ligados às transformações da globalização ou se são heranças de todo o processo de crescimento mediano que ocorreu no país.

É importante destacar que as dimensões econômicas da exclusão efetiva estão vinculadas à renda, à inserção ocupacional, à etnia e ao gênero, às condições de moradia e à cidadania. As análises de Dupas (2001) consideram a gênese da exclusão a partir das análises econômicas, tratando também do sentimento de exclusão percebido pelo desempregado, por exemplo. E, como o Estado não soube enfrentar e nem demonstrou interesse em conter a decomposição

do trabalho assalariado, os índices de desemprego no mundo todo atingem níveis nunca antes registrados.

Somam-se às análises de Dupas (2001), as contribuições de Wacquant (2001), por jungir a exclusão social como resultado da reestruturação do mundo do trabalho ao aumento dos índices da violência urbana. As instituições policiais e penitenciárias são acionadas para conter as desordens geradas pelo desemprego em massa, e quando o crime já faz parte do cotidiano e representa um aspecto trivial, há, paulatinamente, a transição do Estado Social para o Estado Penal.

O mito do Estado Soberano capaz de garantir a segurança e a ordem por ser responsabilizado pela repressão do crime adquire novos significados e novas articulações. A criminalização da pobreza e a punição aos empobrecidos são dimensões estudadas por Wacquant (2001), quando procura demonstrar como o “menos Estado” econômico e social impulsiona o crescimento do “mais Estado” policial e penitenciário. Ele está entre os pesquisadores que defendem a hipótese de que, quanto mais criminalização das camadas inferiores da sociedade, mais amplas se expande, no tecido social, o sentimento de segurança de toda a sociedade. Essa ideologia emergiu, originalmente, nos Estados Unidos e vem sendo exportada para a Europa, para a América Latina e diversas partes do globo.

Segundo Wacquant (2001), o Estado investe mais em ações de segurança pública pautada, quase na sua totalidade, no aparelhamento policial e no grande investimento nas construções das unidades prisionais, do que na expansão de políticas públicas, tanto de cunho compensatório, quanto de desenvolvimento social. Essas razões contribuem na justificação do aprisionamento da população pobre, negra, jovem e morador nas periferias, pois, tais ações são compreendidas pela sociedade civil como a melhor forma de diminuir os níveis de violência.

Para Wacquant (2001, p. 7) a penalidade neoliberal

[...] reafirma a onipotência do Leviatã no domínio restrito da manutenção da ordem pública – simbolizada pela luta contra a delinquência de rua – no momento em que este afirma-se e verifica-se incapaz de conter a decomposição do trabalho assalariado e de refrear a hiper mobilidade do capital, as quais, capturando-a como tenazes, desestabilizam a sociedade inteira.

O tratamento policial da exclusão social, da miséria e da dimensão criminal da pobreza é ressaltado por Wacquant (2001), ao demonstrar a impotência

estrutural do Estado na contenção do avanço da precarização das condições laborais, bem como da imensa mobilidade do capital que se impõe na busca de acumulação infinita. A criminalização da miséria fortalece o Estado policial e penitenciário e desestabiliza a sociedade, pois o Estado neoliberal preocupa-se mais com o livre mercado, deixando de investir em políticas públicas para o desenvolvimento humano e social.

Trata-se de uma política que, ao marginalizar uma parcela da sociedade, abandona esse enorme contingente populacional empobrecido a arcar com o ônus das precárias condições de trabalho e desemprego estrutural. Portanto, o Estado cuida de forma criminal e penal toda e qualquer situação de miséria e desigualdade social vivenciada pela classe trabalhadora, que é constituída no alvo das ações penais e criminais do Estado, o qual justifica sua ação com um discurso referente à manutenção da paz e da ordem social. Discurso que mais serve para justificar a manutenção da ordem pública e garantir o avanço do capital e seu modo de produção característico.

Wacquant (2001) aponta quatro fatores responsáveis pela interconexão da questão criminal à questão social, com os quais sublinha a insegurança social numa sociedade autossuficiente, discriminadora e excludente. O primeiro fator refere-se ao contexto histórico das dominações econômicas que falseiam a ideia de globalização, ou seja, sobre a égide da globalização tem-se o enriquecimento de poucos e o empobrecimento da massa sobrance, da qual participa o enorme contingente, quase na sua totalidade constituída por famílias de trabalhadores. A este fato atribui-se, o que Wacquant (2001) chama de crescimento da violência criminal das grandes cidades, como por exemplo, nas cidades de Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, entre outras, as quais apresentam alto índice de mortes violentas, “atingindo 40 para cada 100.000 habitantes, ao passo que o índice nacional supera 20 para cada 100.000” (WACQUANT, 2001, p. 8).

Para ampliar a compreensão dessa realidade, é importante esclarecer que se trata do desenvolvimento de uma estrutura social historicamente construída para impulsionar o avanço das engrenagens capitalistas. Delas fazem parte, as leis de acumulação do capital, a corrida armamentista, o tráfico internacional de drogas, o crime organizado e a promiscuidade dos órgãos da polícia, proporcionando a disseminação do “crime e o medo do crime por toda a parte no espaço público” (WACQUANT, 2001, p. 8). São razões como estas, algumas das justificativas para

compreender as ações do Estado, que prefere investir menos em políticas sociais e mais em políticas de controle policial, fortalecendo com esta prática a repressão em detrimento da prevenção.

Segundo Wacquant (2001, p. 8), a ausência de proteção social do Estado faz com que:

[...] a juventude dos bairros populares esmagados pelo peso do desemprego e do subemprego crônicos continuará a buscar no “capitalismo de pilhagem” da rua (como dirá Max Weber) os meios de sobreviver e realizar os valores do código de honra masculino, já que não consegue escapar da miséria no cotidiano.

A insegurança criminal no Brasil constitui no segundo fator apresentado por Wacquant (2001), ao demonstrar que a gravidade dessa situação aumenta por intermédio da intervenção das forças de ordem advindas do Estado. As técnicas repressivas utilizadas pelo Estado por meio da polícia, a tortura e os desaparecimentos de pessoas pobres tornaram-se rotineiras com as ações da violência policial.

As estatísticas apresentadas por Wacquant (2001) apontam o expressivo número de pessoas mortas pelas ações da Polícia Militar na cidade de São Paulo. A maioria dos assassinatos executados pela polícia habita na periferia e é constituída por jovens pobres, trabalhadores e negros. As estatísticas são noticiadas no dia a dia pela mídia brasileira, de forma que a classe popular, normalmente, é concebida como se fosse culpada e merecedora de toda violência. Com esses dados, afirma-se que a violência vem sendo perpetuada ao longo da história da sociedade desde a escravidão até os atuais (WACQUANT, 2001).

O terceiro fator deixa a situação ainda mais difícil, pois se refere à “hierarquia de classes e da estratificação etnoracial e a *discriminação baseada na cor*, endêmica nas burocracias policial e judiciária” (WACQUANT, 2001, p. 9, grifos no original). É comum os negros serem vigiados de forma contínua nas rotas policiais, e nas grandes cidades, como São Paulo, por exemplo, as ações policiais geralmente buscam punições mais severas às pessoas negras se comparadas às pessoas de tez branca. Os negros constituem um dos principais alvos de práticas violentas e de intolerância, pois, constantemente sofrem preconceitos e maus tratos. Para Wacquant (2001, p. 10), “penalizar a miséria significa aqui “tornar invisível” o problema negro e assentar a dominação racial dando-lhe um aval de Estado”.

Somam-se aos atos de violência praticados contra os negros, as condições de trabalho degradante a que são expostos. Mesmo assim, normalmente, são vistos como pessoas ruins e de má índole, não merecedoras de acesso a serviços e políticas públicas de qualidade. É essa mentalidade coletiva, como explica Wacquant (2001), que:

[...] faz com que o conjunto das classes sociais tendam a identificar a defesa dos direitos do homem com a tolerância a *bandidagem*. De maneira que, além da marginalidade urbana, a violência no Brasil encontra uma segunda raiz em uma cultura política que permanece profundamente marcada pelo selo do autoritarismo (WACQUANT, 2001, p.10, grifos no original).

Essa mentalidade foi construída historicamente pela sociedade brasileira desde o período colonial, no qual imperava a lógica estamental. Nas palavras de Wacquant (2001), por essa lógica, defender os direitos sociais e econômicos, investir em políticas públicas e serviços que atendam às necessidades de sobrevivência do pobre e da classe trabalhadora, era entendida pela elite social e pelo Estado como ação de fomento à vagabundagem e à desordem social. No lugar desse Estado Providência emerge o Estado Penitência, cuja pujança se impõe como se fosse uma verdadeira ditadura sobre os pobres, pois,

Em tais condições, desenvolver o Estado penal para responder às desordens suscitadas pela desregulamentação da economia, pela dessocialização do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta de amplos contingentes do proletariado urbano, aumentando os meios, a amplitude e a intensidade da intervenção do aparelho policial e judiciário, equivale a (r)estabelecer uma verdadeira *ditadura sobre os pobres* (WACQUANT, 2001, p.10. Grifos no original).

Os pobres estão sobre o olhar direto do Estado, mas sendo vigiados, culpabilizados e penalizados pelas mazelas sociais a que estão expostos, haja vista que a ditadura sobre os pobres e a criminalização da pobreza são antagônicas, se comparadas à busca de uma sociedade igualitária e pacífica. O anseio de uma nação com um desenvolvimento cultural, no qual busca-se o fortalecimento da liberdade e da igualdade, do esforço pelo diálogo aberto e ecumênico, não se pode admitir a discriminação de classe, de etnia e de gênero. A segregação social que pesa sobre a mulher na sociedade brasileira é ainda pior e, de alguma forma, faz parte da criminalização da pobreza, como esclareceu Moreira et al. (2003).

O quarto e último fator diz respeito ao crescimento do número de unidades prisionais no Brasil, cujo objetivo se direciona para frear a miséria e os distúrbios urbanos. O investimento em unidades prisionais impulsiona o crescimento hodierno do número de sentenciados negros, pobres e moradores da periferia, tornando alarmante o contingente de sentenciados, como explica Wacquant (2001, p. 11, grifos no original):

É o estado apavorante das prisões do país, que se parecem mais com *campos de concentração para pobres*, ou com empresas públicas de depósito industrial dos dejetos sociais, do que com instituições judiciárias servindo para alguma função penalógica - dissuasão, neutralização ou reinserção.

As unidades prisionais no Brasil apresentam péssimas condições de higiene, superlotação, alimentação inadequada, falta de espaço, ar e luz, o que as tornam as piores unidades prisionais no que se refere ao tratamento dispensado ao ser humano. Tais características reforçam a ideia de que os sentenciados não são dignos de serviços de qualidade, resultando em um crescimento de doenças, como a tuberculose e o HIV, além de estupros e assassinatos. Acrescente-se a essas informações, a escalada estrutural da violência despejada nas populações periféricas e nas unidades prisionais, como a ocorrência das chacinas (WACQUANT, 2001).

O Brasil ficou ainda mais conhecido por ser detentor do maior massacre de sentenciados, conforme descrito por Varella (2003). A força policial foi responsável pelo assassinato de mais de uma centena de sentenciados de forma arbitrária e violenta. Por meio de ações de tolerância zero⁶ sobre os pobres, dos abusos policiais e das práticas ilegais de repressão que o Brasil implanta e fortalece a criminalização da pobreza. Frente ao exposto, Wacquant (2001, p. 12), nota que as unidades prisionais brasileiras servem apenas

[...] para agravar a instabilidade e a pobreza das famílias cujos membros ele sequestra e para alimentar a criminalidade pelo desprezo escandaloso da lei, pela cultura da desconfiança dos outros e da recusa das autoridades que ele promove.

⁶ Para uma maior aproximação com a genealogia do discurso da “tolerância zero” consultar: WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

Considerando que a adoção das medidas de penalização dos pobres e a limpeza das ruas, conhecida como tolerância zero e importada dos Estados Unidos, apenas agravam a criminalidade policial, as práticas de repressão, a desigualdade social e o desmonte dos direitos sociais. Diante dessa arquitetura mundializada para atender aos anseios capitalistas, Wacquant (2001) aponta para a urgência dos países em lutarem contra a miséria, a falta de oportunidades de vida que fortalecem a violência na sociedade.

Ao trazer para o debate qual tipo de sociedade o Brasil quer construir, Wacquant (2001) contribui para ampliar a compreensão sobre as análises propostas por Arrighi (1996). Tais propostas procuram demonstrar a força hegemônica desenvolvida pelo capital, ao visar a cooptação de qualquer tipo de sociedade. São estes os aspectos reunidos por Arrighi (1996) para discutir os conceitos de hegemonia, capitalismo e territorialismo.

Arrighi (1996) esclarece que o conceito de hegemonia mundial é o da capacidade de um Estado liderar e governar sobre um sistema de nações soberanas e potentes. O poder exercido por essas nações soberanas pode ser apenas o gerenciamento corrente do sistema, e a gerência de um sistema de Estados potentes implica em algum tipo de transformação que altera o modo de funcionamento do mesmo.

A liderança descrita por Arrighi (1996) é mais que uma simples dominação, é o poder associado à dominação e potencializado pelo comando intelectual e moral. É o que Gramsci denomina de “dominação”, ampliada pelo exercício da liderança intelectual e moral. Para melhor compreender a dominação, é melhor descrevê-la como sendo o poder potencializado pelo consentimento e pela coerção sobre as nações mais fracas, enquanto que a hegemonia é o poder potencializado pela permissão, pela autorização e pela força, pela pressão e imposição.

Desta forma, o autor reflete a partir da revisão da concepção de Maquiavel sobre o poder como uma junção de concordância e imposição. Arrighi (1996) explica que, neste caso, a concordância é a influência moral, da norma sobre o outro, e a imposição significa a obrigação de se fazer a partir da influência merecedora de confiança. Nesta ramificação, ele esclarece que não há lugar para o controle dos meios de pagamentos, característico do poder capitalista.

Frente ao elucidado, Arrighi (1996) destaca que a dominação é alicerçada na imposição, ao passo que a hegemonia será percebida como uma força suplementar alcançada por um grupo dominante, pelo fato de este grupo ter competência de introduzir, em amplitude mundial, as causas dos conflitos. Para ele, quando se utiliza o termo hegemonia, analisando os casos em que o grupo de Estados dominantes simboliza os demais de forma dolosa, estará diante de uma situação de fracasso da hegemonia e não de sua consolidação.

A concepção de hegemonia é aplicada no sentido de liderança e dominação entre as nações. Mas pode ser que a utilização da definição deste termo para as relações interestatais, ou seja, para descrever relações entre os Estados, gere dois problemas complementares. O primeiro refere-se quando um Estado dominante, ao desempenhar uma função hegemônica, liderando um conjunto de Estados, conduz-os a um determinado rumo, visto como vantajoso a todos.

Para Arrighi (1996), esse tipo de liderança faz com que um Estado dominante seja hegemônico sobre os demais. Um Estado também pode liderar quando atrai os demais Estados para sua forma de desenvolvimento, mas, neste caso, amplia a competição pelo poder em vez de ampliar o Estado hegemônico. Assim, essa liderança amplia a luta pelo poder, ao invés de ampliar o poder estatal. As duas formas de liderança podem existir simultaneamente por um determinado período, mas a condição de hegemonia somente é definida a partir da primeira definição.

O segundo problema reside na dificuldade de se alcançar o interesse geral entre os Estados e não de forma individualizada. A expansão do poder do Estado frente aos demais constitui-se na busca notável de um interesse nacional. Arrighi (1996) elucida que o poder não aumenta para todos os Estados de forma igual, mais aumenta para uns em detrimento de outros, assim, a hegemonia do Estado dirigente é regional e não uma hegemonia universal.

Nesse sentido, um Estado somente pode ser considerado hegemônico mundialmente quando a busca pelo poder não é o seu único intuito. Para isso, o Estado precisa também alcançar o poder diante dos cidadãos, ou seja, um Estado pode ser considerado hegemônico quando é determinante de um crescimento geral do poder coletivo dos governantes diante dos indivíduos, ou quando afirma que o crescimento da sua força, em relação aos demais Estados, é de relevância para todos (ARRIGHI, 1996).

Arrighi (1996) esclarece que estas afirmações são seguras em caos/desordem sistêmica. Afirma ainda que não se deve confundir caos sistêmico com anarquia, pois anarquia significa a ausência de um governo central, enquanto que caos sistêmico é a ausência total de organização, ou seja,

O “caos” e o “caos sistêmico”, em contraste, referem-se a uma situação de falta total, aparentemente irremediável, de organização. Trata-se de uma situação que surge por haver uma escalada do conflito para além do limite dentro qual ele desperta poderosas tendências contrárias, ou por que um novo conjunto de regras e normas, sem anulá-lo, ou por uma combinação dessas circunstâncias. À medida que aumenta o caos sistêmico, a demanda de “ordem” – a velha ordem, uma nova ordem, qualquer ordem! – tende a se generalizar cada vez mais entre os governantes, os governados, ou ambos. Portanto, qualquer Estado ou grupo de Estados que esteja em condições de atender a essa demanda sistêmica de ordem tem a oportunidade de se tornar mundialmente hegemônico (ARRIGHI, 1996, p. 30).

De acordo com Arrighi (1996), os países que usufruíram desta oportunidade com êxito, fizeram-na reconstruindo o sistema mundial, recompondo uma colaboração entre os Estados, ou seja, as hegemonias estatais não ascenderam ou declinaram em um sistema mundial invariável ou imutável, mas ao contrário, o sistema mundial contemporâneo é marcado por sucessivas e elementares reestruturações conduzidas por Estados hegemônicos. Por conseguinte, a reorganização das relações laborais responsável pelo descarte da classe trabalhadora vem se desenvolvendo nessa direção.

Nessa perspectiva, as reestruturações são consequências do moderno sistema de governo, que surgiu com a decadência do governo europeu moderno e medieval. O moderno sistema de governo está ligado ao avanço do capitalismo como sistema econômico mundial. Portanto, a ascensão e o crescimento do moderno sistema interestatal foram tanto a causa quanto o feito da desmedida acumulação capitalista, visto que os vários sistemas políticos presentes dentro das diversas nações fomentaram o surgimento e crescimento do sistema capitalista (ARRIGHI, 1996).

A junção histórica entre capitalismo e sistema interestatal, como elucidada Arrighi (1996), é sinalizada pela contradição e pela unidade. Capitalismo e Estados nasceram juntos, portanto, pode-se dizer que um é dependente do outro, interferindo nas formas de governo e lógica de poder. Arrighi (1996, p. 33) salienta que:

[...] a competição interestatal e interempresarial pode assumir formas diferentes, e a forma que assumem tem consequências importantes para o modo como o moderno sistema mundial – enquanto modo de governo e enquanto modo de acumulação – funciona ou deixa de funcionar. Não basta enfatizar a ligação histórica entre a concorrência interestatal e a interempresarial. Devemos também especificar a forma como ela assume e como se modifica no correr do tempo. Só desse modo podemos apreciar plenamente a natureza evolutiva do sistema mundial moderno e o papel desempenhado por sucessivas hegemonias mundiais na construção e reconstrução do sistema, a fim de solucionar a contradição recorrente entre uma “interminável” acumulação de capital e uma organização relativamente estável do espaço político.

Segundo Arrighi (1996), é substancial definir o que é capitalismo e territorialistas, como modos incompatíveis de governo ou de poder. Os governantes territorialistas concebem o poder com o crescimento e a consistência populacional sob seu domínio e a riqueza como forma de buscar e alcançar o crescimento territorial. Os governantes capitalistas têm o poder como forma de controle sobre a insuficiência de recursos e compreendem o crescimento territorial como um meio para a acumulação do capital.

Os governos territorialistas tendem a aumentar seu poder expandindo as dimensões de seu “continente”. Os governantes capitalistas, em contraste, tendem a aumentar seu poder acumulando riqueza dentro de um pequeno “continente”, e a só aumentar as dimensões deste último se isso for justificável pelos requisitos da acumulação de capital (ARRIGHI, 1996, p. 33).

Para melhor compreensão, Arrighi (1996) enfatiza que os governos territorialistas buscam expandir seu poder por meio da expansão de terras do seu continente/nação. Enquanto os governantes capitalistas expandem seu poder através da acumulação de riqueza no interior de um pequeno continente/nação e só buscam a expansão se for aceitável pelas normas de acumulação de capital. Arrighi (1996, p. 34) compreende que:

[...] capitalismo e territorialismo representam estratégias alternativas de formação do Estado. Na estratégia territorialista, o controle do território e da população é o objetivo da gestão do Estado e da guerra, enquanto o controle do capital circulante é o meio. Na estratégia capitalista, a relação entre os meios e os fins se o inverte: o controle capitalista circulante é o objetivo, enquanto o controle do território e da população é meio. Essa antinomia não implica coisa alguma no tocante à intensidade da coerção empregada na busca do poder por qualquer dessas estratégias. [...] a república veneziana, no auge de seu poder, era, ao mesmo tempo, a mais clara encarnação de uma lógica capitalista do poder e de uma formação estatal intensamente coercitiva. O que essa antinomia implica é que o aspecto realmente inovador do processo de formação do Estado veneziano

e do sistema de cidades-Estados a que Veneza pertencia não foi com que intensidade esse processo dependeu da coerção, mas com que intensidade ele se orientou para a acumulação de capital, e não para a incorporação de territórios e populações.

Arrighi (1996) admite que a ação estatal em busca de aquisição de território e a acumulação de capital não se confundem com os resultados obtidos. As lógicas capitalistas e territorialistas para expansão do poder não existem uma sem a outra, mas relacionadas entre si em um determinado espaço de tempo. Desta forma, o resultado almejado de cada lógica ocorre de forma diferente e distante do que se esperava em termos abstratos.

Assim, historicamente, a tendência mais acentuada para expansão territorial brotou da sementeira do capitalismo político (a Europa) e não da sede do império territorialista mais desenvolvido e mais bem-sucedido (a China) (ARRIGHI, 1996, p. 34).

Ele explica que o fato pelo qual a China não se empenhou em empreender na busca e conquista da hegemonia do sistema mundial, funda-se a partir da lógica territorialista que influenciou na tomada de decisão e ponderou os custos, benefícios, e riscos para o investimento na expansão territorial e comercial. Frente ao exposto, vale destacar que o investimento na expansão territorialista não é mais nem menos coerente do que o investimento em um sistema de poder capitalista.

Trata-se antes, de uma lógica diferente, na qual o controle do território e da população é, em si mesmo, o objetivo das atividades de gestão do Estado e da guerra, e não um simples meio na busca do lucro pecuniário. O fato de tal controle ser buscado como um fim em si não significa que sua expansão não esteja sujeita a "limites utilitários definidos". Tampouco significa que a expansão seja irrefletidamente realizada além do ponto em que seus benefícios projetados, em termos de poder, são negativos ou positivos, mas insuficientes para justificar aos riscos implicados ou noutro tipo de "hiperexpansionismo imperial" (ARRIGHI, 1996, p. 36).

A China é o exemplo de nação territorialista que buscou expansão por meio do crescimento territorial e não caiu na armadilha do chamado hiperexpansionismo, considerado como o propulsor das quedas econômicas de outras nações. O autor chama atenção para o processo limitado de expansionismo dos Estados Europeus, mas o fato se explica a partir da compreensão dos grandes benefícios que tanto o governo quanto as multinacionais europeias tiveram para

manter o controle do mercado asiático. O controle e o domínio das forças produtivas constam do interesse do capital por fazer parte do modelo econômico hegemônico em franca expansão, estudado por Arrighi (1996), cuja compreensão contribui com as análises de Araújo et al. (2014).

Suas contribuições almejam traçar considerações sobre os paradoxos do modelo econômico hegemônico e sobre os limites ecológicos do desenvolvimento a partir de reflexões sobre o crescimento e a incompatibilidade com os limites do planeta. Ou seja, o atual modelo de produção e consumo é profunda e essencialmente insuficiente para garantir condições de vida para toda a humanidade. Araújo et al. (2014) mostram a deficiência do modelo de crescimento frente o desenvolvimento e questiona a concepção hegemônica do progresso.

Desde 2010, com a última edição da Obra de Rachel Carson – Primavera Silenciosa – várias outras publicações trouxeram à luz do debate os malefícios que o modo de produção atual e a exacerbada forma de consumo tem causado ao meio ambiente. O que se está em debate são os valores de consumo e o sentimento de prosperidade e bem-estar da sociedade em detrimento à sustentabilidade ambiental.

Segundo Araújo et al. (2014), já é concordância científica, política e na sociedade civil que o desenvolvimento econômico não é exequível em um planeta finito. Araújo et al. (2014) refletem sobre as intervenções humanas nos aspectos naturais do planeta e aponta para a chamada Era do Antropoceno, caracterizada pelas transformações e intervenções irreversíveis do homem no meio ambiente. Essas intervenções são justificadas pela necessidade incontrolável do consumo e da produção de bem de consumo, desde a Revolução Industrial.

O progresso associado à acumulação de bens não respeita os limites ambientais e de recursos naturais do planeta. Frente à busca pela riqueza e à necessidade de se preservar os recursos naturais do planeta, Araújo et al. (2014) apresentam o maior desafio para a humanidade: arquitetar um novo modelo de desenvolvimento acessível aos diversos grupos populacionais, considerando o direito de desenvolvimento das próximas gerações.

Os efeitos negativos da degradação ambiental já podem ser percebidos, em especial pelas populações mais pobres e vulneráveis. Essa população sente a falta da água potável, ausência de saneamento básico, além de 20,6% (vinte vírgula seis por cento) deste contingente populacional sobreviver com

menos de US\$ 1,25 por dia (ARAÚJO et al., 2014). Os efeitos da degradação ambiental podem ser vistos nas mudanças climáticas e extinção de espécies da biodiversidade. A sobrevivência só é viável atualmente devido às grandes desigualdades sociais existentes, que impossibilitam uma vasta parcela da população de acessar condições apropriadas de vida.

Devido ao desenvolvimento da Ásia e de outros países emergentes, o índice de consumo tende a aumentar, e com ele eleva-se os níveis de degradação sobre os recursos naturais e ao meio ambiente. Araújo et al. (2014) relatam que não se pode impedir o consumo pelos países em desenvolvimento e tampouco é possível negar o ônus histórico do consumo para as futuras gerações. Portanto, será necessário assumir a responsabilidade humana frente à degradação ambiental e principalmente, frente aos riscos enfrentados pelo planeta e pela sobrevivência humana.

A industrialização fomentou, na maioria das comunidades, a ânsia pelo crescimento do consumo de bens materiais, deixando de lado o bem comum e os valores que firmam as relações humanas. O crescimento econômico é considerado, pelo senso comum, como a melhor opção em prejuízo da qualidade de vida da sociedade. O crescimento econômico carrega consigo grandes impactos ambientais e sociais, no entanto, Araújo et al. (2014) asseveram que mesmo diante de tantas comprovações dos malefícios ambientais e sociais causados pelo crescimento econômico, este ainda tem sido considerado o trilha da bonança e do crescimento.

[...] o modelo econômico hegemônico somente é viável enquanto se preserva a liquidez do sistema e se mantêm níveis elevados de consumo. Para tanto, é preciso dinamizar o crescimento econômico por meio da inovação da destruição criativa – o que é consonante com a prática da obsolescência programada – e da expansão da demanda por novidades disponíveis no mercado na forma de produtos e/ou serviços. Esses dois fatores propulsores da dinâmica de mercado se retroalimentam e carecem continuamente de disponibilidade de capital (ARAÚJO et al., 2014, p. 11).

O que sustenta esse capital é o aumento constante do poder de compra da sociedade que, por meio de economia e do pecúlio, os consumidores patrocinam o crédito, garantindo a lucratividade do capital pelo consumo das mercadorias e dos bens. Esse círculo de consumo de muitos e o lucro de poucos almeja a acumulação crescente e infinitos lucros. Araújo et al. (2014) enaltecem que

a busca pela eficiência produtiva por parte das empresas significa redução de gastos, resultando em menos recursos e menos trabalho.

Diante de momentos de enfraquecimento, propiciado por falta de capital ou aumento dos valores das matérias-primas, o sistema capitalista entra em falência. Frente à crise econômica, as pessoas tendem a poupar dinheiro ao invés de consumir. Para responder à crise econômica, o autor aponta três soluções: flexibilização monetária (e conseqüente inflação), dívida pública e dívida privada. Como conseqüência, amplia os índices de desemprego, a dívida externa dos países e da dívida privada.

O atual sistema capitalista de produção e consumo faz acreditar que o desenvolvimento ocorre somente com o crescimento econômico, o que coloca frente a um grande questionamento: enfrentar a exaustão econômica ou avançar no crescimento econômico, mesmo que este amplie as desigualdades e ameace a garantia da vida?. Araújo et al. (2014) chamam atenção para o fato de que as necessidades humanas, por si só, consomem recursos naturais.

Portanto, mesmo que o sistema de produção e consumo se altere, não há a possibilidade de se aliviar definitivamente a exploração da natureza, à medida que se busca o crescimento econômico. Sendo assim, não se resolve o dilema dos recursos naturais frente à proposta de implantação da economia sustentável ou da economia verde. É de suma importância incentivar a diminuição da retirada de recursos naturais, mas existem potenciais limitações para esta proposta.

Para garantia de sobrevivência da vida no planeta é necessário garantir formas de recuperação dos recursos naturais, ou seja, os recursos terão que se recuperar com igual ou maior taxa de utilização, visto que os recursos não renováveis deverão ser substituídos por recursos renováveis, bem como as taxas de absorção de poluentes e as taxas de reciclagem deverão atingir taxas mais altas que as de lançamento. No entanto, o alto índice de consumo, atrelado ao crescimento populacional e às altas taxas de poluentes, impedem a capacidade de recuperação do planeta.

Tal fato se potencializa a partir das análises que afirmam que o planeta apresenta limites de regeneração, que não são fáceis de se identificarem. O que chama atenção é que desde 1992, segundo dados científicos, os limites de recuperação do planeta já foram extrapolados, sendo necessária uma profunda

alteração nos modos de vida dos indivíduos, nas formas de produção e de consumo, para que se possa garantir a sobrevivência perante os recursos naturais disponíveis.

Araújo et al. (2014, p. 13) destacam que há:

[...] a interferência nos ciclos de nitrogênio, devido à aplicação de fertilizantes em culturas agrícolas; o comprometimento da biodiversidade, com perdas irreversíveis de espécies essenciais para a manutenção do equilíbrio ecológico; e as emissões de CO² na atmosfera, com impactos sobre as mudanças climáticas. Além disso, o limite de acidificação dos oceanos está próximo de ser ultrapassado e as fronteiras para o uso da água doce e para o uso da terra mostram sinais de vulnerabilidade.

Os três pontos apresentados explicitam a insustentabilidade da expansão capitalista por ainda considerar infinito os recursos naturais. São cinco os indicadores que interferem diretamente na dinâmica de exploração do meio ambiente pelo capital, sendo eles: avanço tecnológico, o processo de industrialização, produção de alimentos, exploração dos recursos não renováveis e produção de poluição. Os efeitos da manutenção deste ritmo de vida serão sentidos por toda a população, mesmo que possa variar de acordo com a classe social, de acordo com as condições econômicas e também de acordo com o local em que se vive, a partir de 2030, se não houver alteração na forma de manutenção do atual sistema vigente.

Araújo et al. (2014) ressaltam ainda que somente com a utilização de uma série de variáveis do desenvolvimento seria possível intervir na dura realidade de escassez de recursos naturais e da biodiversidade.

Tornou-se imprescindível as alterações que deveriam ser implantadas desde 2002, sendo elas: o dobro de estoque de recursos não renováveis do que o existente; implantação de tecnologias para controle da poluição (mantendo os índices de 1970); tecnologias para melhoria da produção agrícola, a fim de proteger o solo; vasta economia de recursos naturais em detrimento da produção; diminuição do número de filhos, a fim de conter o crescimento populacional; estagnação da produção industrial e diminuição da pegada ecológica.

Araújo et al. (2014) enfatizam que o cenário a partir dos apontamentos elencados seria de equilíbrio e não de inércia. A proposta é de um equilíbrio entre economia e população, em que esta tenha conhecimento da necessidade de rompimento com a busca incessante por crescimento econômico. De acordo com os autores, o planeta não suporta o impacto das atividades humanas, sendo necessário

que a taxa de uso dos recursos naturais mantenha-se dentro da capacidade que o planeta suporta.

Tão logo os limites da sustentabilidade tenham sido atingidos, as diminuições são inevitáveis por causa do comprometimento das condições de vida sobre a Terra. Para se evitar o colapso e corrigir o estado de *overshoot*, são necessárias políticas de desenvolvimento globais comprometidas com o futuro. Sobretudo, é importante começar o quanto antes (ARAÚJO et al., 2014, p. 15).

O atual modelo de produção e consumo é incompatível com a estabilidade ambiental e social do mundo. A Revolução Industrial engendrou a sua própria insuficiência e escassez, constituindo a inevitabilidade de uma corrente revolução. A igualdade, a suficiência e a sustentabilidade exigem uma nova forma de organização social e econômica. Acrescenta-se a esse cenário que essa nova forma de se organizar é não somente necessária como também cobiçada (ARAÚJO et al., 2014).

Apointa-se para a necessidade de uma comparação entre a estrutura do sistema vigente e o conceito de prosperidade, a fim de se identificar uma organização de vida que possibilite distender suas potencialidades. Araújo et al. (2014) revelam e contrapõem a ideia de que o crescimento econômico amplia a prosperidade. Ele utiliza a comparação entre as taxas de crescimento econômico e de renda per capita e as dimensões materiais e não materiais do bem-estar social (educação, mortalidade infantil, expectativa de vida) para comprovar a contradição entre crescimento econômico e prosperidade. Araújo et al. (2014) esclarecem que quando o crescimento atinge um determinado nível, tende a se estagnar ou a decrescer.

Isso significa que o crescimento econômico é insuficiente para propiciar qualidade de vida para a população, mas impacta negativamente no equilíbrio ecológico. Segundo Araújo et al. (2014), é imprescindível revisar os valores sociais que direcionam a vida social e econômica da população, para que busquem qualidade de vida, igualdade, segurança, justiça e sustentabilidade. Torna-se primordial que esses valores sejam incorporados de forma unânime entre cidadãos, governo e entidades, a fim de se alcançar uma forma de vida, produção e consumo que respeitem os limites ambientais do planeta.

Dessa maneira, é primordial a construção de um sistema de governança que objetive a prosperidade e se fundamente na cooperação, respeitando os limites ambientais. Para isso, será necessário incentivar o desenvolvimento das potencialidades humanas, com fulcro na promoção de um desenvolvimento distribuído igualitariamente e que incentive as diferenças étnicas e culturais da sociedade, ao mesmo tempo em que seja possibilitado ao homem a utilização de sua criatividade em favor do avanço social e moral e não mais em favor da lógica do mercado.

Nesse contexto, Araújo et al. (2014) esclarecem que a crise econômica e a crise ambiental são resultado de um único fato: um sistema que transforma tudo em mercadoria. Esse sistema é o responsável pelas diversas privações e desigualdades, além de ser o responsável pelos danos ambientais irreversíveis ao planeta. Portanto, exige-se buscar por um sistema alternativo de desenvolvimento social e econômico, questionando e resistindo ao atual modelo hegemônico.

Os movimentos sociais de resistência ao sistema capitalista são as bases para o enfrentamento e questionamento aos meios de produção e consumo em detrimento ao meio ambiente. Araújo et al. (2014) declaram que será necessário o distanciamento de valores e concepções econômicas que visam apenas o enriquecimento. Cabe aos diversos atores sociais a assunção de suas responsabilidades no que tange à busca de estratégias e à nova forma de desenvolvimento social e econômico que possibilitem sustentabilidade ambiental e bem-estar da sociedade.

As análises destes pesquisadores contribuem para a ampliação da compreensão referente à expansão capitalista, proporcionando visibilidade às efetivas consequências desta expansão sobre a vida humana e ao meio ambiente. Historicamente, o capital tem se aprimorado em saquear os recursos naturais e explorar a força de trabalho humana, excluindo um contingente populacional composto pelos pobres, pelas mulheres e pelos negros. A riqueza produzida por estes atores sociais constitui-se na causa da reprodução da pobreza e exclusão. O desafio que se impõe é o de lançar o olhar sobre os desdobramentos que essa perversa realidade incide sobre o homem e o meio ambiente. É impensável falar dos dilemas humanos e sociais sem adentrar na degradação ambiental, fruto da expansão capitalista fetichizada.

2.2 Política Pública e Estado

Importante esclarecer que há vários entendimentos sobre Política Pública e suas definições, mas as diversas definições não são importantes neste texto. Ressalta-se que Políticas Públicas para esta abordagem são as tomadas de decisões do governo nas ações que influenciam a vida dos cidadãos. Política Pública é uma diretriz elaborada para enfrentar os problemas coletivos da sociedade (MIURA, 2015). As políticas públicas possuem dois elementos fundamentais, sendo eles a intencionalidade pública, que se refere à motivação para criação de uma política pública e o problema público, que é a diferença entre a situação atual vivida e a situação ideal a ser vivida.

As políticas públicas 'tomam forma' por meio de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação em rede atores, gasto público direto, contratos com *stakeholders* dentre outros (MIURA, 2015, p.4).

O termo política pública tem sua origem atrelada aos países de língua inglesa, sendo traduzido como *public policy*. Segundo Frey (2000), existem diferentes dimensões para compreensão do termo inglês. Assim, com o objetivo de analisar a inter-relação, o processo e os conteúdos das políticas, Frey (2000) aborda a *policy analysis*, que significa a análise da política. A análise da política é realizada a partir dos processos de *polity*, *politics* e *policy*. Cabe ressaltar que no dia a dia essas três dimensões se entrelaçam e se influenciam.

- a dimensão institucional: *polity*' se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- no quadro da dimensão processual: *politics*' tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;
- dimensão material: *policy*' refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas (FREY, 2000, 216).

Para este estudo, o termo *policy*, é o que melhor traduz o significado de políticas públicas. O termo refere-se à dimensão material, conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos que possuem relação com a formação de

agenda para tomada de decisões e ações (FREY, 2000). A política é entendida como forma de atividade ou de práxis humana, referindo-se a tudo o que diz respeito as coisas da cidade, ao urbano, ao público, civil e social, na perspectiva clássica. Na era moderna, é considerada como o conjunto de atividades que, de alguma forma, esteja interligado ao Estado. Assim, política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade tomam decisões coletivas, condicionando o conjunto dessa sociedade em decisões políticas e públicas.

A oferta das políticas públicas pressupõe algumas fases necessárias para sua elaboração. Segundo Secchi (2012), são sete as fases básicas das políticas públicas, sendo elas: identificação do problema, formação da agenda, formulação das alternativas, tomada de decisão, implementação; avaliação e extinção das políticas públicas.

Secchi (2012) descreve que as políticas públicas sempre foram encaradas como resultado das dinâmicas de enfrentamento, disputa de poder e resolução de interesse dos seus atores. Assim, poder é a capacidade de influenciar alguém a fazer algo que, de outra forma, não faria. A relação de poder está constantemente presente na formulação das políticas públicas. Existem duas formas de resolver os conflitos, pela força e repressão ou pela ação coletiva e o caráter impositivo da decisão coletiva.

O Estado apresenta-se como uma unidade com território e nação coletiva definidos. Porém, o Estado não é uma instituição ilhada, apartada das demais instituições, e sim uma instituição que deve ser compreendida a partir das barganhas, conflitos ou consensos entre os diferentes grupos que estão no seu interior, que exercem menor ou maior influência de acordo com o contexto histórico (MELAZZO, 2006). Ora o Estado produz desigualdades sociais e acentua a exclusão social, ora detém informações e dados sociais importantes para a formulação de políticas públicas que enfrentam a desigualdade.

O Estado é constituído por diferentes grupos sociais com interesses e objetivos divergentes para garantir sua hegemonia e projetos, sendo relevante reafirmar a presença permanente de embates entre tais grupos na fase de elaboração das políticas públicas. Ao mesmo tempo em que contribui para a produção das desigualdades sociais e do processo de exclusão, ele ainda gera demanda por informações que possibilitem a elaboração de políticas públicas que combatam tais processos.

O Estado desenvolve estratégias que orientam e asseguram a reprodução das relações no espaço inteiro (elemento que se encontra na base da construção de sua racionalidade), produzindo-o enquanto instrumento político intencionalmente organizado e manipulado. É, portanto, um meio e um poder nas mãos de uma classe dominante que diz representar a sociedade, sem abdicar de objetivos próprios de dominação, usando como meio as políticas públicas para direcionar e regularizar fluxos, centralizando, valorizando/desvalorizando os lugares através de intervenções como “ato de planejar” (CARLOS, 2007, p.52).

Para Melazzo (2006), a política é fruto de uma série de conflitos e/ou consensos entre diferentes grupos com interesses antagônicos, que se estruturam na luta política do Estado. Neste aspecto, a política não se apresenta “neutra”, mas sim com fortes implicações em condições reais e concretas. As políticas públicas são os meios de intervenção nas expressões da questão social e, sendo de responsabilidade estatal, deve ser compreendida a partir do contexto social, político, cultural e econômico.

A composição do conjunto de regras que forma a noção de Estado é estabelecida pela aglutinação de sociedades, as quais, situadas em determinado território, visando à proteção da propriedade privada e a regulação de atribuições gerais e coletivas, se submetem a regras e acordos comuns (SILVA et al., 2017, p.28).

Destarte, o Estado passa a ser o conjunto de regras que visa proteger e atender às necessidades da nação, composto pela heterogenia entre o ordenamento jurídico e suas normas, passando a ser dotado de capacidade decisiva e possuindo o poder sobre o uso coercitivo da força. Concentra-se os interesses e poderes, os quais, em uma sociedade democrática, viabilizarão sua autorregulação, balanceando os interesses individuais que constituem a formação do Estado, as lutas de classes, os movimentos sociais, as batalhas fiscais e as disputas pelo poder político.

Vale salientar que as ações do governo sempre estão fundamentadas no poder político, na barganha de interesses políticos, em estratégias partidárias e ideologias de diversos segmentos da sociedade. As disputas por áreas que venham a ser contempladas nas políticas de governo dinamizam o debate, reunindo grupos sociais, empresários dentre outras organizações, e pressionando o governo para atender determinadas demandas (SILVA, et al., 2017, p.33).

Assim, governo é um conjunto de pessoas que conduzem a sociedade, pois ocupam cargos importantes na direção do Estado (governador, prefeitos,

deputados, vereadores etc). Esses são atores públicos que têm influência e poder direto na tomada de decisões do governo. Porém, os atores privados têm poder influenciador na definição das políticas públicas, sendo eles os empresários, consumidores, aliados políticos, trabalhadores, etc.

A atual conjuntura econômica, política, social e o fenômeno da globalização provocam mudanças na estrutura e na redefinição do papel do Estado enquanto organização política. A exemplo disso, tem-se o alto investimento em políticas públicas de segurança, ou seja, a partir do “Estado Neoliberal”, surge o “Estado Penal”, como instrumento de controle da população (WACQUANT, 2001). Outro exemplo é a escassez de políticas públicas de desenvolvimento regional. Segundo Brandão e Siqueira (2013) pode-se pontuar algumas e importantes iniciativas de políticas de desenvolvimento regional⁷, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, em 2003; a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, em 2003; o Programa Território da Cidadania, em 2008 e tantas outras iniciativas e ações. No entanto, nenhuma delas alcançou o objetivo proposto.

Quando políticas públicas temáticas são criadas para atuar em regiões de baixo desenvolvimento, em geral, não dialogam entre si e tampouco com as políticas regionais explícitas. O esforço de articulação da política regional com as demais políticas, em especial, com as de apoio ao setor produtivo, conquanto tenha sido ampliado nos anos recentes, ainda é rara e de pouca visibilidade.

Brandão e Siqueira (2013) aponta para a necessidade de se reconhecer a política regional, enquanto uma política de Estado, e de se organizar um sistema nacional de política regional que enfrente as desigualdades socioespaciais. A política de desenvolvimento regional deve buscar a integração e a transversalidade das políticas públicas em múltiplas escalas espaciais e articular os três níveis de governo. Para Brandão e Siqueira (2013), o Estado tem sido inabilidoso em colocar na agenda ou priorizar as ações de enfrentamento a desigualdades regionais.

⁷ Para complementar a leitura consultar: BRANDÃO, C. Pacto federativo, reescalonamento do Estado e desafios para a integração e coesão regionais e para legitimar políticas de desenvolvimento regional no Brasil. In: **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. p. 163-174, 2013. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/mioloPactoNOVO21.pdf>. Acesso em: 22/10/2017.

2.3 Compreensão Histórica da Ocupação Capitalista no Território Regional

A expansão capitalista no território regional rompeu, desde o seu início, com as barreiras econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas, razões pelas quais ela ainda se encontra se desenvolvendo. No início, o capital chegou destruindo os recursos naturais como as florestas, alterando a fauna e a flora. Logo em seguida, ele adentrou os territórios utilizando-se da malha ferroviária para o escoamento da produção de grãos e carne. Em seguida, foi a vez da instalação das usinas hidrelétricas pelo potencial dos dois rios que banham estas terras. Como o território do Pontal, na sua maioria, é plano, atraiu o capital sucroalcooleiro para a produção de commodities.

Dentre as análises construídas para compreender a complexidade dessa expansão capitalista regional, destacam-se as de Monbeig (1984), Leite (1981), Fernandes (1996) e Felício (2011). Monbeig (1984) construiu uma das mais importantes análises referentes à ocupação do território do Estado de São Paulo em que a existência de zonas novas a serviço das atividades econômicas oferecia particular impulso ao desenvolvimento estadual, chamado por ele de “centro vital da economia brasileira” (MONBEIG, 1984, p. 21).

À medida que as florestas eram devastadas, abriam-se espaço para novos cultivos, impulsionando o avanço dos pioneiros e a criação de grandes fazendas e interferindo com vigor no Oeste Paulista. Tanto o desenvolvimento da agricultura regional quanto o avanço populacional são imprescindíveis para o crescimento das indústrias nos grandes centros metropolitanos, como São Paulo, pois, como ressalta Monbeig (1984, p. 21):

[...] os impulsos do povoamento em tal ou qual direção; dependem as indústrias das matérias-primas fornecidas pelas regiões pioneiras, assim como a absorção dos seus produtos nos espaços recém-povoados; seus operários provêm das terras cuja decadência, em grande parte, não é senão consequência da proximidade de vastas áreas intactas. Saindo-se da metrópole paulista e percorrendo-se os territórios de mais longa data conquistada e povoados, neles se revela a influência das zonas novas, ainda que longínquas: o dono de uma plantação abandonada falava do filho que partiu para abrir uma fazenda, na franja pioneira; o colono, assalariado rural, informado sobre as retribuições pagas nas zonas novas sonha com um pedaço de floresta que possa desbravar. Por toda a parte, na cidade como no campo, sente-se que nada se estabiliza é definitivo, e que economia e povoamento se solidarizam com a marcha pioneira, que inexoravelmente arranca rumo ao Oeste, a centenas de quilômetros.

As florestas foram sendo devastadas cada dia mais em nome do progresso e do enriquecimento. Clareiras se abriram cada vez mais na mata virgem, e cidades eram implantadas. Segundo Monbeig (1984), a devastação foi tão rápida que chegou a faltar lenha para a frente pioneira abastecer as locomotivas das linhas férreas. Houve uma elevação no preço da construção das casas, haja vista que a principal matéria-prima era a madeira, que precisava ser trazida de outras regiões. Destaca-se ainda que fazendeiros e as empresas ferroviárias cultivaram eucaliptos para reflorestamento em áreas que há pouco eram de mata virgem.

A expansão capitalista sobre a região interferiu diretamente nos recursos naturais do Pontal do Paranapanema e modificou as condições naturais da hidrologia, haja vista que poços eram escavados e disputaram a água dos lençóis freáticos em detrimento do desenvolvimento das plantações e gramíneas. Monbeig (1984) relatou que as constantes queimadas contribuíram para a não reconstituição das florestas, o que degradou o solo, deixando-o insuficiente para a produção agrícola.

A realidade é mais sombria: as águas correntes transportam consigo elementos férteis do solo, que a floresta estava renovando sob a forma de húmus. A derrubada acelera a lixiviação, ao mesmo tempo que priva o solo da matéria orgânica. Daí resulta uma modificação na estrutura do solo, pois tornando-se mais difícil a circulação do ar, vai ser diminuída a atividade dos colóides (MONBEIG, 1984, p. 90).

A vasta intervenção dos pioneiros e dos fazendeiros provocaram danos ao meio ambiente, o desmatamento e as formas de cultivo provocaram o empobrecimento do solo que ficou desprotegido pela eliminação da floresta e pelo uso frequente do arado. Práticas simples de recomposição do solo deveriam ter sido utilizadas, dentre elas: a rotação da cultura, o cultivo de plantas com raízes longas para permitir a circulação dos sais e até mesmo a limitação das práticas agrícolas (MONBEIG, 1984).

Segundo Monbeig (1984), os planaltos ocidentais de São Paulo e o norte do Paraná se tornaram zona pioneira a partir do fim do século XIX, e desta forma os plantadores de café avançaram em direção ao Oeste de São Paulo, substituindo lentamente plantações de cana-de-açúcar e de agriculturas tradicionais. Assim, a cultura cafeeira contribuía para o enriquecimento dos fazendeiros, visto que o valor da exportação do café aumentava progressivamente com o passar dos anos.

No entanto, o café não era a única forma de enriquecimento, haja vista que uns eram comerciantes ricos que tinham investido na lavoura cafeeira, como descreve Monbeig (1984, p. 96):

Não raro que eles a completassem pelos negócios ou pelo arrendamento de certas taxas (por exemplo, os direitos, muito lucrativos, sobre o uso de estradas que levavam aos portos de embarque de café). Alguns eram mesmo comerciantes enriquecidos, que tinham passado a empreender uma agricultura essencialmente comercial. Um dos maiores proprietários da região fluminense, o Visconde do Rio Preto, começou sua carreira importando gado de Minas para o Rio de Janeiro. A origem da fortuna de uma grande família de fazendeiros, a dos Carneiro Leão, provinha de uma empresa de grande negócio transatlântico, fundada no Rio de Janeiro, em 1748. Outras fortunas tinham resultado do comércio de mulas, nas feiras de Sorocaba, ou então no de escravos, entre os estados do norte e os do sul. Eram solidários comércio de agricultura de exportação e tinham assegurado a formação de uma classe rica, aristocracia de dinheiro, que os imperadores Pedro I e Pedro II enobreceram generosamente e que tomava parte ativa da vida política brasileira.

Nesse sentido, a cultura do café contribuiu para que um pequeno número de pessoas se enriquecesse. Com o aumento da produção do café, a necessidade de transporte para escoar a produção foi crescendo e exigindo investimento para construção da linha férrea a partir de 1870, pelos fazendeiros. De início, a linha de ferro foi planejada para ligar Santos a Jundiaí, sendo que a produção do café seria transportada com animais até esta estação, pois ainda não se imaginava que o café adentraria o interior do Estado, posteriormente, necessitando de investimento no prolongamento da linha.

Monbeig (1984) afirma que o capital europeu passa a se interessar pelo Brasil, especificamente o capital inglês, britânico, alemão e americano. Os franceses contribuíram para a melhoria das técnicas de cultivo do café, pois, o consumo de café crescia muito na Europa e na América do Norte, o que impulsionou a expansão capitalista cafeeira, extraindo-se dividendos com a exportação dos grãos. Em 1880, em Nova York, foi criado um sindicato internacional destinado ao controle do comércio do café, tamanho era o crescimento internacional desse produto. Assim, a marcha para o oeste foi impulsionada pelo avanço capitalista, visando atender aos anseios do capital internacional.

Logo, os fazendeiros se depararam com a crise da superprodução do café, o que fez com que descaísse o seu plantio, frente ao vasto estoque do produto. Monbeig (1984) reconta que a marcha do povoamento diminuiu e a criação de novos

povoados desacelerou-se. O investimento na construção das linhas férreas continuou atingindo assim regiões mais benéficas à criação de gado do que ao cultivo de café. Os mesmos investidores na construção da ferrovia foram os que tiraram proveito das terras para criação de gado. A exemplo disso, Antonio Prado foi o incentivador da ferrovia até Barretos e, em seguida, o precursor do frigorífico, tirando proveito dos recursos da região de forma bastante inteligente.

Monbeig (1984) faz uma breve explicação para o sentido histórico do Bandeirante, especialmente para o Estado de São Paulo. Bandeirante foi considerado na história das expedições para o sertão como o desbravador de florestas, fundador de povoados e cidades. Ao bandeirante é atribuída a coragem de busca por novas terras e a conquista de novos lugares. Os bandeirantes buscavam com sua coragem o enriquecimento rápido e a conquistas de novas terras.

Avançou pelas margens das ferrovias a marcha pioneira, que contou com diversos personagens históricos que contribuíram para a compreensão da realidade atual. Os índios foram os primeiros habitantes das matas e planaltos ocidentais, sendo os verdadeiros pioneiros destas áreas, visto que ocuparam e cultivaram o solo, desmataram e queimaram florestas para sua manutenção e subsistência. Não se tem muitos registros sobre a quantidade e localização das nações indígenas, mas se sabe que sofreram ataques violentos dos bandeirantes e depois dos fazendeiros, devido à luta pelo domínio do território, como explica Monbeig (1984, p. 130-131):

Foram quase sempre sangrentos os contatos entre índios e pioneiros. Xavantes pacificados, às vezes misturavam-se com os brancos, trabalhando para estes como assalariados, estabelecendo pequeno comércio e assimilando-se pouco a pouco. [...] Ficavam os índios à espreita dos desbravadores, aproveitando-se da desatenção destes para atacá-los, apoderar-se de suas armas e utensílios, carregando tudo que podiam encontrar em suas pobres casas. Eram assinaladas essas razias por atrozes morticínios, a flechadas e facadas. Por seu turno, respondiam os pioneiros aos ataques dos índios com igual brutalidade.

Frente a estes conflitos, Monbeig (1984) relata que nas nascentes dos Rios do Peixe e Feio, foi necessária intervenção militar para proteger os trabalhadores da estrada de ferro das agressões indígenas, que lutavam para preservar as áreas naturais. Os índios conseguiram segurar por curto período os avanços dos pioneiros. Com o avanço da construção da linha férrea de Bauru-Mato Grosso, ocorreram conflitos e mortes de índios e de pioneiros, devido ao grande

número de colonizadores. Os índios foram pacificados pela marcha, passando a viverem na miséria e a cada ano sendo extintos pelo álcool e por epidemias.

A marcha pioneira contribuiu para a diminuição das nações indígenas, de forma que nada restou desses habitantes, senão pequenas formas e maneiras de explorar as florestas e o solo, como as queimadas e técnicas de agricultura. Assim, dos índios restam apenas as lembranças narradas a partir da história da conquista da terra e da riqueza. Fazendeiros de famílias renomadas e bem-sucedidas foram avançando na conquista das terras paulistas em direção ao Oeste do Estado, investindo no cultivo e na exportação do café.

Segundo Monbeig (1984) os fortalecimentos do poder através das alianças comerciais foram selados entre famílias de interesses comuns. Laços matrimoniais e colaboração entre colegas consolidavam em negócios.

Podiam surgir rivalidades políticas, ásperas às vezes, porém concerniam mais à eleição deste ou daquele, que a divergências doutrinárias. Tinham todos os mesmos interesses profundos e estavam de acordo quanto às grandes linhas que a administração devia seguir. Até a década de 30, foram os grandes fazendeiros, de algum modo, os dirigentes de São Paulo. Confundia-se o interesse coletivo com o seu interesse de classe (MONBEIG, 1984, p. 141).

Monbeig (1984) reconta que todos os interesses comerciais, de povoamento, de mão de obra, dos preços do café sempre foram discutidos e resolvidos a partir do interesse dos fazendeiros, inclusive a marcha pioneira. Aos poucos, outros grupos foram em busca da riqueza e desbravaram novas terras para o plantio do café. Os novos grupos dependiam de intermediários para compra e venda dos grãos, o que os deixavam em situação de fragilidade econômica frente aos grandes fazendeiros. Muitos donos de pequenas propriedades tornaram-se negociantes dessas terras, muitos saíram do campo para cidade.

Estas mudanças na organização dos donos das terras e do café contribuíram para o surgimento de figuras como a dos coronéis. Eram homens com grande influência e dinheiro, dependiam de amigos e normalmente se tornavam chefes políticos. Estes homens promoviam os investimentos necessários para os serviços públicos como: escolas, hospitais, estradas e outros. Além disso, cuidavam das cidades e influenciavam diretamente na compra e venda realizada pelos fazendeiros, além de lidarem ainda com outros personagens importantes, como os grileiros, tabeliões, juízes e chefes de polícia.

Os grileiros são descritos como aqueles que falsificavam títulos de propriedades de terras. Em uma região povoada através da marcha dos pioneiros, era praticamente impossível saber quem realmente eram os primeiros donos das propriedades. Outro fato bastante desafiador era descobrir se este ocupante de terras tinha adquirido de forma legal aquelas terras. Assim, surgiu o problema das propriedades, das terras devolutas e da briga por terra.

O fundamento da propriedade territorial no Brasil era o sistema de sesmarias, isto é, da terra outorgada pelo governo português, depois pelo governo imperial. Toda terra, não doada em sesmaria, era teoricamente do domínio público, ou terra devoluta. Considerando a desordem existente na fixação dos limites das sesmarias e levando em conta o fato de que numerosos brasileiros, de boa-fé e ignorantes das leis, haviam-se instalado nas terras devolutas e as haviam cultivado, promulgara o Governo Federal, em 1850, uma lei que regulava a questão. A todos os que tivessem começado a cultivar o solo e pudessem justificar seu direito de primeiro ocupante, permitia essa lei que registrassem seus títulos de posse, num prazo de quatro anos. Em 1854, foram generosamente precisadas as condições, pois que se prescrevia que podiam ser legitimadas as posses efetuadas pacificamente, por quem se tivesse instalado nelas em primeiro lugar; e desde que as terras estivessem cultivadas ou nelas houvesse um início de cultivo, e que o ocupante ou quem o representasse, nessas terras habitasse permanentemente. Outros textos administrativos, publicados em 1895 e 1898, tinham permitido a legitimação de ocupações bem posteriores. Um decreto baixado pelo governo de São Paulo, em 1900, considerou legítima a posse de quem pudesse prová-la com título legal, anterior a 2 de agosto de 1878. No caso de haver começo de exploração econômica do solo e construção de imóvel. Determinava a lei de 1900 que se pudessem regularizar os direitos do ocupante, se ele tivesse chegado à sua terra entre 1878 e 1895 (MONBEIG, 1984, p. 144).

A prática da grilagem de terras foi conhecida em toda extensão de terras de São Paulo e Paraná, e ainda hoje deixam vestígios em muitas propriedades que foram adquiridas por meio de grilos. Deparou-se com muitas dificuldades de limitações geográficas de propriedades, não eram levadas em consideração o conhecimento dos picadeiros, que adentraram as florestas para aberturas de clareiras e tampouco o delineado dos rios. Foi necessário aguardar a chegada de profissionais agrimensores para a realização do traçado, porém esses profissionais foram assediados e receberam recursos para que fizessem a correta medição das terras, de acordo com os interesses dos grileiros. Aos poucos, foi se resolvendo os problemas do grilo das terras, mais foi surgindo outra figura, a dos vendedores das terras.

Assinalou o ano de 1900, mais ou menos em todo o conjunto dos planaltos ocidentais, o fim da fase da pecuária pioneira e o início do período dos especuladores. Da especulação participavam os fazendeiros, seja como comprador dos grilos, seja vendendo suas próprias terras. Era preferível lotear um domínio, cujos títulos não ofereciam plena garantia ou que sempre estava exposto ao ataque de um audacioso falsário, a desbravá-lo, cultivá-lo e de súbito ver-se privado da sua posse. Provados pelas crises econômicas, preferiam os fazendeiros também vender suas reservas florestais. Viram-se, então, nas zonas pioneiras, os capitalistas mercadores de terras ao lado dos fazendeiros, dos agrimensores, dos advogados, principalmente desde o crack de 1929 e das revoluções de 1930 e 1932. Esses loteadores exerceram às vezes tais profissões e liquidaram os domínios recebidos como pagamento de seus honorários. Cada vez mais, tornavam-se os loteamentos negócios de sociedades especializadas (MONBEIG, 1984, p. 146).

Assim, fazendeiros e loteadores formavam a conjuntura da sociedade pioneira. A cultura cafeeira culminou em grande número de migração, tanto europeia quanto de migrantes de outros estados para especialmente o Estado de São Paulo, que recebeu milhares de migrantes em suas zonas agrícolas. A imigração interna que suscitou depois de 1930 passou a ser chamada de migração da miséria, visto que os migrantes vinham principalmente da região nordestina, sendo notável sua desnutrição e pobreza econômica, ao chegarem em São Paulo.

Inúmeros problemas surgiam com a migração de indivíduos e de famílias miseráveis, como a lotação de hospitais, devido às precárias condições de higiene e das endemias que os mesmos traziam. Além disso, outro fato tornou-se marcante nesse processo, o de que os salários desses migrantes eram muito mais baixos do que o dos trabalhadores rurais paulistas, o que gerava uma grande concorrência pela vaga de trabalho.

Além dos aspectos referentes à saúde do trabalhador e das relações laborais já apresentadas pelas análises de Monbeig (1984), outras abordagens foram propostas por Leite (1981), visando dar prosseguimento sobre o processo de ocupação capitalista do Pontal do Paranapanema, região localizada ao extremo sudoeste do Estado de São Paulo, integrando a chamada Alta Sorocabana e fazendo divisa com Mato Grosso do Sul e Paraná. Por ser região fronteira entre os estados, o Pontal apresenta peculiaridades que interferem na sua organização social, econômica e política.

É considerada uma região de grandes riquezas naturais com solo de terra mista, arenoso e de fertilidade temporária. Segundo Leite (1981), este tipo de solo originou-se a partir do arenito-caiuá e é facilmente carregado pelas enxurradas,

depois que perde a proteção vegetal. Leite (1981) ainda descreve que, em 1941 e 1942, o governo do Estado criou na região do Pontal do Paranapanema três reservas florestais, somando-se 50% (cinquenta por cento) do total de 6000 km² (seis mil quilômetros quadrados) da área, como forma de preservar as florestas que protegeriam o solo. No entanto, essas áreas foram invadidas e deixaram de ser do estado para ser de um seleto grupo de posseiros, com objetivo do desmatamento e engorda de gado.

De acordo com os registros de Leite (1981, p. 8), tudo era válido para o avanço do capital:

No processo de ocupação das terras, então reservadas, tudo era válido: o suborno de escrivães, juízes e promotores; o compadresco político e, eventualmente, o recurso às armas de grupos de jagunços a soldo dos interessados. Como uma sesmaria, o Pontal foi fracionado e apossado. Desrespeitou-se a lei, a comunidade e, sobretudo, a ecologia regional, último reduto das matas tropicais do Planalto Paulista e de toda sua fauna.

Dentre os fatos históricos que nortearam o processo de ocupação irregular da região, destacaram-se pela riqueza na fauna e flora e pelas diversas espécies animais e vegetais, as quais foram extintas devido à ocupação capitalista do território regional. No ano de 1945, parte do patrimônio florestal já tinha sido devastado, cerca de 4% (quatro por cento) da área, dando um salto para 20% (vinte por cento), em 1955, evidenciando a ausência e até mesmo a tolerância do Estado em relação à destruição das florestas. Insuficiência de fiscalização devido à falta de meios materiais e humanos e até mesmo a manipulação das leis para cobertura da posse ilegal das terras davam direito ao desmatamento em razão do investimento econômico.

A importância da posse de terras era tamanha que o Paraguai idealizava invadir a região do Pontal do Paranapanema a fim de que o país fosse a maior província em extensão territorial. Nesta época, a última vila da província de São Paulo era Botucatu, sendo que para Oeste o território era desconhecido e despovoado. Existiam apenas poucas aldeias indígenas, quase todas de origem tupi-guarani nesta área. Leite (1981) narra que as missões jesuítas do vale do Paranapanema foram arruinadas e muitos índios foram aprisionados para trabalharem nas lavouras.

A construção da estrada de ferro da Alta Sorocabana avançou a partir de 1889 até 1922, chegando a Presidente Epitácio, o que desencadeou o povoamento nestas terras. A região foi sendo tomada por grileiros que se apossavam das terras do Estado com intuito de construir riqueza. Nesta época, instalou-se o Porto Epitácio que também contribuiu para a migração de povos para a região. A partir destes fatos, iniciou-se um longo processo de reconhecimento dessas terras devido às questões econômicas e jurídicas. No entanto, esse foi um processo complicado devido ao desconhecimento do traçado dos rios, como descrito por Leite (1981). Devido à falta de conhecimento e de mapeamento correto desta área, muitos foram os processos judiciais para posse das terras, que não tinham seus mapas descritos de forma clara e tampouco eram descritas de acordo com a realidade territorial.

O que impulsionou o povoamento e a migração para todo o Oeste Paulista foram a construção da estrada de ferro e a estrada boiadeira. A região passa a ser alvo de procura por terras para plantio do café, surgindo os primeiros municípios e seus distritos. Em novembro de 1921, criou-se a cidade do oeste paulista, Presidente Prudente. Do imenso território de Presidente Prudente (15 mil Km²), surgem os demais municípios, e a região do Pontal é o local no qual se desenvolve os conflitos agrários.

Muitos conflitos marcaram a tomada de posse das terras, os índios foram sendo expulsos e praticamente aniquilados pelos colonos invasores. A tomada de posse das terras ocorreu de forma descontrolada, desrespeitando toda e qualquer lei que pudesse regulamentar essa posse. Leite (1981) relata que o Presidente Venceslau foi o município em que os mais estranhos negócios de terras foram realizados, no qual desmedidamente as terras foram sendo tomadas e registradas ilegalmente pelos colonos.

Às margens do Rio Paraná, estabeleceram-se os municípios de Marabá Paulista e Teodoro Sampaio, detendo-se em suas áreas territoriais as maiores reservas florestais da região. Essas reservas foram sendo extintas em decorrência da posse de terras e do investimento capitalista. A falta de legislações que regulamentasse as propriedades no Brasil, permitiam que a escrituração de posse das terras, fossem realizadas por meio de declarações realizadas nas paróquias das igrejas católicas, desde que o declarante residisse no local e tivesse plantio efetivo na propriedade.

Em 1850, uma lei estadual, pusera fim neste tipo de posse. Vale destacar que mesmo com o fim da posse por meio dos registros das igrejas, muitos ainda foram as buscas pela posse das terras por este tipo de instrumento que, em muitos casos, para atender aos interesses dos grandes fazendeiros, ainda eram lhes concedidos a referida escrituração. Várias fazendas existentes na época foram adquiridas de forma ilegal, vários foram os processos judiciais para reconhecer tais áreas, que muitas vezes tinham suas declarações de limítrofe de posse descritas de formas confusas e inadequadas.

Segundo Leite (1981), os processos estavam eivados de erros e informações falsas, o que, em muitos casos, levava o governador da Província de São Paulo a anular tais procedimentos. As dificuldades em estabelecer os limites geográficos das propriedades perduram atualmente, facultando aos latifundiários se apossarem de terras devolutas. Desmatamento e picadões foram sendo abertos nos sertões do Paranapanema. Leite (1981) salienta para necessidade de medição e divisão definitiva das terras. Várias foram as sentenças de posse de terras ocorridas, algumas foram legitimadas e outras em que a posse não foi reconhecida, gerando cada vez mais conflitos. Nas declarações de propriedades, algumas não constavam córregos importantes que cortavam a região. Houve brigas na justiça pela posse de terras. Um foram favoráveis aos fazendeiros, outras foram julgadas como devolutas e de comando do Estado. Assim a imprensa estadual divulga como perigosa a aquisição de terras na Alta Sorocabana, haja vista a possibilidade de não ser legitimada a posse da propriedade (LEITE, 1981).

Legislações que garantiriam total ou parcialmente a preservação ambiental desta região não foram aprovadas e outras demoraram muito tempo para serem reconhecidas, pelo fato de envolver interesses econômicos e políticos mais complexos. Segundo Leite (1981), acreditava-se que, com as decisões judiciais de terras devolutas e o não-reconhecimento da propriedade, as compras e vendas de terras estariam suspensas. No entanto, exaustivas eram as procuras por terras no Pontal, como se as decisões judiciais de terras devolutas não chegassem ao conhecimento do povo. Os supostos proprietários buscavam de forma exaustiva comprovar em juízo a posse das terras, que eram defendidas com contratação de capangas.

As matas continuavam a serem derrubadas, os animais mortos e o gado e lavouras iam ganhando cada vez mais espaço. Novos municípios iam

surgindo, e o poder político passava a pertencer aos fazendeiros locais. Os pequenos proprietários de terras eram fundamentais para o interesse dos grandes fazendeiros, pois cultivavam as terras e fixavam moradias na região, o que justificava o investimento nas cidades e na criação de escolas. A ocupação das terras não foi freada e inúmeras foram as lutas judiciais pela posse e escrituração das glebas.

A Companhia dos Fazendeiros do Estado de São Paulo tinha interesses econômicos na capital paulista, visto que recebiam doação de parte da Fazenda Pirapó, em Santo Anastácio no Pontal e logo depois, usavam essas terras como garantia para empréstimo junto aos Bancos franceses para seus interesses maiores. Algumas fazendas foram retalhadas e vendidas na região pelos familiares dos fazendeiros. Os grandes fazendeiros se uniram em uma busca incansável por terras e pela compra e venda, faziam crescer e movimentar a cidade de Presidente Prudente.

Após declínio nas vendas e valores das terras, devido à falta de legitimação da posse e da queda do valor do café no exterior, volta a crescer a procura por lotes de terras férteis no Pontal do Paranapanema. Aumentavam-se as vendas e também as invasões das propriedades. Nesta época, surgiu a figura do “quebra milho” (Leite, 1981, p. 59), capanga contratado pelos posseiros para expulsar grileiros. Este período, segundo Leite (1981), ficou marcado por violência, tocais e mortes na região do Pontal. Assim, fica nítida a expansão capitalista por vencer e destruir a qualquer custo os possíveis obstáculos que surgiram.

De acordo com Leite (1981), as legislações não deixavam claro os meios de o Estado legislar sobre as reservas naturais, a fim de proteger a fauna e a flora. Aos poucos e bem lentamente, algumas legislações foram surgindo na tentativa de frear o desmatamento, dando possibilidade de maior fiscalização pelas autoridades, com a criação do Serviço Florestal Brasileiro, em 1921 e do Código Florestal e do Código de Caça e Pesca, ambos em 1934. Todavia, não existia nenhum órgão fiscalizador com recursos humanos e equipamentos necessários para fiscalização e punição.

Foi a partir dessas legislações que se criou, em 1941, o primeiro parque do Pontal do Paranapanema, a Reserva Florestal do Morro do Diabo, a única preservada até os dias atuais. Em seguida, criou-se outra área de reserva, a Reserva Lagoa São Paulo. Dias depois, criou-se a terceira reserva florestal, que se

tornaria conhecido como Reserva do Pontal. Essas áreas de reservas foram criadas com intuito de conter a disputa de terras, por serem consideradas devolutas e pelo fato de haver grande ameaça às florestas ainda existentes.

O aumento de municípios na região deu-se em consequência do crescimento populacional da época. As décadas de 1930 e 1940 foram as de maior crescimento populacional da região, com população predominantemente rural. Essa fase descreve a migração nordestina para a região, pois o sonho de terras com preço baixo e até mesmo da posse de terras devolutas impulsionou a migração. Iniciou-se um período de adensamento da mão de obra, antes escassa. As pessoas chegavam com intuito de cultivar a lavoura, sem ao menos se preocupar com a legalização das terras. Neste período, Presidente Prudente se fortaleceu como maior cidade da região, devido ao grande crescimento da população urbana.

Aos poucos as reservas florestais foram sendo desmatadas e extintas. A Lagoa São Paulo foi extinta, devido às influências dos políticos da região, que tinham interesses capitalistas na área. Prefeitos da região solicitaram junto ao governo de Estado a extinção da área de reserva, frente ao pressuposto de que fazendas não tinham acesso à água para os animais. Os líderes estaduais sabiam do desmatamento e da posse das terras da reserva por parte de posseiros, mas o governo não queria se envolver neste debate, que envolvia principalmente os interesses capitalistas de um seleto grupo de fazendeiros e políticos.

Mesmo diante de singelas tentativas em frear a ocupação e desmatamento das terras devolutas, o Estado era pequeno frente à invasão dos fazendeiros nas reservas florestais, e os órgãos públicos não tinham condições de exercer seu papel de fiscalizador. Essa falta de ação do Estado permitiu o avanço no desmatamento da Reserva do Pontal e do Morro do Diabo, bem como uma descontrolada busca pela caça e pesca. Entre o vai e vem do desmande político, as reservas foram sendo consumidas pelo desmatamento, queimadas, caça, criação de gado e outros.

Leite (1981) narra que os líderes da região eram contra as reservas, pois almejavam riqueza e buscaram de todas as formas extinguir tais áreas, permanecendo apenas o Morro do Diabo, em uma dimensão territorial muito menor do que a daquela época. Houve várias ações por parte dos fazendeiros e posseiros sobre a reserva do Morro do Diabo, no intuito de apropriação de suas terras. Os fazendeiros acreditavam que acabando com a reserva, o Estado perderia o interesse

pela área e esta ficaria livre para ação dos fazendeiros, para compra e venda e investimentos imobiliários.

As cidades foram sendo construídas no Pontal. Glebas surgiram nas áreas das grandes fazendas e muitos foram os erros de limites de terras vendidos naquela época. Na tentativa de aumentar os domínios de terra, os posseiros iam invadindo e expulsando famílias, dizendo que aquelas terras tinham donos e deveriam ser esvaziadas. Caso não ocorresse de forma amigável, eram expulsos com violência e mortes. Capangas e pistoleiros eram responsáveis pela limpeza das terras, e assim presenciou-se no Pontal uma sangrenta e violenta tomada de posse de terras.

Segundo Leite (1981), a partir de 1954, a Assembleia Estadual, que até então mantinha-se ausente dos problemas enfrentados pela região, decidiu buscar informações sobre a realidade vivida no Pontal. Assim buscou-se informações e providências sobre as reservas ambientais da região. Algumas iniciativas para tentar conter o desmatamento foram tomadas, tais como a isenção de imposto para aqueles que preservassem as áreas de floresta em sua propriedade e a cessão das glebas públicas para particulares desde que se comprometessem com preservação de 25% (vinte e cinco por cento) de floresta, vislumbrando pouco avanço com estas ações.

Alguns acreditavam que o Estado não teria condições de cuidar das áreas de reserva e aconselhavam lotear o Morro do Diabo. Devido ao lento processo de legitimação do Estado e da Assembleia em buscar formas de lidar com a luta de terras e preservação das reservas florestais da região, grande parte das matas foram devastadas, as madeiras contrabandeadas e a fauna e a flora ameaçada de extinção. A demora do Estado e a dificuldade de coleta de dados e informações reais sobre os acontecimentos dessa região contribuíram significativamente para a destruição das florestas.

Assim, segundo Leite (1981), fica claro e evidente o interesse político em negociar as terras de florestas desta região, em favorecimento dos fazendeiros que buscavam a riqueza a qualquer preço. E a cada momento em que a Assembleia se reunia, novos golpes eram planejados por aqueles que deveriam defender a riqueza natural e o meio ambiente. Houve comemorações com rojões e festa quando a Assembleia derrubou projeto de criação de reserva ambiental na região. Os governantes nunca tiveram envolvidos de forma direta no mercado imobiliário da

região, no entanto, seus familiares sempre estiveram presentes nas negociações territoriais.

Em 1954, último ano do governo Garcez, o mesmo desperta para o problema da ocupação das reservas florestais, ordenando a retirada dos posseiros. Segundo Leite (1981), avanços e retrocessos marcaram essa tarefa, pois os secretários da agricultura tinham posicionamentos diferentes e muitos eram a favor do desmatamento, justificado pelo progresso. Estudos e visitas à região foram realizadas na busca de informações verídicas sobre a exploração do meio ambiente.

Destacam-se algumas ações como do Governo Jânio Quadros que manda processar funcionários que autorizaram a tomada das terras do Morro do Diabo. Mandou abrir inquéritos policiais para apurar os fatos, deferindo pela conservação do patrimônio público florestal. Houve uma tentativa de organização da posse das terras, o que resultou em decretos que reconhecia áreas de preservação.

Em relação ao Morro do Diabo, o governo decide reforçar a guarda na área. A atitude do Governador em preservar a área de reserva ambiental não era bem vista pelos fazendeiros da região, gerando grande insatisfação.

Com a saída de Jânio do governo e a eleição de Carvalho Pinto, esse último preferiu manter distância dos problemas do Pontal. Autorizou o banco a voltar a financiar a agricultura, até então suspensa, como forma de conter os investimentos e a procura pelas terras. Assim, volta a crescer os interesses e investimentos nas terras e áreas de reserva desta região. Nesse contexto, apenas o Morro do Diabo mantém-se salvo do desmatamento descontrolado.

Infelizmente os Códigos Florestais não garantiam condições para preservação das reservas na região. A legislação era descumprida pelos donos das terras, em face da inexistência de fiscalização. Para ilustrar os fatos ocorridos, vale destacar que um dos maiores crimes ambientais do Pontal do Paranapanema foram praticados pelos donos da Fazenda Alcídia, em Teodoro Sampaio, cujos donos pulverizaram herbicidas em cerca de 5000 (cinco mil) hectares de terras, matando a folhagem em até 5 (cinco) horas, bem como provocar a morte de pássaros, lagartos, patos, antas, veados, macacos, etc. No entanto, mesmo com denúncia de crime ambiental, nada aconteceu com os culpados.

Os municípios da região iniciaram um recesso financeiro, de condições de sucateamento do poder público, frente ao grande número de populações migrantes que vinham para região à procura de riqueza, terras e trabalho nas áreas

de construção e avanço da estrada de ferro. Desta forma, a mão de obra braçal começa a ser dispensada dos trabalhos. Buscou-se o desalojamento de famílias de algumas pequenas propriedades de fazendas que foram ocupadas. Houve um aumento das áreas agrícolas e de agropecuária, e os órgãos públicos mantiveram-se ausentes de todo o debate.

Leite (1981) destaca a criação da Usina de Porto Primavera e a criação da Usina de Rosana, no Pontal, como parte integrante do Plano de Desenvolvimento para o Pontal do Paranapanema, desenhado pelos órgãos públicos, o que mais uma vez, sob a égide do progresso em detrimento dos recursos naturais da região, além da instalação da Destilaria de Álcool, financiada pelo Programa do Proálcool. Estes investimentos impulsionaram a migração em busca de trabalho, além de contribuírem para o aumento do plantio da cana-de-açúcar. Ocorreram também a construção de novas estradas e a retomada do mercado de terras.

Para evidenciar a valorização do capital em detrimento de qualquer valor humano é importante ressaltar que a ocupação capitalista do Pontal do Paranapanema ocorreu de forma tumultuada diante da possibilidade do domínio e controle do território. O desenvolvimento da questão agrária como questão estrutural do modo de produção capitalista em que o capital e o campesinato se relacionam pelo controle dos meios de produção, sendo a terra o bem mais precioso para a consolidação da sociedade, haja vista que é a terra o recurso indispensável de todos os meios necessários para a sobrevivência humana.

Somam-se às análises de Monbeig (1984), as contribuições de Leite (1981) e de Fernandes (1996), com as quais é possível ampliar a compreensão da ocupação e da expansão capitalista no território paulista, com ênfase na Região do Pontal do Paranapanema. Os desdobramentos da questão agrária foram analisados por Fernandes (1996), visando explicar a expansão do capitalismo no campo e a resistência do campesinato com a luta pela Reforma Agrária. Enquanto o capital avançava com a industrialização, mecanização e modernização da agricultura, o que implicou no aumento da exploração do trabalhador rural pela extração da mais-valia, o campesinato se organizava com mobilizações e ocupações de terras, expandindo-se a conflito agrário na região.

Fernandes (1996) destaca como as organizações trabalhistas buscaram novas formas de enfrentamento diante da expansão capitalista e sua

característica exploração do trabalho. Surgem os movimentos dos trabalhadores com a finalidade de resistir e mudar essa dura realidade. Assim as novas formas

[...] de luta e resistência configuram-se em movimentos com o objetivo de transformar as suas realidades, de reconquistar frações do território, lutando contra a miséria e resistindo ao assalariamento, que tem crescido com a territorialização do capital e, conseqüentemente, com a expansão da propriedade capitalista, em detrimento da propriedade e do trabalho familiar (FERNANDES, 1996, p. 86).

Ocorreram várias formas de luta e resistência no Pontal do Paranapanema, região com a maior concentração de conflitos agrários do Estado. Segundo Fernandes (1996, p. 87-88), dentre as lutas paulistas estão “as lutas dos posseiros contra a grilagem, expropriação e exploração e atingidos por barragens; as lutas dos trabalhadores assalariados e as lutas dos trabalhadores sem-terra”.

O Pontal do Paranapanema vivenciou, entre os anos de 1964 e 1981, inúmeras lutas e embates jurídicos que visavam a posse da terra. A partir da instalação da Destilaria de Álcool Alcídia e com a construção das três usinas hidrelétricas, de Porto Primavera, Rosana e Taquaruçu, os conflitos fundiários foram contidos. O enfrentamento dos posseiros e grileiros não respeitou nem as áreas da reserva Florestal Lagoa São Paulo, grilada, segundo Fernandes (1996), desde a década de 1960, gerando conflitos e mortes.

Tais disputas por terras se intensificaram, seja em razão das terras devolutas, seja em razão da ausência do Estado nos litígios, ou mesmo pela resistência do campesinato na luta pela Reforma Agrária. Segundo Fernandes (1996), a brutal luta pelas terras da Fazenda Rebojo, no município de Estrela do Norte, encerrou-se com a desapropriação das terras. O Pontal é fortemente conhecido pela grande quantidade de terras griladas e pela impunidade e ausência do Estado na resolução destes conflitos.

Esta é uma região do Estado de São Paulo com maior atuação dos aproveitadores e adulteradores de documentos e provas que pudessem lhes conceder a posse das terras. Os grileiros forjaram inúmeros documentos em busca do direito às terras, simulando ambientes com maestria até conseguirem comprovar que ali residiam há tempos. O mesmo território era disputado por dois, três ou mais grileiros na justiça e quando esta não resolvia a disputa, o assassinato era a solução. Destaca-se que a grilagem de terras foi enaltecida pela mídia como fator

essencial para o desenvolvimento e progresso da região, atraindo vários migrantes e investidores.

Visando resgatar a história da grilagem no território regional, Fernandes (1996) explica que a promulgação da Lei de Terras, de 1850, estabeleceu o prazo de até 1856 para requerimento de posse das terras. Aquelas que não fossem requeridas até essa data seriam, então, consideradas devolutas e voltariam para o poder do Estado. Ao requerer a posse das terras, realizavam-se investigações para confirmar a veracidade das informações. No entanto, ocorreram dois registros referentes à mesma gleba de terras no Pontal do Paranapanema: a denominada fazenda Pirapó-Santo Anastácio, declarada por Antônio José Gouveia e a denominada Fazenda Rio do Peixe, declarada por José Teodoro de Sousa.

Para Antônio José Gouveia e José Teodoro de Sousa, tais demarcações eram importantes somente como registros por meio dos quais os dois grileiros prosseguiram, vendendo partes desse território para terceiros e “não se preocuparam em providenciar a legitimação de suas posses” (FERNANDES, 1996, p. 105). Isso resultou em “centenas de grilos-filhos da Pirapó-Santo Anastácio. Desde então iniciaram os conflitos entre os próprios grileiros” (FERNANDES, 1996, p. 107), exacerbando as disputas jurídicas e demandas pessoais e intensificando os embates a ponto de que, “na primeira década do século XX, os processos de litígio já somavam 88 volumes. Ainda hoje existem sérios litígios sem solução dentro do Grilo Mãe Pirapó-Santo Anastácio”, como ressalta Fernandes (1996, p. 107).

Fernandes (1996) narra que, mesmo sem estar legalizada a posse dessas terras, os supostos proprietários venderam as propriedades, em escrituras lavradas em diversos cartórios. Mais tarde, foi feita uma tentativa de legitimar a posse da área, que não foi reconhecida pelo atual governador, haja vista os inúmeros erros de demarcação das terras, o que evidenciou claramente o processo de grilagem desta área. Ambas propriedades passaram por processos semelhantes, que confirmaram o grilo das propriedades.

Incansáveis foram as tentativas de legalização destas propriedades, dentre elas, vale destacar um pedido de autorização que feito ao ministro da Agricultura para receber colonos estrangeiros em sua propriedade, e com o documento que descrevia “sua fazenda”, o mesmo passou a negociar a propriedade a qualquer custo. Esta atitude fez com que muitos grupos se deslocassem para a região do Pontal em busca das terras que estavam sendo loteadas e vendidas,

gerando conflito entre os próprios grileiros. Em 1932, o Estado fez um comunicado sobre os riscos de aquisição das terras do Pontal, diante de todo o processo de grilagem e da grande quantidade de terras devolutas.

Para o desenvolvimento do processo de grilagem, as florestas foram desmatadas, as madeiras foram vendidas e o meio ambiente ameaçado pelo desenvolvimento de empreendimentos de diversas naturezas. Fernandes (1996) destaca que as terras griladas não foram legalizadas e o Estado não se apropriou delas para resolução dos problemas fundiários. Assim, os hipotéticos donos das terras passaram a arrendá-las para evitarem o processo de desapropriação. O Departamento de Regularização Fundiária buscou firmar acordos com os proprietários a fim de desapropriar 25% (vinte e cinco por cento) das fazendas e assentar famílias camponesas que lutavam por Reforma Agrária.

As lutas empreendidas pelo campesinato regional foram desenvolvidas por intermédio das resistências dos posseiros frente ao processo de grilagem das terras, dos trabalhadores rurais frente aos processos de expropriação e exploração, das famílias atingidas por barragens, dos trabalhadores assalariados e da luta pela Reforma Agrária dos trabalhadores sem terra. É, neste ínterim, o momento em que surge “um novo personagem na luta pela terra: o trabalhador expropriado, expulso, excluído, marginalizado que faz parte da reserva de mão de obra à disposição dos capitalistas, que no movimento da luta foi se denominando trabalhador sem-terra” (FERNANDES, 1996, p. 109).

No intenso processo de expansão capitalista e resistência do campesinato regional com o desenvolvimento da luta pela posse das terras registrou-se o estabelecimento na Região do Pontal do Paranapanema do Movimento dos Sem Terra já presente e atuando em diversos estados no território brasileiro. Ele se sobressaiu pelo seu protagonismo com a construção de identidade própria, na efetivação de espaços da construção dos movimentos sociais e sociabilização política no Brasil. Neste movimento o indivíduo passa a construir espaços de mobilização e organização social, que se concretiza nos espaços sociais.

As Comunidades Eclesiais de Base foram os locais de apoio para o fortalecimento do movimento de luta pela terra, bem como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, posteriormente, deputados e vereadores que intervieram na relação entre trabalhadores e o Estado. Para Fernandes (1996), a participação das igrejas resumiu-se na autorização para a utilização dos salões paroquiais, nos quais

geralmente ocorriam as reuniões dos trabalhadores. O bispo da diocese de Presidente Prudente foi categórico na proibição de envolvimento dos padres com o movimento dos trabalhadores, o que fez com que a igreja se eximisse de qualquer responsabilidade e apoio com as reivindicações dos trabalhadores.

As reuniões dos trabalhadores foram essenciais para o fortalecimento do movimento, bem como para esclarecer os direitos sociais dos trabalhadores para as pessoas em geral. O apoio recebido de alguns partidos políticos não obstaculizou e nem ofuscou a independência do Movimento dos Sem Terra (MST). No decorrer dos processos de ocupação, ora uma instância jurídica dava voz e ganho de causa para os ocupantes, ora outra instância atendia às reivindicações de reintegração de posse dos latifundiários. Com a reintegração de posse das terras devolutas, os sem terra ocupavam os acostamentos das rodovias como forma de manter os protestos e a organização do movimento.

Outras pessoas foram se juntando aos acampamentos das rodovias, devido ao fato de acreditarem que o governo de Estado iria assentar todo o contingente em luta por terra e por Reforma Agrária. O Estado, por sua vez, morosamente buscava meios de solucionar a situação dos acampados e do conflito por terras na região. O latifúndio buscou de todas as formas o apoio irreversível do Estado para a efetivação da posse das terras, mas não abriram mão de nenhuma parte das terras e tampouco estavam dispostos a acordos.

O contexto histórico de ocupação capitalista e de formação da região do Pontal do Paranapanema descreve formas brutais e devastadoras, não só no que tange à vida humana, mas também as ações de degradação ambiental. Estudos sobre o desenvolvimento regional contribuem para melhor compreensão sobre os entraves que cerceiam a promoção da equidade e do acesso à terra, resultando, assim, em uma região engendrada pela correlação de forças que cercearam a prosperidade e o bem-estar coletivo dos trabalhadores do Pontal do Paranapanema.

Assim, o Pontal do Paranapanema foi se constituindo, como alvo certo de investimentos capitalistas, da exploração da mão de obra barata e dos conflitos fundiários. Tais características estão presentes na região de modo a manter o trabalhador atrelado às formas brutais da flexibilização laboral. O trabalhador da monocultura de cana-de-açúcar é pago por tarefa e migra em busca de trabalho na entressafra. Outro destaque é o descaso e a violência contra o Movimento dos

Trabalhadores Sem Terra, com a mesma lógica a criminalizar o campesinato em suas diversas iniciativas pelo território nacional.

2.4 Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas No Pontal

A discussão clássica realizada no campo da economia e da política resume-se na busca pela compreensão da diferença entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento normalmente é estabelecido pelos índices econômicos, industriais e tecnológicos. Sua aferição indicará elementos da base produtiva e importante para a evolução econômica. Já o desenvolvimento normalmente é estabelecido pelos índices sociais, humanos e culturais, sendo aferido por intermédio de comparações entre grupos sociais ou classes coletivas para averiguar semelhanças e diferenças. Portanto, nem todo crescimento significa desenvolvimento e pode haver desenvolvimento sem o necessário crescimento.

De acordo com Mazzini (2007), o desenvolvimento deve ser compreendido como processo multidimensional que reflete nas categorias sociais, políticas, econômicas e ambientais, visto que deve oportunizar melhor qualidade de vida, individual e coletiva, com possibilidades de escolhas por parte dos indivíduos. Nesse sentido, o termo desenvolvimento é utilizado, na maioria das vezes, como sinônimo da evolução do modo de desenvolvimento capitalista, responsável pela produção e reprodução da pobreza e da exclusão social.

O processo de industrialização foi considerado como responsável por maior produção de riqueza, o que não significa que as pessoas tenham melhor qualidade de vida, já que a riqueza está altamente concentrada e no domínio do capital. Assim, as famílias pobres e operárias não acessam a riqueza produzida, nem usufruem de bens e serviços básicos, potencializando cada vez mais o distanciamento entre ricos e pobres. As mercadorias são produzidas para alcançar o máximo valor de troca e não para contribuir com a qualidade de vida.

Mazzini (2007) compreende que a discrepância entre a população pobre e o subdesenvolvimento do país não está ligado à ausência e má gestão das instituições e das políticas públicas, mas é causa e consequência do sistema capitalista. A desigualdade e a exclusão social são resultantes do modo de produção adotado, sendo que para sua manutenção são necessários comando e controle. Mazzini (2007, p.41) descreve que:

[...] o acesso aos meios de comunicação e informação, que diminuem espaço e tempo, pode facilitar maior organização social em termos mundiais. Do mesmo modo, facilitam maior supervisão e controle dos conflitos entre as classes. De fato, para controlá-los o Estado deverá injetar cada vez mais recursos e, sob pressão, será forçado a instalar medidas redistributivas e de desconcentração da renda, como tem sido feito no caso da implantação dos assentamentos rurais. Difícil, no entanto é acreditar na supressão do conflito do jogo que envolve o crescimento econômico e o desenvolvimento, uma vez que é marcado por interesses que não correspondem aos ideários da harmonia, do consenso, da fraternidade e da justiça e muito menos na redistribuição das riquezas. A igualização será sempre suplantada pela diferença.

Decerto que o sistema capitalista é responsável por esse distanciamento do acesso à riqueza por grande parte da população e que o mercado financeiro internacional, a globalização e os avanços tecnológicos corroboram o fortalecimento do modo de produção capitalista. Tal realidade potencializa as condições de exploração da força de trabalho e também exclui grupos de acesso ao mundo do trabalho, ditando as regras de como a população pobre pode sobreviver e qual sua função para a manutenção das grandes riquezas.

Para Mazzini (2007, p. 44):

[...] não se pode confundir as forças produtivas do homem com as forças produtivas do capital: só o homem é capaz de produzir valores e só ele pode definir o que tem valor ou não. Deste modo o desenvolvimento pode ser considerado uma condição, um estado de ser.

As desigualdades sociais consistem na efetividade do avanço do modelo de desenvolvimento, ao obstaculizar o acesso aos postos de trabalho, manter a estrutura fundiária e concentrar a renda. Com a expansão do sistema capitalista, amplia-se e se fortalece a concentração da terra e da renda, promovendo então a exclusão e a miséria, como esclarece Mazzini (2007, p. 45):

Além dos fatores estruturais internacionais, por se investir mais na produção para exportação que para o consumo interno, na década de 1970, a baixa oferta de gêneros alimentícios refletiu-se nas altas taxas de inflação, principalmente na elevação do custo da cesta básica. Observamos neste processo que o subdesenvolvimento gerado a partir de tanto investimento (PNDs), não foi a ausência de capitalismo, mas sim o seu resultado. O crescimento da economia ocorreu, mas de forma totalmente perversa, alimentado pelo aprofundamento das desigualdades sociais e os conflitos presentes na gestão da distribuição das riquezas geradas. Assim, o Brasil foi o campeão do crescimento durante quatro décadas, mas saiu desta experiência como um país profundamente injusto e subdesenvolvido.

Mazzini (2007) ressalta que o Estado é o responsável por assegurar circunstâncias necessárias para a acumulação capitalista e por conter movimentos de enfrentamento das classes sociais. É notório que o Estado sabota os movimentos sociais e que a grande massa, burgueses e proletários, são levados a aceitarem a dominação das classes, pela qual o dominado concorda com o dominante e ambos compartilham de uma mesma visão de mundo, fazendo com que o indivíduo acredite que essa relação é normal e aceitável.

Sabe-se que o capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, mantendo o controle político das relações econômicas reduzindo a questão agrária e as demais questões que tangem a humanidade a um simples problema mercadológico. Possui para tanto, vários instrumentos poderosos de convencimento e persuasão, dos quais a mídia é a mais evidente e de maior abrangência (MAZZINI, 2007, p. 49).

Segundo Mazzini (2007), é comum confundir as políticas setoriais com políticas de desenvolvimento, pois são executadas no território, no lugar em que as famílias vivem. O território deve ser concebido como instrumento de planejamento, espaço no qual é possível implementar ações de políticas públicas. Para Mazzini (2007), o território deve ser percebido como uma totalidade, portanto multidimensional, pois é no território que se revelam as disputas por espaço e poder, estando em jogo os interesses de grupos os quais acirram o antagonismo entre as classes sociais.

Sendo assim, a partir da percepção de que só existe uma referência de possibilidade de desenvolvimento, marcado pela exploração do homem pelo homem, em que o indivíduo tem que se adequar à lógica capitalista, define-se seu destino de ser o empregador ou o empregado. Nestes termos, não se considera a possibilidade de o trabalhador apropriar-se das suas forças produtivas e buscar meios de diminuir a disparidade da renda e da exclusão social (MAZZINI, 2007).

Considerando que a qualidade de vida não está no acúmulo de riqueza e mercadorias, mas na satisfação individual e coletiva de bem-estar, o indivíduo deve buscar outras formas de vida que lhe proporcione desfrutar da excelência da vida, racionalizando o consumo e potencializando a convivência social. Faz-se necessário novas formas de vida com maior qualidade, com sustentabilidade, harmonizando o meio ambiente e a vida humana.

Para Mazzini (2007, p. 53), a concepção de desenvolvimento dentro do sistema capitalista:

[...] que é a que controla a maior parte das interpretações que se faz do campo brasileiro, torna-se difícil enxergar a complexidade e propor novos caminhos para a sociedade como um todo e em especial para o meio rural, uma vez que por esta lógica se exclui o que não interessa ser mostrado, como o conflito entre as classes, a lógica do mundo rural, seus saberes e práticas alternativas. Pauta-se primordialmente pelo interesse do capital econômico. Percebe-se que o desenvolvimento é algo muito mais amplo do que sugere o nosso desejo, sendo tão complexo e inimaginável amplamente numa sociedade onde a exploração e a busca da mais valia ainda é o objetivo principal dos chamados “empreendedores” de plantão. O “desenvolvimento” tem sido exceção para uma pequena minoria, que pode desfrutar das liberdades e confortos que o dinheiro pode comprar e não regra dentro da história da humanidade, uma vez que morrer de fome, sede, frio e doenças curáveis ainda é comum.

A realidade social enfrentada pelos trabalhadores é muito diferente, pois, por meio da expansão das forças produtivas, do progresso científico e tecnológico, o trabalhador cumpre duras horas de trabalho com o fim último da produção da mais-valia. O trabalhador é envolvido no processo de produtivismo exacerbado, em detrimento das condições de trabalho, saúde e exposto a condições precárias de vida. Assim, ele é chamado a acreditar na atual forma de produção e exploração do trabalho, de maneira a ser a única opção para a sobrevivência e organização humana, fazendo com que haja consenso no processo de exploração social.

O desenvolvimento, segundo Mazzini (2007), é algo muito distante em uma sociedade em que a exploração das forças produtivas para a extração da mais-valia é o fim que o sistema capitalista almeja atingir. O que se sobressai neste contexto, é que o desenvolvimento chega a uma minoria da população, a classe burguesa, donos da riqueza que usufruem das liberdades que o dinheiro pode adquirir. A grande massa trabalhadora não usufrui das necessárias e indispensáveis condições sociais para sua sobrevivência, por estar entre os extremamente pobres do contingente social e que tem seus direitos fundamentais usurpados. O indivíduo pobre é privado do acesso aos direitos humanos, morre de fome e de frio, morre por falta de saneamento básico, por ausência de serviços de saúde, por falta de acesso a medicamentos.

O que se viu até os dias atuais no país, foram políticas de desenvolvimento setoriais, focadas em apenas uma dimensão do desenvolvimento ou parte delas. Não se assistiu, e talvez seja pouco provável que se assista, a um projeto de desenvolvimento, que englobe todos os setores de verdadeiros impactos sobre a qualidade de vida das pessoas, seja no âmbito político, social, cultural, ambiental e econômico (MAZZINI, 2007, p. 54).

Mazzini (2007) complementa a ideia de desenvolvimento, afirmando que promover o desenvolvimento implica na alteração das estruturas sociais, na promoção da igualdade de oportunidades, cerceando os privilégios burgueses, intervindo na estrutura fundiária, promovendo a Reforma Agrária e ampliando as opções de escolha para todos os indivíduos. Assim, ela declara que é fundamental compreender o desenvolvimento a partir da necessidade de se estabelecer consensos e estratégias e formas de vida que contemplem a maioria, oportunizando acesso a bens e serviços fundamentais para a manutenção da vida humana de forma satisfatória. O desenvolvimento envolve a qualidade de vida, a longevidade e o envelhecimento ativo e saudável, informações e recursos suficientes para vida digna.

Assim, acreditamos que não se trata de justificar as causas do desenvolvimento a partir da consideração de que esta ou aquela região possui melhores condições físicas, culturais ou geográficas. Trata-se essencialmente de apresentar a produção de riquezas, em oposição à sua distribuição, ou seja, é evidente que a riqueza existe, no entanto, o subdesenvolvimento deriva de sua má distribuição (MAZZINI, 2007, p. 55).

A Região do Pontal do Paranapanema, objeto de estudo, sofreu diretamente com o processo de desenvolvimento econômico, o que é notório no processo de ocupação territorial. Lutas pela posse de terras, violência, grilagem de terras e a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, como luta e resistência à opressão e ao domínio do sistema capitalista. Segundo Mazzini (2007), o Estado assume o papel de agente da implantação de políticas públicas e do desenvolvimento econômico das regiões, para atender aos interesses capitalistas e às reivindicações da camada popular por meio dos movimentos sociais.

As políticas aqui implantadas, em sua maioria, vieram para beneficiar e regularizar as ações ilícitas dos grandes latifundiários, especuladores imobiliários, políticos, entre outros, principalmente no que diz respeito à ocupação fundiária e à destruição das grandes reservas florestais que aqui existiam. Todo histórico de povoamento da região traz como marca o jogo de interesses manipulado por vários atores sociais representantes de

sujeitos coletivos e outras organizações públicas e privadas, dos quais muitos permanecem ativos na região (MAZZINI, 2007, p. 95).

Com a efetivação da organização de Movimentos Sociais de luta pela Terra, como MST e MAST, que, com apoio da Confederação de Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Comissão pastoral da Terra (CPT) foram conquistados os assentamentos da região. Os movimentos sociais propuseram junto aos órgãos públicos formas de buscar soluções para os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Foram momentos de luta e resistência, momentos de negociações e proposições de soluções junto aos órgãos estaduais para solução dos problemas fundiários.

Devido às características naturais do meio ambiente, a Região do Pontal do Paranapanema, rica em recursos naturais, passou a ser escolhida por seletos setores de investimento. A Companhia Elétrica do Estado de São Paulo (CESP) logo voltou seus olhares e projetos para a região, instalando 03 (três) hidrelétricas no Rio Paranapanema (Rosana, Primavera e Taquaruçu). O investimento das hidrelétricas causou imenso impacto social, econômico e político na região, pois, devido às inundações de áreas ribeirinhas, o Distrito de Primavera e de Porto XV foram criados para o reassentamento das famílias atingidas pelo alagamento da construção das barragens. Atualmente a empresa multinacional, Duke Energy, é a responsável pela administração das hidrelétricas e por projetos de recuperação ambiental e social destes empreendimentos econômicos.

A presença de órgãos, como o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), a União dos Municípios do Pontal (UNIPONTAL), a Associação dos Municípios com Assentamentos do Pontal do Paranapanema (AMAPP), o Comitê de Bacias Hidrográficas (UGRHI 22 Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos), a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado), contribuiu e fomentou para o debate sobre o desenvolvimento regional. Os assentamentos contribuíram enquanto sujeitos coletivos que compõem o histórico processo do desenvolvimento da questão agrária em que o campesinato e o capital se relacionam, interferindo no desenvolvimento um do outro.

A região do Pontal atraiu ainda, enquanto investimento econômico, o aumento do plantio da monocultura da cana-de-açúcar, bem como a reativação e a implantação de Usinas Sucroalcooleiras em toda a região. A monocultura de cana-

de-açúcar impactou todo o território do Pontal do Paranapanema, que foi tomado por este plantio, obrigando os agricultores a arrendarem suas terras para os grandes investidores. Mais uma vez é a força do capital se impondo no território regional.

Mazzini (2007) continua sua análise, destacando desta vez, a instalação de Unidades Prisionais na região do Pontal do Paranapanema. As Unidades Prisionais são investimentos do Estado na região do Pontal, sendo compreendido por muitos como o investimento necessário para a garantia do desenvolvimento regional. Assim, gradativamente novas instalações destas unidades foram sendo feitas e passaram a compor a paisagem natural da região.

Somam-se às análises de Mazzini (2007), às de Rosa (2015), por tratarem de discussões sobre o desenvolvimento na Região do Pontal do Paranapanema e as implantações das políticas públicas. Rosa (2015) explicita que compreender o significado de desenvolvimento é desafiador por se tratar de um processo multidimensional em que estão intrinsecamente unidas as dimensões econômicas, sociais, científicas, tecnológicas e humanas, dentre outras. O desenvolvimento permite que os indivíduos usufruam de conhecimento e desfrutem de melhores condições de vida, ampliando suas possibilidades de escolhas.

Para aprofundar o debate no Pontal do Paranapanema, faz-se necessário um olhar sobre as diversas dimensões do desenvolvimento. Rosa (2015) faz suas análises acerca do desenvolvimento, refletindo a importância da democracia e da liberdade de escolha do cidadão. Desenvolvimento remete ao debate econômico, no entanto, frente a sua multidimensionalidade, também deve ser considerado a partir das condições de escolha de cada indivíduo.

Rosa (2015) afirma que a abertura da participação popular e as possibilidades de desenvolvimento dos indivíduos têm a democracia como aliada, pois o indivíduo detém o direito e o dever de participar no sistema político.

Nessa perspectiva de análise, a participação popular é um jogo político, uma estratégia utilizada pela minoria para que a grande massa de trabalhadores participe ativamente da expansão do capital, sem ao menos se dar conta da sua contribuição. Os trabalhadores que buscavam por melhores condições de vida e acesso a bens e serviços passaram a ser veículo de manobra para os interesses capitalistas. A possibilidade de efetiva participação popular surgiu com data marcada para findar-se no golpe militar de 1964. Assim, a luta de classes se apresenta, neste

cenário, marcando sua presença histórica no contexto social e econômico da sociedade (ROSA, 2015).

Para Rosa (2015, p. 35-36), o desejo da elite brasileira é concretizado com o golpe militar:

[...] o que torna ainda mais evidente os antagonismos existentes entre o capitalismo em curso e os interesses da coletividade quanto à melhoria de suas condições de vida. [...] Na realidade o modelo de desenvolvimento capitalista valoriza o capital e não o ser humano, o capital busca acelerar e maximizar a sua acumulação sem importar-se com os efeitos colaterais produzidos. Para isso utiliza de todas as artimanhas necessárias visando, de um lado, obter e explorar todos os recursos de que necessita para produzir e, de outro, criar o mercado consumidor para suas mercadorias. É a produção e não o consumo quem dirige a expansão do capital. Ou, dizendo de outro modo, a produção funciona como se fosse o timão do navio. Dele parte toda orientação e dele depende o rumo que o navio tomará. É pelo dinamismo da produção que o capital, ao criar o produtor, cria também o produto e o consumidor, pois esse dinamismo permite ao capitalista se apropriar da mais-valia. É ela a principal fonte do capital. Trata-se de trabalho humano objetivado e não remunerado. Por conseguinte, empreendimento cresce e prospera, gerando resultados positivos para poucos, ao mesmo tempo em que degrada e empobrece a maioria, lançando-os muitas vezes em condições de completa miserabilidade.

É necessária uma análise profunda sobre a relação de consumo e meio ambiente instaurada nesse cenário. O consumo desenfreado, produzido pelo capital, remete a um sério debate sobre a degradação ambiental. Rosa (2015, p. 39) afirma que “é necessário, urgente e inadiável interromper a destruição do planeta”. Ele chama a atenção para a necessidade de romper com o atual modelo econômico capitalista, buscando novas formas de desenvolvimento e de qualidade de vida, sobretudo para uma tomada de decisão consciente em que as pessoas precisam de informações.

No sistema capitalista não há nenhuma preocupação com a qualidade de vida do trabalhador, sendo o grande interesse a concentração da riqueza. Rosa (2015) exemplifica através da produção de alimentos que ainda hoje, pessoas morrem de fome no mundo, encontram-se em situação de extrema pobreza e desnutrição. A produção de alimentos nunca foi o foco de investimento do agronegócio, que objetiva o crescimento econômico. O Pontal do Paranapanema pode ser exemplo claro desta realidade, haja vista a grande extensão da monocultura da cana-de-açúcar.

Rosa (2015) ressalta que o campesinato é uma alternativa ao modelo

capitalista monopolístico. Na história brasileira, o campesinato tem resistido ao avanço do sistema capitalista sobre a produção e a tomada das terras. O capitalismo se fortalece nas ações individualistas, freando as possibilidades de ações coletivas, colaborativas, associativas e cooperativas entre os indivíduos. Iniciativas de cunho coletivo não objetivam a exploração e enriquecimento individual, mas a busca por novos postos de trabalho, renda e qualidade de vida.

O modelo capitalista objetiva a concentração de renda e gera a exclusão e alto índice de desigualdade social, ao passo que amplia a marginalização, nega oportunidades, discrimina e aprisiona os pobres. Entre as exclusões fomentadas pelo sistema capitalista, está ainda a exclusão digital. Ela é entendida por Rosa (2015) como um processo gerado pelo capital, como forma de privação de acesso a informações pelos indivíduos.

Segundo Rosa (2015), a exclusão social manifesta-se, inclusive, na privação do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's):

[...] onde tem sido negado, em pleno século XXI, à grande parte da sociedade, inclusive o campesinato, o acesso a essas inovações tecnológicas e seus benefícios. A negação do acesso não se dá pela existência de impedimentos legais na aquisição e uso, mas sim pela inexistência de condições financeiras favoráveis, falta de capacitação para uso e ausência da infraestrutura técnica necessária. Dessa forma, assim como cria uma massa de excluídos dos circuitos econômicos e sociais, o modelo de desenvolvimento capitalista gera também a exclusão digital (ROSA, 2015, p. 43).

Para Rosa (2015), o campesinato buscou, no decorrer da história, criar barreiras frente à expansão do sistema capitalista e vencer a produção monopolística. Portanto, a exclusão digital é uma forma de impedir a liberdade e também possibilidades de, por exemplo, articulação, resistência, cooperação, troca de informações, organização e desenvolvimento econômico, social e cultural. Para enfrentar as condições de desigualdade social, o Estado tem o dever de implantar e implementar políticas públicas que atendam à necessidade e aos interesses dos cidadãos.

Segundo Rosa (2015, p. 45-46), há um duelo de forças onde o campesinato e o capital disputam os meios de produção, assim:

[...] qualquer iniciativa que vise proporcionar liberdade e autonomia ao campesinato encontrará pela frente os obstáculos interpostos pelo capital. Trata-se da expansão da questão agrária em que o capital e o campesinato

se enfrentam das mais diversas formas. Inclusive pela invisibilização das propostas, realizações e sucessos, e, como os meios de comunicação social quase sempre estão sob o domínio do capital, a divulgação que é feita insiste naquilo que é depreciativo, inculcando na sociedade a ideia de que o campesinato é contraproducente e que a luta por direitos que não são seus. As TIC's consistem na oportunidade para que o campesinato possa se articular, organizar, lutar e compartilhar conhecimentos, fortalecer a sua identidade, implementar novas técnicas e tecnologias, melhorar sua produtividade, bem como encontrar formas alternativas para desenvolver-se dentro do sistema capitalista, mas não fazendo parte dele e, contraditoriamente, sendo parte dele. Dentre as principais estratégias desenvolvidas pelo campesinato para confrontar o atual modelo econômico produtivista-consumista, merecem destaque: agroecologia, a recampesinização, o protagonismo, a resistência, as práticas heterogêneas e a luta pela terra.

As análises de Rosa (2015) esclarecem o quanto as ações do Estado frente à implementação de políticas públicas sociais são bastante restritas, e que essas ações são formas paliativas de conter o descontentamento dos trabalhadores. No Pontal do Paranapanema não é diferente, sendo que as políticas públicas são insuficientes e com objetivo de conter as manifestações e organizações sociais em busca de melhores condições de vida.

Em 1970, o governo de estado implantou o Programa para o Desenvolvimento do Pontal do Paranapanema, com o discurso de alavancar o desenvolvimento da região. Foram implantadas duas grandes usinas hidrelétricas que não trouxeram o desenvolvimento almejado para a região, ficando restrito a alguns benefícios aos municípios-sede das instalações (ROSA, 2015).

Rosa (2015) assevera que a construção das usinas impactou negativamente a região, pois o fim da construção agravou o desemprego regional, gerado inicialmente pelo êxodo rural e potencializado pela cessão de oferta de empregos pelos empreendimentos da construção civil. Esta difícil realidade foi intensificada por uma política de incentivo ao desenvolvimento da região centro-oeste. Rosa (2015) relata que a implantação de uma política pública de desenvolvimento regional deve levar em consideração o impacto nas outras regiões circunvizinhas.

Para Rosa (2015), a ausência de uma abordagem sistêmica afetou sobremaneira a dinâmica que envolve o Estado do Mato Grosso do Sul e a Região do Pontal do Paranapanema. O incentivo fiscal para instalação de empreendimentos capitalista no centro-oeste fez com que a região do Pontal fosse esvaziada de possibilidades de investimentos financeiros, obstruindo o crescimento desta região.

Com escassos investimentos em infraestrutura, precárias rodovias, insuficientes ferrovias e aeroporto em péssimas condições de conservação, a região foi sendo esquecida pelas possibilidades de desenvolvimento.

Rosa (2015, p. 62) destaca que:

Como parte da vulnerabilidade regional, da qual participaram os desdobramentos políticos e infraestruturas, acrescenta-se os desdobramentos culturais. Trata-se da concepção de cunho patrimonial arraigado nas famílias que para essa região se desviavam, ocupando terras e aplicando seus recursos financeiros.

O Pontal do Paranapanema é ocupado por famílias e grupos extremamente patrimonialistas, individualistas que trazem para região ações desumanizadoras, centrada em lucros, prosperidades e propriedades. Assim, a formação regional acontece sob a ótica das leis de acumulação capitalista. O Estado se mantém distante e ausente de qualquer forma de enfrentamento à exclusão social, o que alimenta a ignorância e a desinformação. Na região prevalece as regras dos donos do poder, depreciando não só a vida humana, mas todo tipo de vida do ecossistema.

As políticas públicas compensatórias são históricas na região, haja vista o que Rosa (2015) destaca em relação à construção das unidades prisionais. Segundo ele, as ações do Estado são impostas na região, de forma a atender aos objetivos de um seletivo grupo capitalista. A partir da década de 1980, o governo do Estado inicia o processo de descentralização das unidades prisionais, transferindo-as da capital paulista para o interior do estado. A construção das unidades prisionais altera não somente o cenário da região como a vida cotidiana dos seus moradores.

Assim, o Estado usa do discurso de que a implantação das unidades prisionais proporciona desenvolvimento regional e que propicia geração de postos de trabalho e renda. Acreditando nisso, prefeitos de vários municípios de pequeno porte, com menos de 20.000 (vinte mil) habitantes, recorreram ao governo de Estado para instalação de novas unidades prisionais. Rosa (2015) afirma que, embora o discurso seja de abertura de novos empregos, o que se revela com este novo cenário é o aumento drástico e repentino da população devido à migração para as construções destas unidades. Além disso, a migração das famílias dos sentenciados e a disputa pelas escassas políticas públicas municipais são outro desafio a ser enfrentado.

2.5 Contextualização histórica das Unidades Prisionais no Estado de São Paulo

O Brasil é o quarto⁸ país em população carcerária do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos, China e Rússia. Atualmente o país conta com 654.372 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e setenta e dois)⁹ presos. Destes, 34% (trinta e quatro por cento) são presos provisórios, 66% (sessenta e seis por cento) são presos condenados, e um déficit de 244.000 (duzentos e quarenta e quatro mil) vagas no sistema prisional com taxa¹⁰ de aprisionamento de 300 (trezentos) presos para cada 100.000 (cem mil) habitantes e taxa de 161% (cento e sessenta e um por cento) de ocupação média das unidades prisionais. Além disso, é o quinto país em população carcerária feminina do mundo, ficando atrás dos Estados Unidos, China, Rússia e Tailândia. Estes dados evidenciam a necessidade eminente de pesquisas e debates sobre a política prisional no Brasil, a fim de compreender os impactos causados pelo número expressivo de sentenciados.

O Brasil tem, aproximadamente, 1.429 (um mil, quatrocentos e vinte e nove) unidades prisionais (INFOPEN, 2014) em funcionamento, subdivididas em quatro categorias (Quadro 1), sendo elas: penitenciárias; colônias agrícolas, industriais e similares; casa do albergado e cadeia pública.

QUADRO 1 - Representação das categorias das unidades prisionais, segundo dados da LEP – Lei de Execução Penal

Tipos de Unidades Prisionais	Objetivos	Quantidade
Penitenciárias	Destinadas a abrigar sentenciados em regime fechado ou regime semiaberto. A LEP determina que os detentos das penitenciárias tenham cela individual, com dormitório e banheiro. As celas	470 unidades, sendo 417 masculinos e 53 femininas e 04 Penitenciárias Federais.

⁸ De acordo com publicação do INFOPEN (2014), com dados do International Centre for Prison Studies (ICPS). Disponível em: www.prisonstudies.org. Acesso em: 15/10/2017.

⁹ Neste número não estão incluídos os presos domiciliares, que somam 147.937 (cento e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e sete) sentenciados, o que colocaria o Brasil em 3º país com maior população carcerária do mundo. A inclusão das prisões domiciliares no total da população carcerária também derruba o percentual de presos provisórios (aguardando julgamento) no País, que passa de 41% (quarenta e um por cento) para 32% (trinta e dois por cento). O novo número também altera o déficit atual de vagas no sistema, que é de 206.000 (duzentos e seis mil). Considerando as prisões domiciliares, o déficit salta para 354.000 (trezentos e cinquenta e quatro mil) vagas. Com a inclusão do número de mandados de prisão em aberto, 373.991 (trezentos e setenta e três mil, novecentos e noventa e um), a população prisional saltaria para 1.089.000 (um milhão e oitenta e nove mil) de pessoas. Dados disponíveis em: http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/diagnostico_de_pessoas_presas_correcao.pdf. Acesso em: 15/07/2017.

¹⁰ A taxa de aprisionamento indica o número de pessoas presas para cada cem mil habitantes. O objetivo de se utilizar essa medida é permitir a comparação entre locais com diferentes tamanhos de população e neutralizar o impacto do crescimento populacional, permitindo a comparação a médio e longo prazo.

	devem ser salubres e terem área mínima de seis metros quadrados. A penitenciária deve ficar localizada longe de áreas urbanas, mas, ao mesmo tempo, em um lugar que possibilite as visitas aos presos.	
Colônias agrícolas, industriais e similares	Destinadas ao regime semiaberto. Os sentenciados trabalham nas colônias e ajuda a diminuir o tempo de suas penas.	70 masculinas e 04 femininas.
Casa do Albergado	Destinadas ao regime aberto, além dos condenados à pena de limitação de fim de semana. A casa do albergado deve oferecer espaços para aulas e palestras.	57 masculinas e 07 femininas.
Cadeia Pública	Destinadas para sentenciados em regime provisório.	821 unidades.

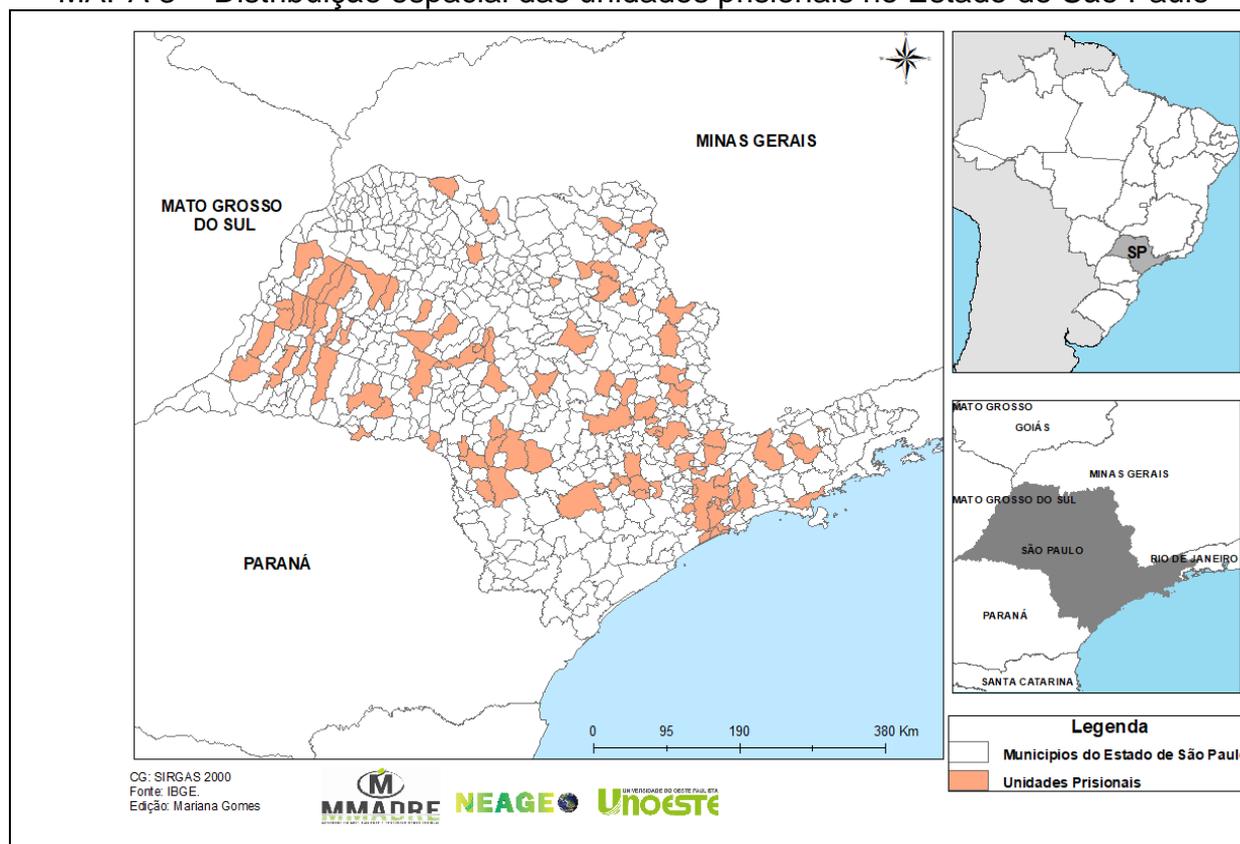
Fonte: Elaboração própria com dados da LEP e do INFOPEN, 2014.¹¹

Segundo dados do INFOPEN (2014), o Estado de São Paulo lidera o ranking de Estados com maior número total de sentenciados, maior número de sentenciados jovens (648 a cada 100 mil, contra 251 a cada 100 mil a nível nacional) e negros (191 a cada 100 mil), maior número de sentenciados femininos e o maior número total de unidades prisionais masculinas e femininas. São 168 (cento e sessenta e oito) unidades prisionais em todo Estado, sendo 15 (quinze) Centros de Progressão Penitenciária (CPP), 43 (quarenta e três) Centros de Detenção Provisório (CDP), 22 (vinte e dois) Centros de Ressocialização (CR), 01 (um) Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), 84 (oitenta e quatro) Penitenciárias e 03 (três) Hospitais. O Estado conta ainda com 15 (quinze) novas unidades prisionais em construção (SÃO PAULO, 2015).

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2017), a população carcerária no Estado de São Paulo saltou de 170.000 (cento e setenta mil), em 2011, para 297.000 (duzentos e noventa e sete mil) sentenciados, em 2017. Resultado de uma política de interiorização do governo do Estado que visa retirar as unidades prisionais das áreas metropolitanas. O Mapa 3 representa a distribuição espacial das unidades prisionais no Estado, verificando que esta distribuição é uniforme se a análise for a nível estadual, o que chama a atenção é o porte dos municípios que recebem essas unidades. As cidades pequenas ou cidades locais apresentam infraestruturas insuficientes frente à grandeza das unidades prisionais.

¹¹ Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2014/01/brasil-possui-1478-estabelecimentos-penais-publicos>. Acesso em: 10/11/2017.

MAPA 3 - Distribuição espacial das unidades prisionais no Estado de São Paulo



Fonte: Autora (2017)

O ano de 1992, foi marcado pela chamada “Chacina do Carandiru”, que assassinou 111 (cento e onze) sentenciados da Casa de Detenção de São Paulo, Complexo Penitenciário do Carandiru. A partir desta década, intensificou-se a interiorização das unidades prisionais no Estado, como uma forma de descentralizar e afastar da capital paulista os sentenciados e suas famílias. Grandes investimentos foram realizados na construção de novas unidades prisionais, ação que foi apoiada pelos prefeitos municipais como uma forma de trazer emprego e aumento de renda para as pequenas cidades.

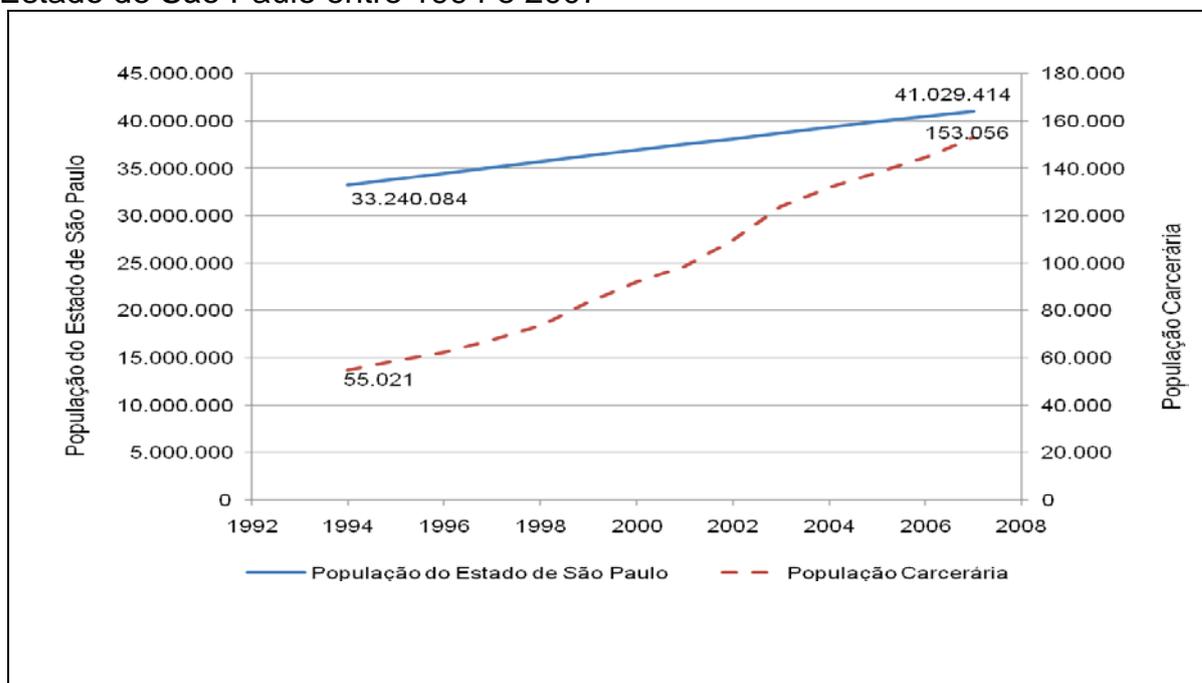
O Estado de São Paulo é composto de 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios, destes 401 (quatrocentos e um) municípios são de Pequeno Porte I (62,17%), conforme classificação¹² do IBGE. Assim, esses municípios pequenos que enfrentam outras dificuldades políticas como a ausência de serviços e equipamentos especializados, recebem a instalação de unidades prisionais, sem

¹² Pequeno Porte I – até 20.000 habitantes. Pequeno Porte II – até 50.000 habitantes. Porte Médio – até 100.000 habitantes. Porte Grande – até 900.000 mil habitantes. Metrôpole – mais de 900 mil habitantes (IBGE, 2010).

muitas vezes estarem preparados para as mudanças territoriais, sociais, econômicas e políticas que poderão ocorrer.

Os governos de Estado foram, no decorrer dos seus mandatos, implantando e implementando estratégias políticas para lidar com os problemas oriundos do sistema prisional. No governo de Paulo Egydio (1975-1979), investiu-se na construção de novas unidades prisionais alicerçadas no discurso de ressocialização dos sentenciados. Já no governo de Franco Montoro (1983-1987), foram propostas ações de humanização das unidades prisionais como forma de apoiar a ressocialização dos sentenciados, como “um novo entendimento a respeito da importância e do papel da pena, na lógica da Lei de Execuções Penais (LEP) de 1984” (SILVESTRE, 2009, p. 05). Os próximos governos, fortalecidos pelos mais conservadores, potencializaram o endurecimento das ações voltadas para o sistema prisional, iniciando uma época marcada pela opressão, violência e massacres nas unidades prisionais. Essas práticas violentas foram intensificadas no governo Orestes Quércia (1987-1990) e Luiz Antônio Fleury (1991-1994), época em que ocorreram frequentes motins e rebeliões.

GRÁFICO 1 – Representação da População e da População encarcerada do Estado de São Paulo entre 1994 e 2007



Fonte: SILVESTRE (2007).¹³.

¹³ Gráfico construído com dados do INFOPEN e Fundação SEADE.

Em 1990 duas outras matrizes es de discursos sobre violência, homicídio e justiça – amparadas em outros critérios de paz, justiça e liberdade – se legitimavam publicamente no Estado de São Paulo. Paradoxalmente, como o social soe se apresentar, invariavelmente. A primeira dessas matrizes era o discurso dos direitos humanos, que ganhava espaço na área de segurança pública, entre novos gestores estatais e nos cursos de formação de policiais e agentes prisionais. O “Massacre” não se repetiria: uma política pública renovada, respaldada pela democracia, regularia mais e cientemente a questão dos presídios e das unidades de internação de adolescentes. Entretanto, uma segunda matriz discursiva do *governo* constata o oposto: seria preciso reprimir mais decididamente o *crime*.

[...] O combate à “impunidade” se tornava norte de uma política de segurança pública capilarizada no tecido social. Se a primeira dessas correntes apostava nos direitos e na cidadania universais, a segunda assegurava uma sociedade cindida pelo próprio direito – as garantias de uns estariam constantemente ameaçadas por outros; a repressão e a eliminação da voz destes últimos favoreceria a paz entre os primeiros (FELTRAN, 2012, p. 238).

Em 1995, o governo Covas, sob forte crítica da mídia que não admitia que os sentenciados pudessem fazer exigências ao Estado, cria as chamadas comissões de Negociação, com objetivo de implantar ações de negociação frente aos motins e rebeliões, em detrimento às ações violentas de repressão. Este governo consolidou o projeto de desativação¹⁴ da Casa de Detenção de São Paulo (Complexo Penitenciário do Carandiru) e inicia, em 1996, a construção de 22 (vinte e duas) unidades prisionais no interior¹⁵ do Estado para transferência destes sentenciados. Sob forte pressão da mídia e da população, o governo passou a investir massivamente na construção de novas unidades prisionais. Segundo Feltran (2012), os meios propostos pelo governo para garantir direitos dos presidiários eram considerados, por eles próprios, como muito menos efetivos do que aqueles de que eles mesmos dispunham. O autor relata que as políticas criminais tornaram-se mais organizadas e expandiram-se pelo sistema prisional. Em 2001, o Estado enfrentou uma megarrebelião que ritualizou e fortaleceu as políticas do crime.

[...] desde então, o governo passou a implementar ações que evidenciavam uma nova orientação para as políticas penitenciárias paulistas, passando a abandonar cada vez mais as premissas presentes na Lei de Execuções Penais (LEP), que um dia idealizaram uma “função ressocializadora” para o sistema penal, implementando ainda novas práticas de regimes e gestão penitenciárias (SILVESTRE, 2009).

¹⁴ A desativação do Carandiru ocorreu em 2002, após ocorrer a primeira maior rebelião das unidades prisionais do Estado. A rebelião ocorrida em fevereiro de 2001, evidenciou a existência e a organização do PCC (Primeiro Comando da Capital).

¹⁵ Referência às cidades não capital e não metropolitanas.

O governador Mário Covas, foi substituído em 2001, pelo vice-governador Geraldo Alckmin, que permaneceu no cargo até 2006, retornando ao governo em janeiro de 2011 e sendo reeleito em 2014. Entre março de 2006 e janeiro de 2007, Cláudio Lembo esteve à frente do governo do Estado. Em seguida, assumiu o cargo José Serra, governador até 2010 e, no mesmo ano, Alberto Goldman, vice-governador, assumiu o governo do Estado. Desde o início do governo Mário Covas, até a atual gestão de Geraldo Alckmin, o governo paulista instalou 116 (cento e dezesseis) unidades prisionais, além de outras já existentes. A Tabela 2 apresenta o número total de unidades prisionais inauguradas de 2000 a 2017.

TABELA 2 - Representação das Unidades Prisionais inauguradas no Estado de São Paulo de 2000 a 2017

Ano	Número de Unidades Prisionais implantadas
2000	11 Unidades Prisionais
2001	15 Unidades Prisionais
2002	23 Unidades Prisionais
2003	9 Unidades Prisionais
2004	10 Unidades Prisionais
2005	13 Unidades Prisionais
2006	5 Unidades Prisionais
2007	0 Unidades Prisionais
2008	4 Unidades Prisionais
2009	2 Unidades Prisionais
2010	3 Unidades Prisionais
2011	2 Unidades Prisionais
2012	3 Unidades Prisionais
2013	6 Unidades Prisionais
2014	3 Unidades Prisionais
2015	2 Unidades Prisionais
2016	3 Unidades Prisionais
2017	2 Unidades Prisionais
Total	117 Unidades Prisionais

Fonte: São Paulo (Estado) (2015).

Atualmente, o sistema prisional do Estado é administrado por duas secretarias: a Secretaria de Segurança Pública (SSP) e a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP), com objetivo de promover a execução

administrativa das penas privativas de liberdade, das medidas de segurança detentivas e das penas alternativas à prisão. O crescimento do número de sentenciados no Estado de São Paulo pode ser entendido como um reflexo direto de políticas e ações governamentais que, desde a década de 1980, apostam em um aparelho judicial e penitenciário mais repressivo e punitivo. Esta tendência mundial é discutida por autores como Bauman, (1999), Wacquant (2001) e Garland (1999; 2008).

Nessa perspectiva, as cidades localizadas no interior do Estado de São Paulo apresentam um total de 140 (cento e quarenta) unidades prisionais, contra 28 (vinte e oito) existentes na capital e região metropolitana. A administração de todas estas Unidades é realizada por Coordenarias¹⁶, que são divididas por regiões administrativas¹⁷. A Coordenadoria da Região Oeste tem sede no município de Presidente Venceslau e abrange 39 (trinta e nove) unidades prisionais, sendo 27 (vinte e sete) penitenciárias, 04 (quatro) Centros de Detenção Provisória (CDP), 03 (três) Centros de Progressão Penitenciária (CPP), 04 (quatro) Centros de Ressocialização (CR) e 01 (uma) Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado (URDD).

A ampliação das unidades prisionais apresentam dois aspectos primordiais: a expansão física, marcada pelo número de vagas, de unidades prisionais e do número de sentenciados e um espalhamento territorial, promovendo descentralização, interiorização e desterritorialização do sistema prisional (SILVESTRE, 2009), o que resultou em constantes transferências de uma unidade a outra, em diferentes regiões, permitindo que o Primeiro Comando da Capital (PCC) se fortalecesse do interior das unidades prisionais e marcando o Estado como o primeiro a verificar o crescimento de uma facção criminosa que atua dentro e fora destas unidades. São Paulo foi ainda o primeiro Estado a implementar o programa de encarceramento massivo e a criar um Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) (FELTRAN, 2012).

Feltran (2012) descreve muito bem a evolução do Estado Penal, visto que a segurança pública ampliou simultaneamente as taxas de encarceramento e os

¹⁶ Coordenadorias Administrativas: Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania; Coord. da Capital e Grande São Paulo; Coord. Vale do Paraíba e Litoral; Coord. Região Central; Coord. Noroeste; Coord. Oeste e Coord. De Saúde.

¹⁷ Regiões Administrativas: Capital e Grande São Paulo, Vale do Paraíba e Litoral, Região Central, Noroeste e Oeste.

cursos de formação de policiais e agentes penitenciários sobre direitos humanos cidadania, ora atuando na repressão, ora na prevenção. Foram anunciadas ações de combate ao crime e ao tráfico de drogas, maior segurança nas unidades prisionais (antirrebeliões), agilização nos processos criminais e o mais interessante, o beneficiamento das cidades pequenas com os empregos gerados com a instalação das unidades prisionais.

Novas plantas de prisões antirrebeliões são anunciadas; o reforço aos Centros de Detenção Provisória e sua descentralização ao interior acabaria com as carceragens das Delegacias de Polícia; os processos criminais seriam agilizados; as cidades pequenas se beneficiariam dos empregos gerados por esses novos equipamentos públicos – a prisão se convertia também em espaço de investimento privado para fazer produzir aqueles inaptos ao mercado, tendência ainda crescente (FELTRAN, 2012, p. 239).

Estas ações de implementação da política de segurança foram consideradas como ações bem-sucedidas e apoiadas pelos gestores públicos e apoiadores privados do governo, que se seguem ativas até hoje, não por minimizar o crime e reabilitar, certamente, mas por suprimir da cena pública o conflito que o estrutura (FELTRAN, 2012).

Em abril de 2014, o Estado de São Paulo, na gestão do então governador Geraldo Alckmin, passa a contar como vaga prisional os espaços de enfermaria e castigo das unidades, ampliando o número de vagas e diminuindo o índice de superlotação. Importante salientar que o Estado de São Paulo é o único estado que não disponibilizou dados sobre o sistema prisional para o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (INFOPEN) do Ministério da Justiça e utiliza-se apenas do site institucional da SAP para divulgação das informações. Essas são algumas artimanhas da Política Pública Estadual de Segurança para o fortalecimento do Estado Penal em detrimento do Estado Social.

2.6 Cidades Pequenas: breve conceituação

O Brasil é um país cada vez mais urbano (KOGA; SPOSATI, 2013). Dos 5.565 (cinco mil, quinhentos e sessenta e cinco) municípios, 3.915 (três mil, novecentos e quinze), ou seja, 70% (setenta por cento) têm população inferior a 20.000 (vinte mil) habitantes, sendo considerados municípios de pequeno porte I, ou então, as chamadas “cidades pequenas”. As “cidades pequenas” detêm 17%

(dezessete por cento) do total da população brasileira. No Estado de São Paulo, dos 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios, 401 (quatrocentos e um), ou seja, 62,17% (sessenta e dois vírgula dezessete por cento) são cidades pequenas. Portanto, é importante conceituar o que chamamos de cidades pequenas para melhor compreensão da pesquisa realizada e dos impactos e dilemas enfrentados por estes municípios.

Para conceituar cidades pequenas, utilizou-se de uma leitura qualitativa, baseada nas considerações de Santos (1982), Roma (2008) e Endlich (2006). Santos (1982) denomina as “cidades pequenas” como cidades locais. Segundo o autor, quando se refere a cidades pequenas, essa terminologia nos remete a um volume populacional, o que implica em uma generalização arriscada. A conceituação das cidades pode ser feita a partir das suas funções, mas é “antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isso outro problema” (SANTOS, 1982, p. 70).

Para Endlich (2006), conceituar cidades pequenas é tarefa bastante difícil. As dimensões alcançadas pelas grandes cidades fazem parecer como irrelevantes as pequenas cidades. No entanto, as cidades não surgem grandes, mas sim, tornam-se grandes com o aprofundamento da urbanização.

[...] desdobramento espacial das atividades amplia as forças produtivas, mas exige um domínio centralizado. É assim que os menores núcleos da rede urbana podem ter seus papéis reduzidos ou modificados. Tanto podem surgir atividades especializadas com um alcance de mercado espacialmente mais amplo, quanto à acessibilidade facilitada a centros urbanos maiores podem reduzir os papéis urbanos das pequenas cidades (ENDLICH, 2006, p. 87).

A existência de uma cidade depende não só do número de habitantes aglomerados, mas também da divisão do trabalho, da economia do mercado e da capacidade de consumo. A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população (SANTOS, 1982). Uma cidade local é aquela que atende às necessidades mínimas da população, missão que resulta em uma vida de relações e, para suprir essas necessidades, recorrem à mão de obra especializada de outros municípios, bem como serviços e equipamentos, o que demonstra o limite das suas funções. Nas palavras de Roma (2008), as cidades

locais não desempenham centralidade em relação a outras cidades, atendendo apenas as demandas de seus espaços rurais e agrícolas. Ou seja, o centro local é a pequena localidade que depende de outras aglomerações. O conceito de cidade local pode ser empregado a Marabá Paulista, devido aos seus limites em suprir as necessidades populacionais.

Para este estudo, cabe ilustrar a dinâmica relacional do município de Marabá Paulista/SP, cidade local que possui uma função urbana mais simples e atende às necessidades básicas e vitais de seus moradores, porém, mantém dependência de outras localidades, como por exemplo, da cidade de Presidente Venceslau/SP. No caso da Unidade Prisional, embora esteja localizada no município de Marabá Paulista, utiliza-se os serviços de urgência e emergência do Pronto Socorro do município de Presidente Epitácio/SP, localizado a 78 km (setenta e oito quilômetros) de distância. O acesso a serviços especializados ocorre em municípios com funções urbanas mais eminentes, realidade que não atinge somente os sentenciados da unidade prisional, mas toda a população, acarretando maior investimento do setor público.

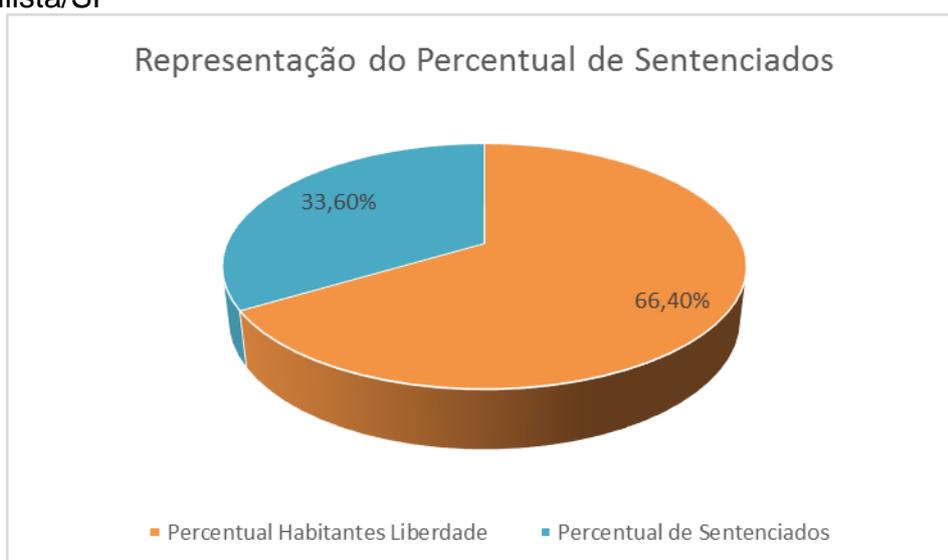
Estas afirmações serão melhores compreendidas a partir das análises do Capítulo 3, que caracteriza o município pesquisado e a região em que está inserido. As conceituações aqui descritas estão relacionadas à divisão social e territorial do trabalho. Segundo Santos (1982), as cidades locais são a base da rede urbana atual, em que os espaços de produção se tornam também espaços de consumo. O acesso a bens e serviços na cidade local tem preço mais elevado, porém essas cidades desempenham importantes funções junto à produção primária, a qual permite um consumo mais próximo em relação ao resto do país.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E DELINEAMENTO DA PESQUISA

O método proposto neste trabalho consistiu-se em analisar o histórico de ocupação capitalista do Pontal do Paranapanema, relatando o processo histórico das instalações das unidades prisionais na região, para investigar as principais justificativas referentes à implantação da Unidade Prisional de Marabá Paulista, bem como a compreensão dos impactos e dilemas oriundos desta unidade no município.

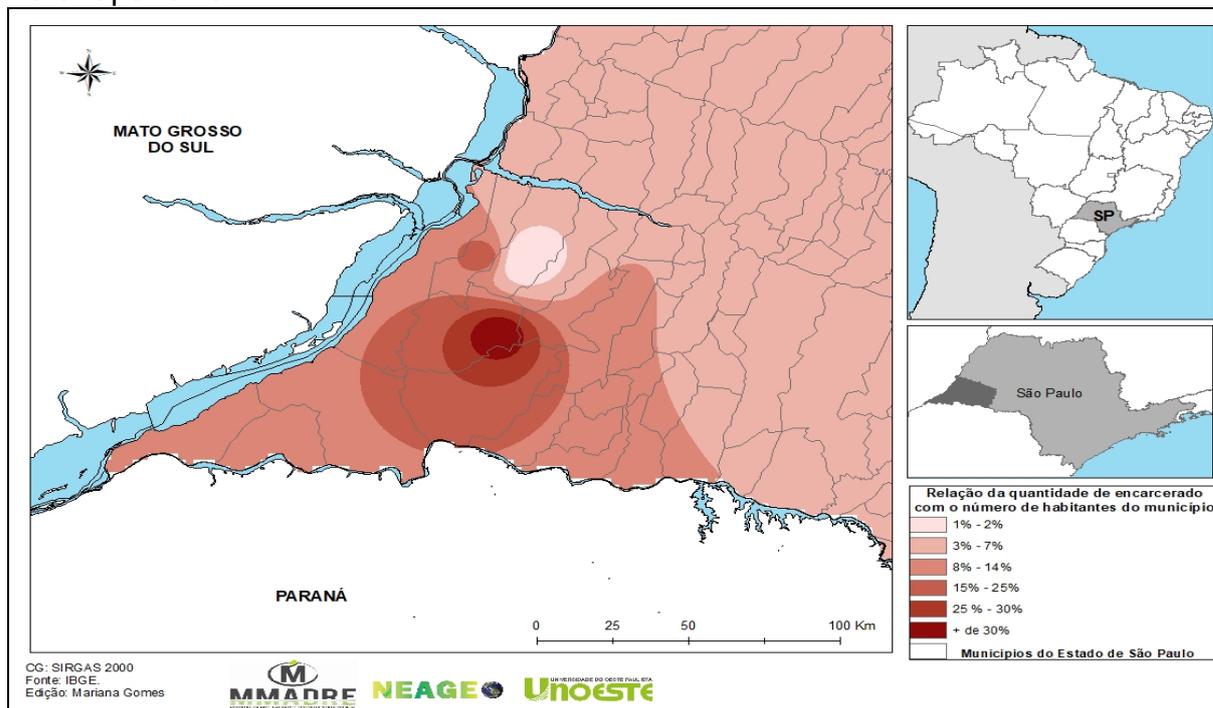
Dentre os municípios do Pontal do Paranapanema com unidade prisional instalada, a pesquisa foi realizada a partir de um estudo de caso no município de Marabá Paulista/SP. Dos 4.182 (quatro mil, cento e oitenta e dois) habitantes (IBGE, 2010) de Marabá Paulista, 1.409 (um mil, quatrocentos e nove) deles (SÃO PAULO (Estado), 2015) são sentenciados na unidade prisional, o que corresponde a 33,6% (trinta e três vírgula seis por cento) do número total de habitantes do município (Gráfico 3 e Mapa 4). Para tanto, o método combinou levantamento bibliográfico e coleta de dados em trabalho de campo, a partir de entrevistas semiestruturadas com a população em geral e gestores do setor público, conforme explicado nas seções que se seguem.

GRÁFICO 2 - Representação do Percentual de Sentenciados no município de Marabá Paulista/SP



Fonte: Autora (2017).

MAPA 4 - Representação do adensamento da população sentenciada no Pontal do Paranapanema



Fonte: Autora (2017)

A pesquisa é de caráter qualitativo, pois aborda termos empíricos obtidos teoricamente do seu objeto de estudo, possibilitando uma interação entre pesquisador e o pesquisado (MINAYO, 2008). Em um estudo anterior, o autor relata que a pesquisa qualitativa responde questões muito particulares, “[...], com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado” (1994, p. 21). Esta primeira etapa definiu o aporte teórico a ser seguido e foi organizado por uma revisão da literatura apresentada no capítulo 2, ao longo do texto e no item *Referências*.

Uma segunda etapa de análise foi a quantitativa, que atentou para análise dos dados referentes à economia, à demografia e à população, oferecidos por grandes bancos de dados regionais e municipais, bem como a utilização de dados secundários oferecidos pela Fundação SEADE, IBGE, PNUD, IPEA, SAP, INFOPEN. Estes dados contribuíram para realização do diagnóstico da área estudada, bem como foram importantes na análise do objeto na medida em que contribuíram para melhor compreensão dos dados qualitativos obtidos com as entrevistas. Para Pereira (1999), a pesquisa qualitativa não está isenta de quantificação, nem a quantitativa dispensa o raciocínio lógico.

As técnicas utilizadas para o levantamento dos dados em campo foram de entrevista semiestruturada e observação sistemática. Foi aplicado um teste piloto da entrevista com cinco participantes iniciais para aprimoramento do questionário de pesquisa. Segundo Castro (2001), o teste piloto nada mais é do que uma amostra reduzida da pesquisa para validar as técnicas e instrumentos que serão utilizados.

O trabalho de campo possibilitou uma aproximação do pesquisador com o objeto de estudo. Conforme pontua Minayo (2009, p. 61), é “[...] uma interação com os ‘autores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz a pesquisa”. Assim, a presente pesquisa teve como eixo norteador a pesquisa qualitativa, voltada para o estudo de caso¹⁸. A aplicação de entrevistas semiestruturadas e da observação foram utilizadas, segundo as ideias de Minayo (1994, p. 57), nas quais:

[...] a entrevista é o procedimento mais usual no trabalho de campo. Através dela, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos autores sociais. Ela não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de coleta dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeito-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.

A técnica da entrevista semiestruturada, segundo Boni e Quaresma (2005), articula perguntas em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. O pesquisador, ao seguir um conjunto de questões previamente definidas, faz-o em um contexto semelhante ao de uma conversa informal. Para o desenvolvimento do trabalho de campo foram realizadas 26 (vinte e seis) entrevistas, sendo elas com o prefeito do município, autoridades e gestores municipais, além de entrevistas com a população. A Tabela 3 apresenta as perguntas das entrevistas aplicadas com as autoridades e com a população (Apêndices A e B).

¹⁸ **Estudo de Caso** é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos, a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.102.

TABELA 3 - Representação do Roteiro das Entrevistas Realizadas

Roteiro Entrevista	Autoridades	População	Ambos
Identificação (Gênero, idade, tempo moradia no Município)			X
Escolaridade e Profissão (Cargo/Função e tempo de cargo/função)			X
Você é favorável a instalação da unidade prisional no município? Justifique sua resposta.			X
Algum membro da família é funcionário ou presta serviço na Unidade Prisional do município de Marabá Paulista? Qual Função?			X
Quando da instalação da unidade prisional, a população foi a favor ou contra a instalação da unidade no município de Marabá Paulista?			X
Na sua opinião, a implantação da unidade prisional foi positiva ou negativa para o município? Por quê?			X
Na sua opinião, qual(is) benefício(s) a implantação da unidade prisional em Marabá Paulista trouxe para o município?			X
Depois de 10 anos da instalação da unidade prisional, na sua opinião, quais os problemas enfrentados pela administração pública municipal de Marabá Paulista?	X		
O Senhor gostaria de acrescentar alguma informação em relação à unidade prisional que não foi questionado?	X		

Fonte: Autora (2017).

Dentre os dados coletados dos entrevistados, pode-se destacar: gênero, idade, tempo de moradia no município, escolaridade e questões específicas sobre a implantação da unidade prisional no município, dados que possibilitaram uma caracterização dos participantes, bem como contribuíram para compreensão do fenômeno estudado. Adotou-se como técnica de recrutamento dos candidatos a abordagem pessoal, na qual se realizou um esclarecimento em linguagem acessível sobre o objetivo da pesquisa e o questionário a ser aplicado por meio da entrevista. Todos os 26 (vinte e seis) participantes da entrevista são residentes na cidade de Marabá Paulista e apenas dois entrevistados residem em municípios vizinhos e

ocupam cargos de secretariado na Prefeitura do Município de Marabá Paulista, fazendo parte da composição da amostra da pesquisa.

A entrevista foi realizada, utilizando-se de condições físicas adequadas para a aplicação do questionário, sendo, na maioria das vezes, realizada na sala de trabalho do entrevistado ou no domicílio dos representantes da população. A próxima etapa, consistiu-se na apresentação do objetivo da pesquisa e no roteiro da entrevista para esclarecimento de quaisquer dúvidas por parte do entrevistado. Na sequência, o entrevistado leu e assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para registrar sua aceitação formal em participar da pesquisa, bem como autorizar ou não a gravação da entrevista por parte do entrevistador. Alguns participantes manifestaram receio em autorizar a gravação e, portanto, apenas doze entrevistas foram registradas em áudio.

3.1 Instrumento para Coleta e Organização dos Dados

Os dados coletados nas entrevistas foram organizados na forma de tabela no Microsoft Excel, e os resultados das entrevistas foram divididos em três partes, sendo as quais: caracterização dos entrevistados, que utilizou das perguntas de números 1 e 2. Posteriormente, agrupou-se as respostas obtidas com as entrevistas realizadas com a população, utilizando-se das perguntas de números 3 a 5, apresentando como 3.1 e 5.1 a justificativa descrita pelo entrevistado. Desta forma, organizou-se os dados conforme mostra a Tabela 4 abaixo:

Tabela 4 - Representação da Organização dos dados Coletados na Pesquisa de Campo.

Questão 3	Questão 4	Questão 5	Questão 5.1
0- Não 1- Sim	0- Contra 1- Favor	0- Negativo 1- Positivo	Justificativa

Fonte: Autora (2017).

As entrevistas com o Gestor Municipal e autoridades também foram organizadas da mesma forma, utilizando as perguntas de 3 a 6, apresentando a 3.1 e 4.1 como justificativa e a pergunta 5 e 6 foram respostas qualitativas descritas conforme declaração do entrevistado. Para tanto, utilizou-se da seguinte legenda (Tabela 5).

TABELA 5 - Representação da Organização dos dados Coletados na Pesquisa de Campo.

Questão 3	Questão 4	Questão 5	Questão 6	Questão 6.1
0 – Não 1-Sim	0-Sim 1 -Não	0 – Contra 1-Favor	0 –Negativo Positivo Não teve impacto	Justificativa

Fonte: Autora (2017).

A pergunta em comum para a população e autoridades questionava sobre: “Na sua opinião, qual(is) benefício(s) a implantação da unidade prisional em Marabá Paulista trouxe para o município?”, sendo as perguntas 6 e 7, respectivamente. Esta foi organizada em aba separada no Excel, apresentando as alternativas escolhidas pelo entrevistado, sendo que esta pergunta permitia mais de uma marcação.

As tabelas apresentam a análise entre as respostas das autoridades e da população em geral. O questionário aplicado ao Gestor Municipal e autoridades conta ainda com duas perguntas que questionava sobre após 10 anos de implantação da unidade prisional, quais os dilemas enfrentados pela administração pública municipal e se o entrevistado gostaria de acrescentar alguma informação em relação à unidade prisional que não teria sido questionado. Essas perguntas foram analisadas e incorporadas no texto de análise dos dados aqui apresentados.

4 ANÁLISE DOS DILEMAS E IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA UNIDADE PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA/SP

4.1 Marabá Paulista: Aspectos históricos sociais, econômicos, geográficos e demográficos: uma análise a partir dos dados secundários

Em meados do século XX, denominado Areia Dourada, teve origem um povoado denominado hoje de município de Presidente Venceslau, no estado paulista, formado por diversas fazendas. Em 1953, foi elevado a município com o nome de Marabá Paulista da Comarca de Presidente Venceslau. Sua instalação aconteceu em 1º de janeiro de 1954 (IBGE, 2010).

De acordo com o IBGE (2017), o Município de Marabá Paulista possui uma estimativa populacional de 5.524 (cinco mil, quinhentos e vinte e quatro mil) habitantes, com uma área territorial de 919,519 km², sendo o quarto maior município do Estado de São Paulo em extensão territorial (IBGE, 2017). O município conta com a existência de terras devolutas em sua extensão territorial, com a instalação atual de 07 (sete) assentamentos rurais, com total de 297 (duzentos e noventa e sete) lotes regularizados em 8.169,04 (oito mil, cento e sessenta e nove vírgula quatro) hectares de terras, o que corresponde a aproximadamente 1.200 (um mil e duzentos) moradores (ITESP, 2017). Diante dessa realidade, destaca-se que o primeiro assentamento ocorreu há 29 anos e o último assentamento foi regularizado no primeiro semestre deste ano, tendo algumas particularidades que chamam à atenção.

A primeira delas refere-se à taxa de urbanização, onde há uma queda entre os Censos Demográficos do IBGE dos anos de 2000 e 2010. Segundo Atlas Brasil (2013), no ano de 1991, a taxa de urbanização foi de 54,49% (cinquenta e quatro vírgula quarenta e nove por cento), avançando para 55,37% (cinquenta e cinco vírgula trinta e sete por cento), no ano de 2000 e sofrendo uma redução, em 2010, para 44,51% (quarenta e quatro vírgula cinquenta e um por cento).

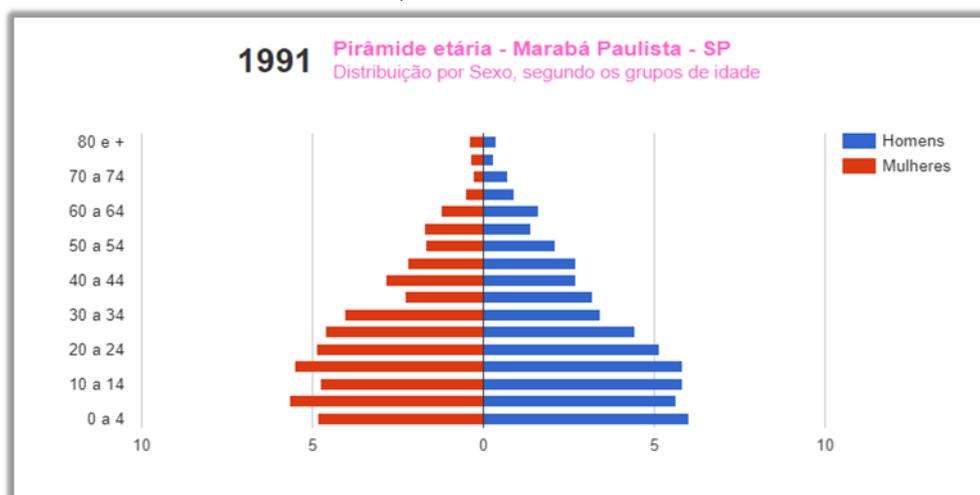
No ano de 2017, Marabá Paulista segue com uma população total estimada em 5.524 (cinco mil, quinhentos e vinte e quatro) habitantes, sendo que 44,51% (quarenta e quatro vírgula cinquenta e um por cento) vivem na zona urbana, revelando um dado oposto ao grau de urbanização da RA de Presidente Prudente, que no ano corrente segue a estimativa de 90,20% (noventa vírgula vinte por cento)

e o Estado de São Paulo de 96,37% (noventa e seis vírgula trinta e sete por cento) (SEADE, 2017).

Tais dados sugerem a existência de uma realidade particular, marcada não apenas pela localização de grande parte da população fora de sua área urbana, com todas as implicações que tal fato traz em termos de mobilidade e acessos do maior contingente populacional. Porém, ao se realizar uma análise mais aprofundada da realidade, notou-se que a Unidade Prisional de Marabá Paulista foi implantada no ano de 2005 e está localizada, legalmente, na área rural do município, o que corroborou para a queda da taxa de urbanização do município. Algumas hipóteses e possíveis impactos demográficos e sociais podem estar relacionados direto ou indiretamente com a implantação da Unidade.

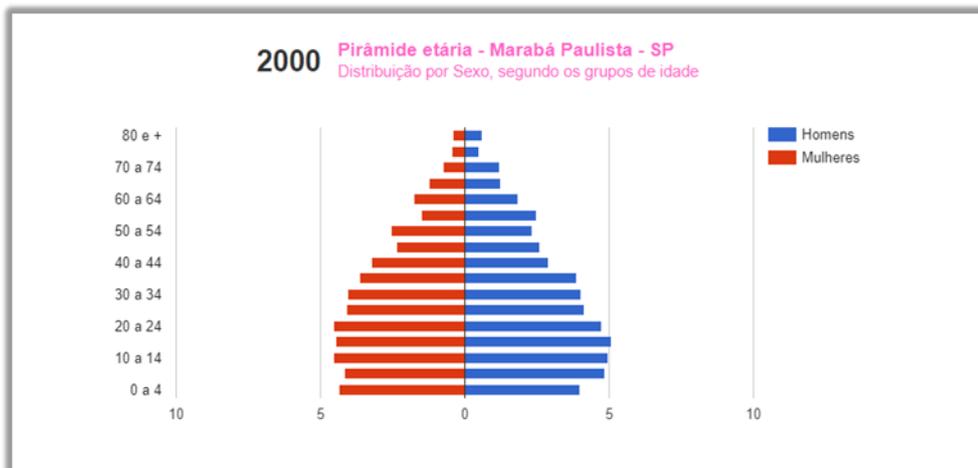
O primeiro possível impacto pode ser o demográfico, que, segundo dados dos Censos do IBGE (2000 e 2010), demonstram um aumento significativo da população masculina, principalmente entre as faixas etárias 20 (vinte) a 24 (vinte e quatro) anos, seguida por 25 (vinte e cinco) a 29 (vinte e nove) anos, uma vez que a Unidade Prisional é direcionada para o sexo masculino. Já a população feminina sustentou a média no decorrer dos anos e até um movimento inverso, se comparado com a população masculina, pois houve um decréscimo, mesmo não sendo muito significativo.

GRÁFICO 3 - Representação da pirâmide etária por gênero masculino e feminino no município de Marabá Paulista – SP, em 1991.



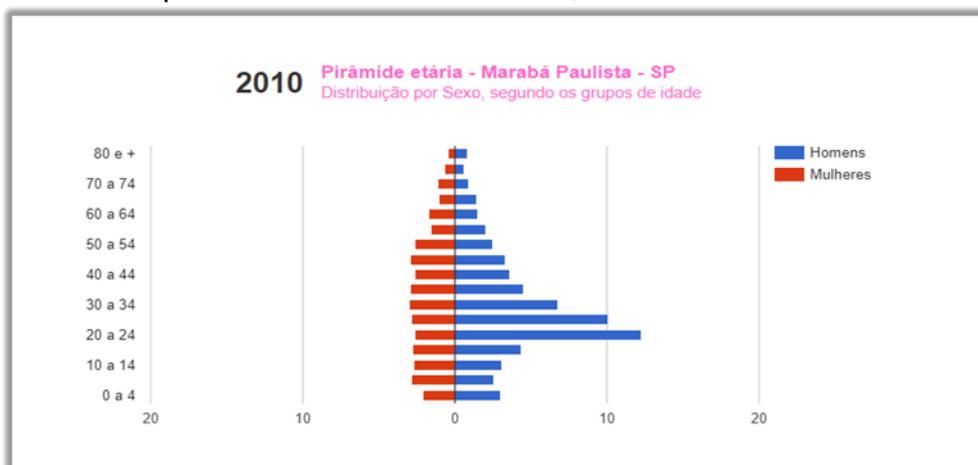
Fonte: SEADE (2017).

GRÁFICO 4 – Representação da pirâmide etária por gênero masculino e feminino no município de Marabá Paulista – SP, em 2000.



Fonte: SEADE (2017).

GRÁFICO 5 – Representação da pirâmide etária por gênero masculino e feminino no município de Marabá Paulista – SP, em 2010.



Fonte: SEADE (2017).

Analisando os Gráficos 3, 4 e 5, referentes à pirâmide etária por gênero masculino e feminino no município de Marabá Paulista, entre os anos de 1991 e 2010, foi possível notar um crescimento entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010. A pirâmide etária do município se alterou completamente, perdendo inclusive o formato de pirâmide e a população masculina apresentou um número expressivo. Entre 2000 e 2010, a população de Marabá Paulista cresceu a uma taxa média anual de 2,67% (dois vírgula sessenta e sete por cento), enquanto que no âmbito nacional o crescimento foi de 1,17% (um vírgula dezessete por cento), no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município caiu de 55,37%

(cinquenta e cinco vírgula trinta e sete por cento) para 44,51% (quarenta e quatro vírgula cinquenta e um por cento), segundo Atlas Brasil (2013).

Os dados sobre o crescimento da população masculina em relação à população feminina, entre os Censos Demográficos de 2000 e 2010, ficam ainda mais evidentes quando representados em gráficos, demonstrando ainda mais pistas sobre a hipótese do impacto da implantação da Unidade Prisional em Marabá Paulista.

TABELA 6 - Representação da População Total, por gênero, rural/urbano – Marabá Paulista

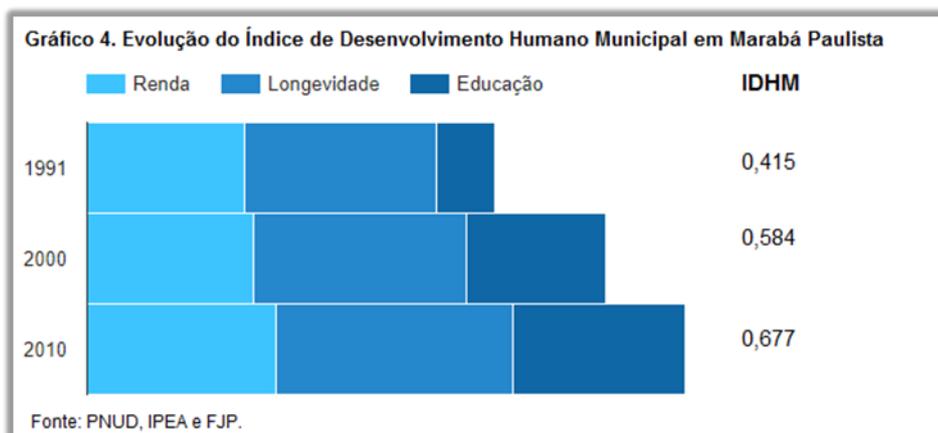
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Total	3.494	100,00	3.699	100,00	4.812	100,00
Masculina	1.813	51,89	1.915	51,77	3.048	63,34%
Feminina	1.681	48,11	1.784	48,23	1.764	36,66%
Urbana	1.904	54,49	2,048	55,37	2.142	44,51
Rural	1.590	45,51	1.651	44,63	2.670	55,49

Fonte: Atlas Brasil (2013)

Os dados da Tabela 6 indicam que a urbanização do município de Marabá Paulista foi impactada diretamente entre os períodos dos Censos Demográficos de 2000 e 2010. Isto revela uma diminuição da população urbana entre os períodos citados. Pode-se estar diante de uma realidade não marcada pelo aumento da população rural e sua dispersão no território, mas no aumento da população rural devido à implantação da Unidade Prisional, instalada na área rural do município, com uma concentração de pessoas do sexo masculino. Esta análise é relevante não somente para a implementação das políticas públicas municipais, mas também afeta as políticas públicas em escala regional, pois o município em escala local, não é suficiente para abarcar todas as demandas por serviços públicos. A unidade prisional tem como referência serviços regionais para atendimentos emergenciais de saúde e internações dos sentenciados, evidenciando o impacto regional da unidade prisional.

Ressalta-se que Marabá Paulista apresentou uma evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), exposto no Gráfico 8, que, no ano de 2010, era 0,677, o que situa esse município na faixa de IDHM entre 0,600 e 0,699. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município é Longevidade, com índice de 0,809, seguida de Renda, com índice de 0,650 e de Educação, com índice de 0,591.

GRÁFICO 6 - Representação da Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Município de Marabá Paulista –SP – 1991 a 2010



Entre 2000 e 2010, o IDHM de Marabá Paulista passou de 0,584, em 2000, para 0,677, em 2010, representando uma taxa de crescimento de 15,92% (quinze vírgula noventa e dois por cento). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 77,64% (setenta e sete vírgula sessenta e quatro por cento), entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão, cujo índice mais cresceu, em termos absolutos, foi Educação (com crescimento de 0,114), seguida por Renda e por Longevidade.

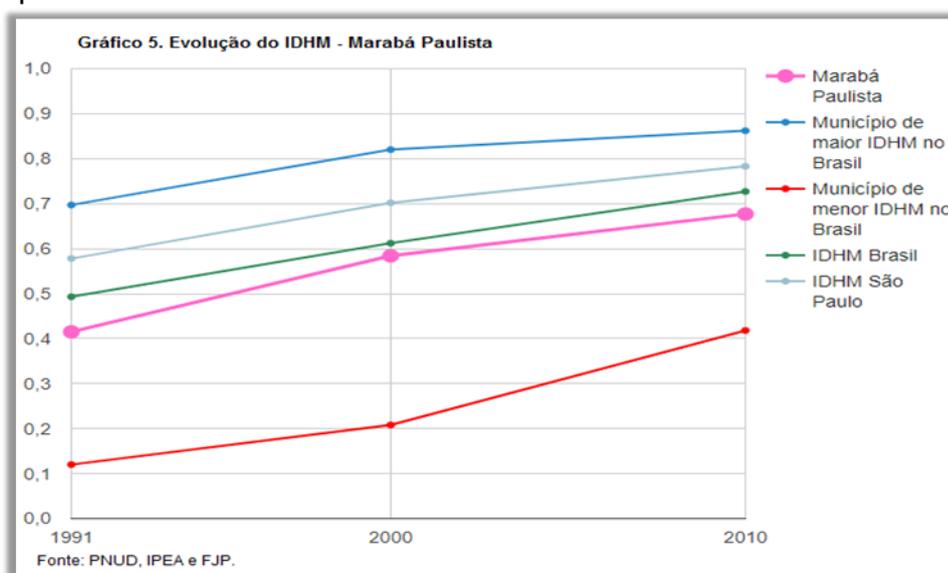
Entre 1991 e 2000, o IDHM passou de 0,415, em 1991 para 0,584, em 2000, representando uma taxa de crescimento de 40,72% (quarenta vírgula setenta e dois por cento). O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 71,11% (setenta e um vírgula onze por cento), entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão, cujo índice mais cresceu, em termos absolutos, foi Educação (com crescimento de 0,277), seguida por Longevidade e por Renda.

Se comparado o IDHM do município com a unidade federativa, a Figura 8 abaixo indica que, entre 1991 e 2010, o IDHM do município passou de 0,415, em 1991, para 0,677, em 2010, enquanto que o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 63,13% (sessenta e três vírgula treze por cento) para o município e de 47% (quarenta e sete por cento) para a UF, evidenciando uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 55,21% (cinquenta e cinco vírgula vinte e um por cento) para o município e de 53,85% (cinquenta e três vírgula oitenta e cinco por cento) para a UF. No município, a dimensão, cujo índice mais cresceu, em termos absolutos, foi Educação (com crescimento de 0,391), seguida por Longevidade e por

Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão, cujo índice mais cresceu, em termos absolutos, foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda. Percebe-se que o desenvolvimento humano municipal tem crescido em proporção maior que a do Estado de São Paulo, mas mantém-se em números reais abaixo que o do Estado de São Paulo.

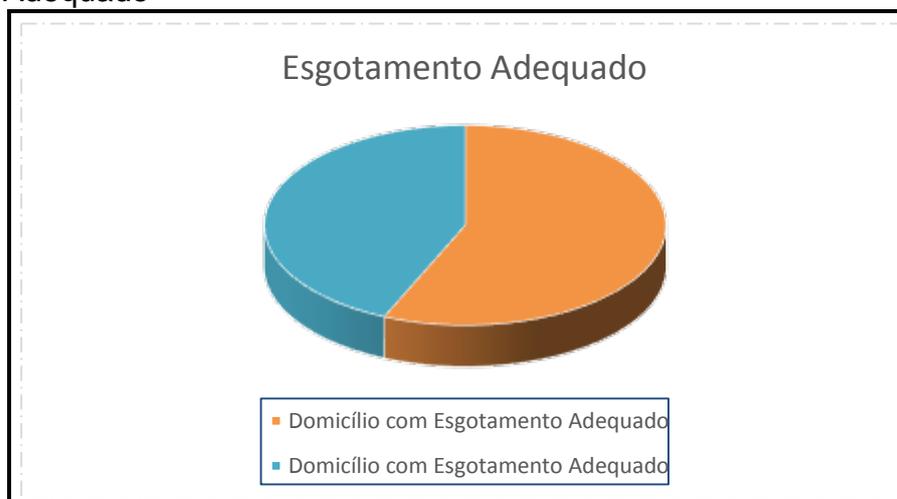
O Gráfico 7 ilustra o ranking nacional do IDHM, sendo que o município de Marabá Paulista ocupa o 2.503º no ranking nacional entre os 5.565 municípios do Brasil, e ocupa o 628º no ranking estadual dos 645 municípios do Estado de São Paulo. Neste mesmo ranking o maior IDHM constatado no Brasil pertence ao município de São Caetano do Sul (SP) com IDHM 0,862 e o menor pertence a Melgaço (PA), com 0,418.

GRÁFICO 7 - Representação da Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano do Município de Marabá Paulista - SP



Outra informação importante para o diagnóstico do objeto de estudo, foram os dados de território e saneamento (Gráfico 08). O município de Marabá Paulista apresenta 56,6% (cinquenta e seis vírgula seis por cento) de domicílios com esgotamento sanitário adequado e, quando comparado ao Estado, dos 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios ocupa a 611ª (seiscentésima décima primeira) posição do ranking (IBGE, 2017).

GRÁFICO 08 - Representação dos Domicílios do Município de Marabá Paulista com Esgotamento Adequado



Fonte: Autora (2017)

Outro dado relevante é de que 87,9% (oitenta e sete vírgula nove por cento) de domicílios urbanos estão em vias públicas com arborização e 2,8% (dois vírgula oito por cento) de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. Considera-se adequada a urbanização com bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio. Quando comparado com os outros municípios do Estado, ocupa a 423ª (quadringentésima vigésima terceira) posição e a 620ª (seiscentésima vigésima) posição do total de municípios paulistas, respectivamente. As fragilidades no investimento de políticas públicas de saneamento básico contribuem para a potencialização da situação de pobreza e para a contaminação de crianças e adultos, especialmente nos municípios mais pobres.

Saneamento é o conjunto de medidas com a finalidade de prevenir doenças, garantir qualidade de vida e à produtividade do homem (INSTITUTO TRATA BRASIL, 2017). A oferta de saneamento abrange serviços de abastecimento de água às populações; coleta, tratamento e disposição adequada de esgotos sanitários, resíduos líquidos industriais e agrícolas; acondicionamento, coleta, transporte e destino final dos resíduos sólidos; drenagem urbana; controle de vetores de doenças transmissíveis e controle da poluição ambiental – água, ar, solo, acústica e visual.

A ausência de saneamento nas áreas mais pobres promove a proliferação de doenças, atingindo a população pobre, devido ao fato de estar concentrada em áreas de risco, sem condições adequadas de urbanização, sem

serviços de coleta de esgoto, sem coleta de resíduos, entre outros. Esse cenário potencializa o criadouro de insetos e mosquitos transmissores de doenças e outros.

A Unidade Prisional do município de Marabá Paulista desenvolve projetos socioambientais com os sentenciados, a fim de conscientizá-los sobre as questões socioambientais. De modo geral, as unidades prisionais enfrentam problemas relacionadas com o entupimento do esgoto, uso inadequado de água. Parte dos resíduos sólidos são descartados pelos vasos sanitários, ocasionando entupimentos. Os problemas de utilização inadequada da água e do descarte dos resíduos sólidos se agravam aos finais de semana, durante as visitas dos familiares e amigos, pois nestes dias o fluxo de pessoas é intenso. Realidade que exige investimentos da unidade prisional para resolução do problema.

A coleta e destinação final dos resíduos sólidos da unidade prisional é de responsabilidade municipal, que realiza a coleta diariamente. No trabalho de campo, foi possível constatar que o município de Marabá Paulista não tem Projeto Municipal de Coleta Seletiva em funcionamento e que realizou campanhas de coleta seletiva nos anos de 2011 e 2012, na tentativa de apoiar a organização de uma Associação de Catadores de Materiais Recicláveis com os catadores individuais. A partir deste período, a unidade prisional, que realiza a separação do material reciclável, passou a apoiar o projeto e doar papéis, papelões e outros resíduos recicláveis para o Departamento Municipal de Meio Ambiente.

No entanto, no trabalho de campo, a Gestora do Meio Ambiente relatou que atualmente a coleta seletiva é realizada por um grupo de catadores individuais, com apoio técnico da prefeitura, e que a associação de catadores não foi efetivada. Devido à ausência da Associação de catadores no município, a unidade prisional fica impedida de fazer as doações da coleta seletiva, obrigando a unidade a doar os materiais recicláveis para a Cooperativa do município de Presidente Venceslau. A unidade prisional de Marabá Paulista desenvolve Projeto de Viveiro de Produção de Árvores Nativas, com capacidade anual de 500.000 (quinhentas mil) mudas nativas para reflorestamento de áreas regionais. Nota-se uma relação constante entre as ações desenvolvidas pela unidade prisional e as políticas públicas municipais, como uma parceria entre Estado e Município, a fim de garantir atenção mínima às necessidades de funcionamento da unidade prisional.

4.2 Caracterização dos Participantes

A pesquisa de campo foi realizada entre os meses de março a junho do ano de 2017, com um total de 31 (trinta e um) entrevistados, sendo 18 (dezoito) representantes da população e 13 (treze) representantes das autoridades locais. Destas, 05 (cinco) entrevistas realizadas com a população foram descartadas da amostra da pesquisa, haja vista que não contribuíram para compreensão do objeto de estudo. Os entrevistados foram identificados por números de 1 a 26, sendo que os 13 (treze) primeiros são representantes da população e os demais representantes das autoridades.

A amostra de sujeitos da pesquisa contou com a participação do Gestor Municipal de Marabá Paulista (Prefeito), representantes da gestão, considerando o Gestor Municipal da Política de Assistência Social, Gestor da Saúde, Gestor da Educação, Gestor de Planejamento, Gestor do Meio Ambiente, representante da Associação de Produtores Rurais, representante do legislativo, Professores e representantes de entidades religiosas. A amostra da população incluiu representante do comércio local e munícipes em geral, tanto moradores da zona urbana, quanto da zona rural, nas proximidades da unidade prisional. Das entrevistas válidas, 65% (sessenta e cinco por cento) dos entrevistados eram do gênero feminino e 35% (trinta e cinco por cento) do gênero masculino, conforme Tabela 7 abaixo.

TABELA 7 - Representação da Caracterização dos Participantes da Pesquisa de Campo

Especificação	Frequência	%
Masculino	09	35%
Feminino	17	65%
Total	26	100%

Fonte: Autora (2017).

Os entrevistados têm idade entre 26 (vinte e seis) e 71 (setenta e um) anos, entre população e autoridades. A seleção dos entrevistados foi realizada com base em três critérios. O primeiro critério estabelecido estava relacionado ao cargo de Gestor Municipal (Prefeito), o segundo estava relacionado ao cargo de secretariado de políticas públicas e o terceiro critério, para a entrevista com a população em geral, residir no município de Marabá Paulista há pelo menos dez anos, pelo fato de a unidade prisional ter sido implantada em 2005.

Em relação aos anos de moradia no município de Marabá Paulista, dos participantes da pesquisa, conforme Tabela 8, observou-se que 50% (cinquenta por cento) dos entrevistados residiam no município de Marabá Paulista desde o seu nascimento, portanto conheciam o processo de construção e organização do município, acompanharam o processo de implantação da unidade prisional, bem como a reorganização municipal com a instalação da referida unidade. Um percentual de 35% (trinta e cinco por cento) dos entrevistados residiam no município há 12 (doze) anos ou mais, coincidindo assim com o período de implantação da unidade prisional. Desta forma, acompanharam a chegada da unidade prisional e, portanto, apresentaram condições para participar da pesquisa.

Os demais, 15% (quinze por cento), que corresponderam a um total de 04 (quatro) entrevistados, eram funcionários públicos que vieram para o município para trabalhar e que residiam há menos de 12 (doze) anos na cidade. Por fim, 7,5% (sete vírgula cinco por cento) dos entrevistados, o que corresponde a um total de 02 (dois) entrevistados, residiam em município vizinho, porém, ocupavam cargo de Secretário de políticas públicas há 06 (seis) e 08 (oito) anos.

TABELA 8 - Representação dos Anos de Moradia no Município de Marabá Paulista dos Participantes da Pesquisa de Campo

Especificação	Frequência	%
Menos de 12	02	7.5%
12 anos ou mais	09	35%
Nasceram no Município	13	50%
Não residem no Município	02	7.5%
Total	26	100%

Fonte: Autora (2017).

Outro ponto importante analisado foi o grau de escolaridade dos entrevistados, sendo que 50% (cinquenta por cento) possuíam graduação e apenas 11,5% (onze vírgula cinco por cento) já eram especialistas. Outros 11,5% (onze vírgula por cento) concluíram o Ensino Médio, 11,5% (onze vírgula por cento) tinham o Ensino Fundamental Incompleto e 15% (quinze por cento) concluíram o Ensino Fundamental.

TABELA 9 - Representação do Grau de Instrução dos Participantes da Pesquisa de Campo

Especificação	Frequência	%
Especialização	03	11.5%
Graduação	13	50%
E.M.C	03	11.5%
E.F.I.	03	11.5%
E.F.C.	04	15%
Total	26	100%

E.F.I: Ensino Fundamental Incompleto; E.F.C: Ensino Fundamental Completo; E.M.C: Ensino Médico Completo

Fonte: Autora (2017).

Segundo dados da Fundação SEADE (2017), a taxa de escolaridade do município é baixa, se comparado ao índice estadual, sendo que o município apresenta a taxa de apenas 26,67% (vinte e seis vírgula sessenta e sete por cento) da população com idade entre 18 (dezoito) e 24 (vinte e quatro) anos que completaram o Ensino Médio, contra a taxa estadual de 57,89% (cinquenta e sete vírgula oitenta e nove por cento). O Índice Paulista de Responsabilidade Social¹⁹, que sintetiza a situação do município no que diz respeito à riqueza, escolaridade e longevidade, apontou que, na Dimensão Escolaridade, o município de Marabá Paulista, que em 2010 alcançou a nota de 46 (quarenta e seis) contra 48 (quarenta e oito) do Estado, em 2012, teve queda significativa para 37 (trinta e sete), contra 52 (cinquenta e dois) do Estado, o que coloca o município no Grupo 5 deste índice, composto por municípios mais desfavorecidos, tanto em riqueza quanto em indicadores sociais.

4.3 Análise dos Dados Coletadas no Trabalho de Campo

As questões de números 03 e 04 do questionário da população e autoridades, respectivamente, indagaram se os entrevistados tinham membros da família trabalhando na unidade prisional de Marabá Paulista. Os resultados mostraram que do número total de entrevistados, 62% (sessenta e dois por cento) responderam “Não” e 38% (trinta e oito por cento) afirmaram que haviam membros

¹⁹ IPRS: O cálculo do IPRS classifica os municípios em 05 Grupos. Sendo o Grupo 5 o que apresenta baixa riqueza, baixa escolaridade e baixa longevidade. **Indicador sintético de escolaridade:** combinação linear de quatro variáveis, sendo expresso em uma escala de 0 a 100, na qual o 100 representa a melhor situação e zero, a pior. Par o ano de 2012 foi considerado baixa o município que alcançou até 53 pontos expressos na escala (SEADE, 2017).

da família trabalhando na respectiva unidade prisional. Este dado foi importante para compreender as demais respostas obtidas pelos entrevistados, que tendiam a afirmar como positiva a instalação da unidade prisional no município, pelo fato de ter contribuído com a geração direta de emprego.

De acordo com os 10 (dez) entrevistados que afirmaram ter membros da família trabalhando na unidade prisional, os cargos ocupados eram, em sua maioria, de Agente Penitenciário, seguidos de Agente de Muralha, Diretor de Portaria e Recursos Humanos e no setor administrativo.

Ao analisar as justificativas respondidas pelos entrevistados na questão 03, se o entrevistado era favorável à instalação da unidade prisional no município, obteve-se a resposta de que a instalação da unidade prisional possibilitou a oferta de emprego direto, no período de construção da unidade prisional e de contratação, por meio de concursos públicos, para os cargos de Agentes Penitenciários, depois de construída a unidade. É fundamental esclarecer que as vagas de emprego nas unidades prisionais não são, em sua maioria, ocupadas pelos moradores da cidade sede, pois os concursos públicos realizados são para preenchimento de vagas estaduais e não municipais, o que gera, inclusive, a migração de indivíduos e até mesmo de famílias para esses municípios, haja vista o preenchimento das vagas efetivas de trabalho.

As questões de números 04 e 05 se referiam à “Quando da instalação da unidade prisional, a população foi a favor ou contra a instalação da unidade no município de Marabá Paulista”, sendo aplicadas para a população e para os servidores, respectivamente. Nestas questões, o intuito foi indagar o entrevistado a relatar suas memórias de como os munícipes reagiram ao processo de instalação da unidade prisional.

Os resultados mostraram que 81% (oitenta e um por cento) da população foi contra a instalação da unidade prisional no município. Os entrevistados esclareceram que não houve qualquer consulta pública por parte da administração local e tampouco por parte do Estado sobre a instalação da unidade prisional, evidenciando a ausência da participação popular nas tomadas de decisões do governo. Obteve-se a justificativa, por parte de um dos entrevistados representantes da população, que o Administrador público não precisava consultar a população, se lhe foi atribuído, através das eleições, o cargo de Gestor Municipal foi para que fizesse o melhor para cidade, e como para esta região havia poucos

investimentos, o prefeito não teve outra opção a não ser buscar a instalação da unidade prisional.

Os prefeitos da região buscam junto ao governo de Estado a possibilidade da construção das unidades prisionais com objetivo de reduzir o desemprego e aumentar o orçamento municipal que não tem outras perspectivas de crescimento. Para isso, o poder público municipal realiza a doação de terras para construção da unidade prisional, atendendo às exigências da Secretaria Estadual de Administração Penitenciária.

A população não queria, mais não tinha o que fazer. Muitos moradores de fora, desconhecidos, não tem índole boa e aumentou os roubos na cidade (ENTREVISTADO 12, 2017).

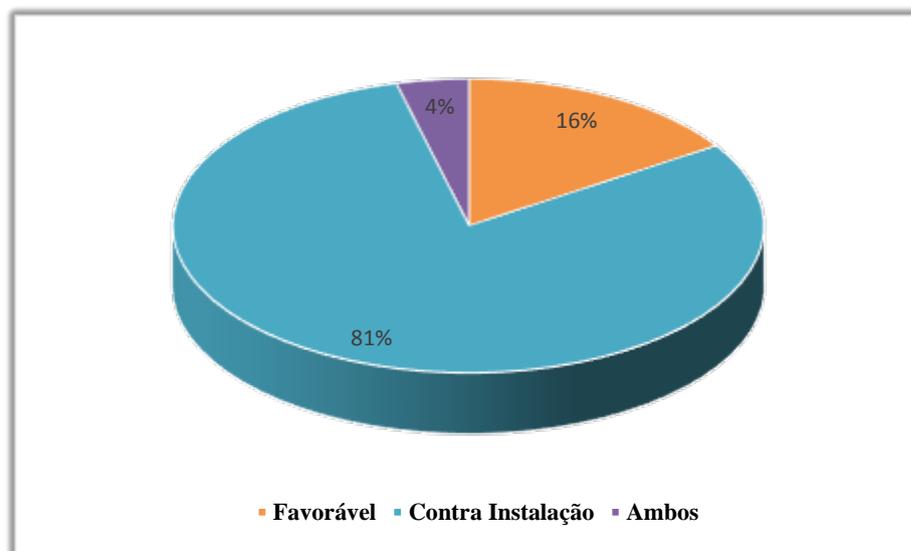
As pessoas acreditavam que viria uma fábrica de farinha, depois descobriram que era o Presídio (ENTREVISTADO 1, 2017).

Aumentou a insegurança da população. Positiva por que aumentou vendas comércio, aluguel e gerou empregos (ENTREVISTADO 21, 2017).

Positivo para novos empregos. Negativo por que não houve retorno do governo de estado (ENTREVISTADO 19, 2017).

As famílias do município e de cidades vizinhas criaram estratégias para tirar proveito econômico da instalação da unidade prisional, como por exemplo a realização de vendas de mercadorias, em sua maioria, alimentos no portão da unidade, aos finais de semana. Além de alimentos, são oferecidos para os visitantes aluguéis de colchões e utensílios de cozinha para armazenamento de alimentos, fogões. A região é composta de municípios de pequeno porte e próximos entre si, o que contribui para que os municípios que não têm unidades prisionais instaladas também sintam os impactos causados pela densa população de sentenciados na região.

GRÁFICO 09 - Representação do Percentual da População a Favor ou Contra a Unidade Prisional



Fonte: Autora (2017).

Os 16% (dezesseis por cento) dos entrevistados que representaram a opinião favorável às instalações da unidade prisional, relataram positivamente esta ação governamental, haja vista a possibilidade de aumento dos recursos arrecadados pelo município. Os entrevistados se referiram ao pagamento por parte do Estado do Fundo de Participação Municipal (FPM), que tem o coeficiente de arrecadação proporcional ao número de habitantes municipais. O FPM é o segundo maior fundo de contribuição financeira municipal, perdendo apenas para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Estes mesmos entrevistados evidenciaram ainda a arrecadação do Imposto Sobre os Serviços (ISS), arrecadado no período de construção da unidade prisional como fator positivo para a instalação da unidade prisional. O Decreto-Lei 1981 de 1981, definiu o coeficiente de arrecadação para os municípios não capital²⁰ na proporção especificada na Tabela 10:

TABELA 10 - Representação do Coeficiente do FPM para municípios não Capital

Faixa Habitantes	Coeficiente
Até 10.188	0,6
De 10.189 a 13.584	0,8
De 13.585 a 16.980	1,0
De 16.981 a 23.772	1,2
De 23.773 a 30.564	1,4
De 30.565 a 37.356	1,6

Fonte: Autora (2017).

²⁰ Municípios não capital são todos os municípios, exceto a capital do Estado.

Analisando a tabela apresentada, verificou-se que o município de Marabá Paulista não teve seu coeficiente de arrecadação do FPM alterado com a instalação da unidade prisional, visto que o número de habitantes, em 2000, era de 3.697 (três mil, seiscentos e noventa e sete) e, em 2010, com a instalação da unidade prisional, era de 4.801 (quatro mil, oitocentos e um) habitantes. Para os municípios muito pequenos, o aumento populacional de sentenciados causa impactos sociais, econômicos, demográficos e ambientais, mas não são suficientes para elevar o coeficiente do FPM e contribuir para aumento da arrecadação municipal.

O governo de Estado teve grandes vantagens com a instalação das unidades prisionais nos municípios de pequeno porte no interior paulista, devido à ampliação do número de vagas com a construção de novas unidades prisionais, afastando-se a massa de sentenciados dos grandes centros urbanos e da capital paulista, que conta com uma classe média organizada e com uma mídia mais influente e crítica, ao passo que atendeu ainda as solicitações constantes dos prefeitos municipais para investimento em novos postos de trabalho e renda (CESCON, 2012).

Wacquant (2001) explica como o “menos Estado” econômico e social impulsiona o crescimento do “mais Estado” policial e penitenciário. Quanto mais criminalização das camadas inferiores da sociedade, maior o sentimento de segurança da sociedade. O Estado investe em ações de segurança pública, por meio do aparelhamento policial e das construções das unidades prisionais, ao invés de promover investimentos na expansão de políticas públicas.

Nesse aspecto, a dimensão econômica da exclusão social está vinculada à renda, à inserção ocupacional, à etnia e ao gênero, às condições de moradia e à cidadania. Dupas (2001) e Wacquant (2001) explicam a exclusão social como resultado da reestruturação do mundo do trabalho, somado ao aumento dos índices da violência urbana. As instituições policiais e penitenciárias são acionadas para conter as desordens geradas pelo desemprego em massa. Quando o crime já faz parte do cotidiano e representa um aspecto trivial, há a transição do Estado Social para o Estado Penal, vivido na atual conjuntura social.

As perguntas de números 05 e 06 indagaram sobre os aspectos positivos e negativos desde a instalação da unidade prisional. Do total de entrevistados, 39% (trinta e nove por cento) apontaram aspectos positivos para o

município, 31% (trinta e um por cento) apontaram aspectos negativos, 23% (vinte e três por cento) destacaram aspectos positivos e negativos e 7% (sete por cento) relataram não ter tido impacto nenhum a instalação da unidade prisional no município de Marabá Paulista.

TABELA 11 - Representação da Opinião sobre implantação da Unidade Prisional no município de Marabá Paulista -SP

Especificação	Frequência	%
Positivos	10	39%
Negativo	08	31%
Positivo e Negativo	06	23%
Não Teve Impacto Nenhum	02	7%
Total	26	100%

Fonte: Autora (2017).

A dimensão econômica foi considerada pelos entrevistados como a mais relevante no processo de instalação da unidade prisional. Os entrevistados apontaram para o aumento nas vendas do comércio em geral. Os serviços que mais tiveram impacto no aumento das vendas foram os supermercados (gêneros alimentícios e de higiene), bares, restaurantes e lanchonetes, farmácias e hospedagem. Atualmente, o município conta com uma pensão com 03 (três) unidades, mais 02 (duas) pensões pequenas, 01 (um) hotel construído por um investidor da região da grande São Paulo, que considerou a ausência de infraestrutura do município e o fluxo de visitantes da unidade prisional para o investimento. Koga e Sposati (2015) apontam que os empreendimentos econômicos, como as unidades prisionais, atraem as pessoas na expectativa não somente de postos de trabalho, mas também às vezes pela abertura de um novo negócio.

Nesse sentido, evidenciou-se algumas falas dos entrevistados:

Positivo para o comércio, hospedagem, pensões, lanchonetes, etc (ENTREVISTADO 06, 2017).

Positivo para comércio, mas a população foi contra a instalação por causa do medo. (ENTREVISTADO 09, 2017).

Diretamente não houve aspectos negativos. O positivo supera o negativo. Positivo aumento de aluguel e os problemas sociais são problemas comuns em qualquer município (ENTREVISTADO 16, 2017).

Muito positiva. Quando houve a instalação, eu vendia alimentos em trailer em frente a UP, depois abri uma pensão com três unidades (casa alugadas) no município para os visitantes. Hoje eu alugo além dos quartos para os visitantes, aluga utensílios de cozinha, fogão, geladeira e faço pequenos

fretes (ENTREVISTADO 10).

Negativo: aumentou tráfico e consumo de drogas, mas independente de existir a UP as drogas já existiam, apenas potencializou. Na época era vereador, lembro que a PM era resistente, mais foi a única forma de trazer emprego para o município, por que indústria não vem para esta região. Não houve consulta pública. A localização da UP favorece, por que é distante da cidade. Aqueceu o comércio, por que compra a compra é feita no mercado à vista. (ENTREVISTADO 7, 2017).

Surgiu emprego. Na época da construção e para funcionário dos presídios (ENTREVISTADO 13, 2017).

De acordo com o relato dos entrevistados, nem todos os visitantes se hospedam ou consomem na cidade de Marabá Paulista, sendo que uma parcela de visitantes hospeda-se em Presidente Venceslau, cidade vizinha com aproximadamente 30 Km (trinta quilômetros) de distância, por ser município maior e com mais diversidade de serviços. Notou-se que há uma invisibilidade da presença da unidade prisional no município de Marabá Paulista, mas que, ao mesmo tempo, é constantemente enaltecida pela presença significativa dos visitantes aos finais de semana e até mesmo daqueles que fixaram domicílio para ficarem próximos dos sentenciados. O fluxo de visitantes possibilita o contraste cultural e econômico daqueles que são marabaenses e daqueles que são transitórios. A partir do momento em que um indivíduo comete um crime e é aprisionado, ele carrega a sua família junto com ele para um aprisionamento simbólico, mas não menos penoso.

O aprisionamento simbólico é confirmado nas análises de Moreira et al. (2003). As mulheres, os filhos e os pais dos sentenciados sofrem o preconceito social pelo familiar aprisionado. As mulheres expressam um sentimento de prisão, não se sentem livres, mas sim presas simbolicamente ao companheiro sentenciado. Segundo Moreira et al. (2003), essas mulheres mesmo do lado de fora da prisão, sentem-se presas dentro de suas próprias casas, pois são, em sua maioria, dependentes financeiramente dos companheiros, em situação de pobreza econômica e social. Há uma dificuldade em serem inseridas socialmente, inclusive no mundo do trabalho, pois sofrem discriminação social. Essa prisão simbólica impede-as de sonharem e de planejarem suas vidas, aguardando sempre o retorno do companheiro.

Durante realização do trabalho de campo, notou-se que a população e as autoridades tendem a naturalizar e visibilizar a presença da unidade prisional e do grande número de sentenciados que ela abriga. A unidade prisional e seus

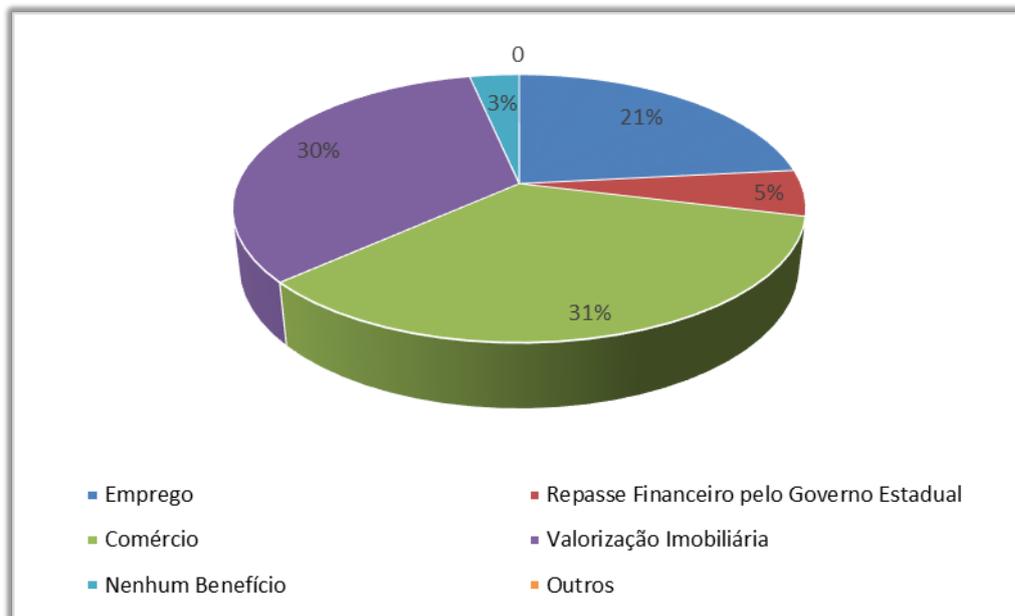
impactos não são temas de debate e reflexão por parte do poder público, haja vista que durante as entrevistas houve comentários de que o problema do município não é a unidade prisional, mais sim os assentamentos rurais e a vasta extensão territorial.

Entre os impactos socioambientais observados no trabalho de campo, verificou-se o aumento da produção de resíduos sólidos e líquidos gerado pela unidade prisional e pelo adensamento dos visitantes. A exemplo dos resíduos sólidos domésticos, Marabá Paulista tem o aterro de resíduos sólidos instalado em área com elevada concentração de corpos d'água e solos com menor profundidade, relevo médio e maiores índices de declividade, chamado de área moderadamente vulnerável (OSCO, 2016). Assim, o tempo médio de vida do aterro é comprometido devido ao fluxo do número de sentenciados e de visitantes aos finais de semana. O município não tem dados que mensuram a quantidade de resíduos sólidos produzidos na unidade prisional, mas de acordo com o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (BRASIL, 2015), a quantidade média diária por habitante é de 1,00 kg/dia/habitante. Assim, a unidade produziria 1.400 kg por dia, aproximadamente, realidade que muda aos finais de semana com a chegada dos visitantes.

Destacou-se ainda os impactos sociais gerados por um choque de cultura entre os munícipes, familiares visitantes e também das famílias dos sentenciados que residem no município. As unidades prisionais podem causar algumas mudanças nos municípios em que estão instaladas, como a busca por moradia pelos familiares dos sentenciados. Koga e Sposati (2013) destacam que equipamentos de internação, como as unidades prisionais, são territórios de vivências que apresentam dinâmicas próprias de funcionamento, fechados em seu cotidiano, com regras e relações conflituosas entre os sentenciados e entre os sentenciados e os agentes administrativos e sociais da unidade. Esses conflitos são revelados apenas em momentos de motim e rebeliões.

Na entrevista, questionou-se se na opinião do entrevistado qual(is) benefício(s) a implantação da unidade prisional em Marabá Paulista trouxe para o município, sendo que esta questão era de múltipla escolha, podendo ser escolhida mais de uma resposta.

GRÁFICO 10 - Representação dos Benefícios da Implantação da Unidade Prisional em Marabá Paulista



Fonte: Autora (2017).

Algumas justificativas apresentadas pelos participantes foram:

Questões sociais se agravam, aumenta a pobreza e as vulnerabilidades. A família tem características como tatuagem, o que faz com que sejam identificadas. Muitas famílias de sentenciados pobres que recorrem a Política de Assistência Social, deixa tudo para vir residir próximo do presídio, acampam em frente a UP com crianças. Aumento do tráfico de drogas (ENTREVISTADO 15, 2017).

Aumento do tráfico de drogas pelos familiares dos presos. Visitas no fim de semana tem números impactantes. Aumentos de doenças como sífilis (DST) no município. Não houve aumento de prostituição, mais sim de relacionamentos afetivos entre visitantes da UP e os homens do município (ENTREVISTADO 16, 2017).

No início a população não sabia que era implantação de UP, quem conhecia tinha medo. Para o emprego foi bom: na construção e para Agentes Penitenciários. Negativo: já não se pode dormir de janela aberta. Ampliou uso e tráfico de drogas envolvendo familiares dos presos e jovens do município. UP com alto índice de TB. A Política e Saúde sofre impacto direto, pois tem que atender com serviços básicos os sentenciados, com prioridade (ENTREVISTADO 18, 2017).

Observa-se que entre as justificativas, os entrevistados apontaram aumento das questões sociais, como a pobreza, o aumento do tráfico de drogas, a precariedade social com que as famílias se deslocam de seus municípios de origem e migram para ficarem próximas dos sentenciados e facilitar as visitas. Frente a essa realidade é fundamental o investimento em políticas públicas que atendam às

necessidades sociais apresentadas por essas famílias, como amparo material, orientações acerca dos serviços mínimos de saúde, educação e moradia. A política de segurança pública é afetada com o aumento do tráfico de drogas, além do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, como Conselho Tutelar Municipal.

Segundo dados do trabalho de campo, aos finais de semana, o patrulhamento da polícia militar é intensificado com soldados advindos de outros municípios, visto que o número de soldados e carros disponíveis são insuficientes para atender à demanda. A política de combate ao tráfico e ao uso de drogas é insuficiente em todo o país, não sendo a unidade prisional o único fator culpado pela presença do tráfico na região.

O município de Marabá Paulista é apontado pelos índices da saúde como município com maior taxa de tuberculose da região (SAGE, 2017), devido à unidade prisional, ao aglomeramento dos sentenciados com a superlotação da unidade e ao contato com grande número de visitantes, fazendo com que a bactéria da tuberculose seja facilmente disseminada, dificultando assim o controle da transmissão da doença. Além da tuberculose, outra doença transmissível que preocupa o município é a sífilis, pois o município de Teodoro Sampaio, que faz divisa territorial com Marabá Paulista, apresenta o maior índice de sífilis da região (SAGE, 2017).

O crescimento do número de unidades prisionais no Brasil, cujo objetivo se direciona para frear a miséria e os distúrbios urbanos, impulsiona o crescimento hodierno do número de sentenciados negros, pobres e moradores da periferia, como já apresentado no capítulo da fundamentação teórica.

Em 2014, o governo do Estado de São Paulo deu início aos trâmites para a instalação da segunda unidade prisional em Marabá Paulista que, de acordo com a SAP, terá capacidade para abrigar 847 (oitocentos e quarenta e sete) sentenciados. A segunda unidade será construída em terreno doado pela Prefeitura Municipal ao Estado e está localizado na Rodovia Euclides de Oliveira Figueiredo, na SP-563 (km 45), ao lado da unidade prisional já existente. Esta nova unidade prisional de Marabá Paulista faz parte do "Plano de Expansão de Unidades Prisionais" do Estado de São Paulo e da intensificação da política pública de segurança. A implantação desta unidade foi anunciada no Diário Oficial do Estado em janeiro de 2017 e aguarda as próximas ações do Estado no que tange ao início da construção. Essa unidade ampliaria ainda mais os

impactos negativos sociais, ambientais, econômicos e culturais do município e da região. Com isso, faz-se necessária a articulação entre as políticas públicas, bem como entre os entes federados para o enfrentamento das desigualdades sociais e territoriais, com vistas à implantação de uma política de desenvolvimento regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho, o eixo central da análise situou-se sobre a compreensão dos impactos da unidade prisional no município de Marabá Paulista/SP, na região do Pontal do Paranapanema. O objetivo foi discutir os desdobramentos e os impactos da unidade prisional no território municipal, analisar o histórico de ocupação capitalista da região do Pontal do Paranapanema e investigar as principais justificativas referentes à implantação das unidades prisionais na região, enquanto impulsionador de desenvolvimento.

A discussão clássica que se faz no campo da economia e da política é buscar compreender a diferença entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento é estabelecido pelos índices econômicos, industriais e tecnológicos. Sua aferição indicará elementos da base produtiva e importante para a evolução econômica. Desenvolvimento é estabelecido pelos índices sociais, humanos e culturais. Ele pode ser aferido por intermédio de comparações entre grupos sociais ou classes coletivas para averiguar semelhanças e diferenças. Portanto, nem todo crescimento significa desenvolvimento e pode haver desenvolvimento sem o necessário crescimento. O desenvolvimento não é igual em todas as regiões ou territórios, o que faz com que seja necessário a superação da setorização das políticas públicas para a busca e o alcance do desenvolvimento. O desenvolvimento requer que as principais formas de privação da liberdade sejam superadas, como a morte prematura, a fome, a falta de acesso a serviços públicos, a ausência de oportunidade de crescimento econômico, o rigor repressivo e excessivo do Estado. Há muitas mazelas sociais que impedem que o indivíduo viva minimamente bem.

Destarte, os capítulos desta dissertação foram organizados de maneira a compreender o histórico de ocupação capitalista da região do Pontal. O alto índice de terras devolutas insere neste cenário grandes desafios para a administração pública municipal, haja vista que a alta concentração de cidades pequenas e vasta extensão territorial exigem investimentos em políticas públicas. As análises apresentadas ofereceram subsídios para se compreender os impactos da instalação da unidade prisional no contexto local e regional, a partir do estudo de caso do município de Marabá Paulista. A presença de unidades prisionais amplia e intensifica desafios, quais sejam: implementação de políticas públicas de saúde e de

educação; implementação de políticas de saneamento e de meio ambiente e também a implementação de políticas de segurança e de planejamento.

As funções urbanas desempenhadas por Marabá Paulista possibilitaram aplicar o conceito de cidade local, que vai além do número de habitantes do município. As cidades locais estão na base da complexidade da rede de cidades, suprimindo apenas as necessidades mais imediatas da população, provocando a necessidade de deslocamentos interurbanos para outras cidades (sub-regionais e/ou médias) que lhes são próximas.

As colocações expostas nesta dissertação são fatores fundamentais para discutir e compreender o desenvolvimento da região do Pontal do Paranapanema, por ser a região escolhida pelos governantes para receber empreendimentos capitalistas que deterioram os recursos naturais e potencializam as condições de pobreza e de miséria da população encarcerada e em liberdade. Baixos índices de escolaridade, ausência de oportunidades de trabalho, ausência de ações de cultura e lazer, precários serviços públicos por insuficiência financeira e até mesmo pela ausência de diagnóstico socioterritorial e planejamento de ações de estratégicas de desenvolvimento potencializam as condições de pobreza e falta de autonomia dos indivíduos.

A ausência de políticas públicas e de ações de efetivação da proteção social e da garantia dos direitos humanos para os grupos socialmente excluídos, como os sentenciados e suas famílias, indicam qual é o lugar do pobre na sociedade. Essa realidade contribui e intensifica o avanço do capitalismo neoliberal e oprime os pobres, negros, mulheres e jovens através da prisão em massa. Assim, a região do Pontal do Paranapanema configura-se como palco de descarte do rejeito da sociedade capitalista e meritocrata, que são as famílias e indivíduos em situação de pobreza e de vulnerabilidade social.

Devido à grande extensão territorial do município de Marabá Paulista, pode-se observar a dificuldade em implementar serviços básicos como de saúde, educação e meio ambiente. A superlotação das unidades prisionais contribui para a disseminação de doenças infectocontagiosas como a tuberculose, doença que apresenta altos índices no município, além de comprometer uma possível ação de ressocialização e inserção no mercado de trabalho para diminuição da pena dos sentenciados. O serviço de transporte escolar e de implantação do Programa Estratégia de Saúde são destaques entre os dilemas enfrentados no cotidiano pelos

gestores municipais (prefeito e secretário municipal). O município criou estratégias e descentralizou estes serviços, instalando escolas e unidades de saúde em áreas centrais da zona rural, como no assentamento Areia Branca. A unidade prisional, enquanto equipamento social, altera a dinâmica social das cidades pequenas, alterando a vida cotidiana e a tranquilidade da população.

Importante observar o quanto a presença da unidade prisional significou aumento repentino na população rural do município e alterou a pirâmide etária de gênero, com aumento significativo da população masculina. A unidade prisional acarretou impactos socioambientais relevantes. O aumento drástico na produção de resíduos sólidos e líquidos, dos quais a política pública municipal tem que implementar ações de gerenciamento, foi um deles.

As unidades prisionais podem causar algumas mudanças nos municípios em que estão instaladas, como a busca por moradia pelos familiares dos sentenciados, mudanças no território onde estão localizadas, mudanças sociais, culturais, econômicas e demográficas. Constatou-se uma ausência do poder público estatal que não implementa ou apoia os municípios com unidades prisionais instaladas. Os municípios têm enfrentado uma economia engessada e com recursos escassos para os investimentos necessários. No entanto, são alvo do governo Estadual na busca por aliados no processo de expansão e interiorização das unidades prisionais.

Compreendeu-se que as artimanhas do sistema capitalista presentes desde a ocupação territorial desta região até os dias atuais possibilitam que a região do Pontal do Paranapanema tenha grandes dificuldades em implantar ações de desenvolvimento social e econômico, pois é uma região esquecida pelos governantes públicos. Embora tenha em sua área de abrangência grandes riquezas naturais, não se promovem ações de investimentos públicos e de implementação de políticas públicas de qualidade a partir da sua realidade. O Pontal do Paranapanema é visto e utilizado por representantes públicos e outros como forma de crescimento pessoal e político. Esta é a região com um dos menores índices de investimento e repasse de recursos estadual. As ações de articulação atuais não objetivam o desenvolvimento de ações em prol de causas coletivas.

Notou-se que ainda prevalecem os interesses pessoais sobre a visão do papel de um administrador público, que administram sem projetos com vistas a mudanças na realidade social, mas que buscam investir em obras e investimentos

que os coloquem no ranking de administradores atuantes. A depreciação humana potencializada pelas atuais vulnerabilidades e degradação ambiental está vinculada a um modelo de desenvolvimento depredatório, inclusive das relações sociais. Neste sentido, a população marabaense tem os aspectos de vida marcados pela constante interferência cultural, social, econômica e política dos sentenciados e suas famílias, bem como das facções criminosas que, com a descentralização das unidades prisionais, fortaleceram-se e intensificam ações de comando do tráfico e do crime.

O Pontal do Paranapanema apresenta população inexpressiva no Estado, talvez sendo essa uma das justificativas da ausência de investimentos. As situações de pobreza e de desigualdade social são fortemente potencializadas a partir do momento em que os avanços tecnológicos, a chamada globalização, corroboram a manutenção dos privilégios da minoria em detrimento da liberdade e da qualidade de vida da grande massa trabalhadora que luta pela manutenção dos direitos sociais e trabalhistas, a fim de se colocar no mercado de trabalho para garantia dos serviços básicos de sobrevivência humana.

Necessita-se, portanto, de outros estudos que contemplem essa temática, podendo buscar conhecer os indicadores sociais antes e após a instalação das unidades prisionais, traçando comparativos das informações entre os municípios, regiões, Estado e país. Logo, pesquisas que aprofundem os estudos sobre o processo de instalação das unidades prisionais, seus impactos, tanto negativos quanto positivos, relacionando a migração dos sentenciados e dos seus familiares, poderiam elucidar os aspectos que não foram explorados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. L. et al. Para onde nos guia a mão invisível? Considerações sobre os paradoxos do modelo econômico hegemônico e sobre os limites ecológicos do desenvolvimento. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**. UFPR, Curitiba-PR, v. 31, p. 9-18, ago. 2014.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro: poder e as origens de nosso tempo**. São Paulo: Ed. UNESP, 1996.
- ATLAS BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: Marabá Paulista, SP. Rio de Janeiro: PNUD, IPEA, Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/maraba-paulista_sp#caracterizacao. Acesso em: 15 out. 2017.
- BAUMAN, Z. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1999.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.
- BRANDÃO, C.; SIQUEIRA, H. (Orgs.). **Pacto federativo, integração nacional e desenvolvimento regional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- BRASIL. Ministério das Cidades. **SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento**. 2015. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2017.
- CARLOS, A. F. A. Diferenciação socioespacial. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007.
- CASTRO, A. A. **Planejamento da pesquisa**. São Paulo: AAC, 2001.
- CESCON, F. R. P. **Migração e unidades prisionais: o cenário dos pequenos municípios do Oeste Paulista**. Campinas, 2012. 207 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, 2012.
- DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, estado e futuro do capitalismo**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- ENDLICH, Â. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná**. 2006. 505 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.
- FELICIO, Munir J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FELTRAN, G. S. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992–2011). **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 232-255, ago./set. 2012.

FERNANDES, B. M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexes referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, 2000.

GARLAND, D. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 59-80, nov. 1999.

GARLAND, D. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

GIL, I. C. **Nova Alta Paulista, 1930-2006: entre memórias e sonhos: do desenvolvimento contido ao projeto político de desenvolvimento regional**. 2007. 395 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

IBGE. **IBGE cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/maraba-paulista/panorama>. Acesso em: 02 ago. 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, 2010.

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. Departamento Penitenciário Nacional. Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/transparencia-institucional/estatisticas-prisonal/base-de-dados-infopen-csv.csv>. Acesso em: 10 nov. 2017.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **O que é Saneamento**. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/o-que-e-saneamento>. Acesso em: 22 out. 2017.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Mapa da região oeste do estado de São Paulo**. 2017. Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/itesp/mapa_detalhes.aspx. Acesso em: 12 ago. 2017.

KOGA, D.; SPOSATI, A. (Org.). **São Paulo: sentidos territoriais e políticas sociais**. São Paulo: Ed. Senac, 2013.

LEITE, J. F. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1981.

LOPES, L. **Gestão e gerenciamento integrados dos resíduos sólidos urbanos: alternativas para pequenos municípios**. 2006. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MAZZINI, E. J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema-SP: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social?** 2007. 324 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2007.

MELAZZO, E. S. **Padrões de desigualdade em cidades paulistas de porte médio: a agenda das políticas públicas em disputa.** 2006. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** 17. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. DE S. O desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINAYO, M. C. DE S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 28. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1984.

MOREIRA, L. et al. **Mulheres do cárcere.** 2003. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Presidente Prudente, 2003.

MIURA, I. K. **Políticas públicas: conceitos básicos.** Universidade de São Paulo. 2015. Disponível:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/303682/mod_resource/content/1/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015.pdf. Acesso em: 10 dez. 2017.

NERA. Relatório do Pontal do Paranapanema, 2013. **Dataluta**, Presidente Prudente, 2017.

OSCO, L. P. **Degradação geológica por aterros de resíduos sólidos: estudo aplicado a UGRHI-22 e ao Rio Pirapozinho.** 2016. 240 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Presidente Prudente, 2016.

PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para ciências da saúde, humanas e sociais.** São Paulo: EDUSP, 1999.

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas.** 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008.

ROSA, P. R. **Desenvolvimento e questão Agrária: uma análise da exclusão digital do campesinato.** 2015. 197 f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional) - Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, Presidente Prudente, 2015.

SAGE. **Sala de Apoio a Gestão Estratégica**. Brasília: SAGE, 2017. Disponível em: www.saude.gov.br/sage. Acesso em: 23 maio 2017.

SAGE. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. **Perfil das Unidades Prisionais**. Disponível em: <www.sap.sp.gov.br>. Acesso em: 13 out. 2015.

SEADE. **Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2017.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. [S.l.]: Cengage Learning, 2012.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA et al. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/72132>. Acesso em: 12 nov. 2017.

SILVA, P. F. J.; SPOSITO, E. S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. **Geografia Associação de Geografia Teórica**, Rio Claro/SP, v. 34, n. 2, p. 203–217, maio/ago. 2009.

SILVESTRE, G. **As políticas penitenciárias e o cotidiano prisional dos municípios paulistas: extrapolando os muros das prisões (1990- 2007)**. 2009. Disponível em: http://www2.pucpr.br/ssscla/papers/SessaoG_A41_pp426-442.pdf. Acesso em: 12 ago. 2016.

SILVESTRE, G. Os caminhos da política penitenciária no Estado de São Paulo: o caso de Itirapina. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 19., 2007, Araraquara. **Anais...** Araraquara: [s.n.], 2007.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. 26. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

WACQUANT, L. **As Prisões da miséria**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO A SER APLICADO JUNTO A POPULAÇÃO SOBRE O IMPACTO DA UNIDADE PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA

Número do participante: _____

Data da entrevista: _____

1. Dados pessoais

Identificação do respondente: _____

Gênero: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Tempo, em anos, de habitação no município de Marabá Paulista: _____ anos.

Por que veio morar em Marabá Paulista?

2. Escolaridade e profissão

Marque com um (x) seu nível de escolaridade e especifique-o:

- Doutorado
- Mestrado
- Especialização
- Graduação
- Curso técnico
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Fundamental Incompleto

Informe sua profissão atual:

3. Algum membro da família é funcionário ou presta serviço para na Unidade Prisional do município de Marabá Paulista?

() Sim

() Não

Qual função? _____

4. Quando da instalação da unidade prisional, a população foi a favor ou contra a instalação da unidade no município de Marabá Paulista?

5. Na sua opinião, a implantação da unidade prisional foi positiva ou negativa para o município? Por quê?

6. Na sua opinião, qual(is) benefício(s) a implantação da unidade prisional em Marabá Paulista trouxe para o município?

() Aumento de oportunidade empregos

() Aumento de repasses financeiros pelo governo Estadual

() Aumento de consumo no comércio local

() Valorização imobiliária

() Não trouxe benefício algum

() Outros. Justifique

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO A SER APLICADO COM GESTOR MUNICIPAL E AUTORIDADES SOBRE O IMPACTO DA UNIDADE PRISIONAL NO MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA

Número do participante: _____

Data da entrevista: _____

1. Dados pessoais

Identificação do respondente: _____

Gênero: () Feminino () Masculino

Idade: _____

Tempo, em anos, de habitação no município de Marabá Paulista: _____ anos.

2. Escolaridade e profissão

Marque com um (x) seu nível de escolaridade e especifique-o:

- Doutorado
- Mestrado
- Especialização
- Graduação
- Curso técnico
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Fundamental Incompleto

Informe sua função/cargo atual: _____

Há quanto tempo ocupa esta função/cargo no município de Marabá Paulista?

3. Você é favorável a instalação da unidade prisional no município?

() Sim

() Não

Justifique sua resposta:

4. Algum membro da família é funcionário ou presta serviço na Unidade Prisional do município de Marabá Paulista?

() Sim

() Não

Qual função? _____

5. Quando da instalação da unidade prisional, a população foi a favor ou contra a instalação da unidade no município de Marabá Paulista?

6. Na sua opinião, a implantação da unidade prisional foi positiva ou negativa para o município? Por quê?

7. Na sua opinião, qual(is) benefício(s) a implantação da unidade prisional em Marabá Paulista trouxe para o município?

() Aumento de oportunidade empregos

() Aumento de repasses financeiros pelo governo Estadual

() Aumento de consumo no comércio local

() Valorização Imobiliária

() Não trouxe benefício algum

() Outros. Justifique

8. Responda apenas se você for o Gestor Municipal:

Depois de 10 anos da instalação da unidade prisional, na sua opinião, quais os problemas enfrentados pela administração pública municipal de Marabá Paulista?

9. O Senhor gostaria de acrescentar alguma informação em relação à unidade prisional que não foi questionado?
